

Francisco Patricio Esteves

Quilombos da Malhadinha

A Construção de uma Realidade Social



Este livro é resultado do desejo de tratar, de uma perspectiva histórica e sociológica, a comunidade denominada Malhadinha, localizada no município de Brejinho de Nazaré, região central do Tocantins. A intenção foi desvendar de uma maneira densa a sua organização socioeconômica e o processo histórico pelo qual ela foi reconhecida como comunidade remanescente de quilombos pelas políticas públicas do governo federal a partir de 2006. Malhadinha sofreu efeitos de três políticas públicas nos últimos vinte anos que afetaram a sua economia material e simbólica. Por isso, foi importante compreender como os membros dessa comunidade vêm reagindo e respondendo às intervenções do Estado em suas formas de organização tradicional. A reconstrução narrativa de sua organização socioeconômica – tanto no passado como no presente – baseando-se nas suas estratégias de reprodução econômica, social e cultural, serviu para demonstrar a singularidade desta comunidade – não obstante partilharem características comuns às populações rurais tradicionais – por tratar-se de um grupo cujas raízes remontam ao período do pós-abolição. Com base nessa singularidade, Malhadinha, recentemente, pode ser reconhecida pelo poder público como segmento social específico, com uma identidade “étnico-política” e portadora plena de direitos assegurados na Constituição.



Francisco Patrício Esteves é Graduado em Economia pela FURG do Rio Grande (1998), Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (2002), Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012). É pesquisador nas áreas como Economia de Angola, História Econômica, Desenvolvimento Econômico e Políticas Públicas.



Quilombos da Malhadinha



SÉRIE NOVOS ESTUDOS AFRICANOS

Diretores da série:

Prof. Dr. Bas' Ilege Malomalo (UNILAB)

Prof. Dr. Mbuyi Kabunda Badi (FCA/UAM - Espanha)

Comitê Editorial Científico:

Prof. Dr. Acácio Almeida Santos (UFABC)

Prof. Dr. Alfa Oumar Diallo (UFGD)

Prof. Dr. Aghi Bahi (UFHB-Costa de Marfim)

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca (UNESP)

Profa. Dra. Denise Dias Barros (USP)

Profa. Dra. Fábila Barbosa Ribeiro (UNILAB)

Prof. Dr. Manual Jauará (UNIFal-MG)

Prof. Dr. Franck Ribard (UFC)

Prof. Dr. Germain Ngoie Tshibambe (UNILU-RDCongo)

Prof. Dr. Henrique Cunha Junior (UFC)

Prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)

Profa. Dra. Lorena Souza (UFMT)

Prof. Dr. Kalwangy Kya Kapintango-a Samba (UNEMAT-Brasil)

Profa. Dra. Maffia Marta Mercedes (UNLP-Argentina)

Prof. Dr. Maguemati Wagbou (UNC-Colombia)

Prof. Dr. Pedro Acosta-Leyva (UNILAB)

Prof. Dr. Salloma Jovino Salomão (FSA)

Prof. Dr. Sérgio Luís Souza (UNIR)

Quilombos da Malhadinha

A Construção de uma Realidade Social

Francisco Patrício Esteves



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Estudos Africanos - 9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ESTEVES, Francisco Patrício

Quilombos da Malhadinha: A Construção de uma Realidade Social [recurso eletrônico] / Francisco Patrício Esteves -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

204 p.

ISBN - 978-85-5696-589-9

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Quilombos; 2. História; 3. Escravos, 4. Identidade; 5. Sociologia; I. Título II. Série

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e Relações Sociais

177

Para Ana Lugão Rios (*in memoriam*) “o meu eterno
agradecimento e a minha eterna saudade”

Agradecimentos

Esta página é reservada àqueles que deram a sua contribuição para que este trabalho fosse realizado. A Todos eles apresento aqui os meus sinceros agradecimentos.

Meus principais agradecimentos para as Professora Doutoras Monica Grin e Ana Lugão Rios pelas recomendações e pela franqueza com que orientaram a minha tese que deu origem a este livro. Estou eternamente grato à ambas pela paciência e confiança que me permitiram concluir o projecto.

Agradeço ao Professor Dr. Manolo Florentino, pelas discussões calorosas promovidas em sala de aula e pelas valiosas sugestões quando da defesa da qualificação da tese. Igualmente ao Professor Doutor Jean François Veran pelas considerações apresentadas na qualificação da tese. Meus agradecimentos especiais para a Professora Doutora Juciene Apolinário pelas contribuições dadas tanto no projeto como na tese em geral. Ao professor Peter Fry e a professora Maria Paula pelas contribuições necessárias e importantes na fase de conclusão do trabalho.

Agradeço aos demais professores do programa, Professoras Têmis Parente, Marieta Ferreira, Jacqueline Hermann, Maria Paula Araujo e aos Professores Carlos Fico, Manoel Salgado (*in memoriam*) e aos colegas do doutorado, cuja convivência permitiu importantes trocas.

À CAPES e ao DINTER-UFRJ-UFT pela oportunidade de ingressar no programa de Pós-Graduação (PPGHIS).

Um agradecimento eterno aos meus Amigos Francisco Gonçalves Filho e Ana Lúcia Pereira pela leitura e discussão do trabalho e à Rose Bodnar por insistir na minha candidatura para a

seleção deste doutorado. Aos meus filhos Eduardo, Álvaro e Camila pela compreensão e confiança depositada.

Agradeço ao professor André Luis Gomes da Silva da APN e ao José Iramar da Silva (*in memoriam*) do GRUCONTO, pelo apreciável apoio incondicional.

Finalmente, e não menos importante, meus agradecimentos aos moradores da Comunidade de Malhadinha, especialmente a dona Ariadna, Pastor José, Sr. Marcelino e dona Antônia a quem dedico este trabalho já que a eles devo a concretização do mesmo.

“Que os nossos políticos se dignem suspender os seus cálculos a fim de meditem nestes exemplos, e que aprendam de uma vez por todas que com o dinheiro se pode ter tudo excetuando costumes e cidadãos”.

Jean Jacques Rousseau (*Discurso sobre as ciências e as artes*, 1750)

Abreviaturas e sigla

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APA-TO	Alternativa para Pequena Agricultura no Tocantins
APN	Agente da Pastoral Negra
CEDENPA	Centro do Estudo do Negro do Pará
CELTINS	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
CI	Consórcio Intermunicipal
CIMI	Conselho Missionário Indigenista
COMSAÚDE	Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FGTS	Fundo de Garantias por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GRUCONTO	Grupo de Consciência Negra do Tocantins
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDEAFRO	Instituto de Pesquisa e Estudo Afro-brasileiros
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERTINS	Instituto de Terras do Estado do Tocantins
INVESTCO	Empresa representante do consórcio que construiu a UH-Lajeado
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MNU	Movimento Negro Unificado
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
NEAB-UFT	Núcleo de Estudo Afro-brasileiro da Universidade Federal do Tocantins
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBA	Plano Básico Ambiental
PDI	Plano de Desenvolvimento Integrado
PDR	Plano de Desenvolvimento do Projeto de Reassentamento
PGE	Projetos de Grandes Escalas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SECIJU	Secretaria de Cidadania e Justiça
SECS	Secretaria de Assistência Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TC	Tempo Comunidade
TE	Tempo Escola
UHE	Usina Hidrelétrica
UNB	Universidade de Brasília
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins
ZEEL	Zoneamento Ecológico Econômico

Sumário

Introdução	17
1.1 O objeto de estudo	31
1.2 A dificuldade metodológica	32
1.3 A pesquisa de campo	33
Capítulo I	37
“A origem”	
1.1 A região: O Pontal.....	37
1.2 A origem do povoado segundo seus moradores	41
1.2.1 <i>As primeiras famílias</i>	42
1.2.2 <i>O povoado no “tempo antigo”</i>	45
1.2.3 <i>Divisão do trabalho por sexo</i>	48
1.2.4 <i>A troca de serviços</i>	50
1.3. A facilidade de acesso à terra	57
<i>Malhadinha no passado (antes das políticas sociais)</i>	63
Capítulo II	65
A “Cerca”	
2.1 O campesinato no Brasil.....	65
2.2 O camponês negro.....	73
2.3 A luta pela terra no Tocantins.....	82
2.4 A fragmentação da terra em malhadinha	86
<i>A Fragmentação da terra – a “cerca”</i>	94
Capítulo III	95
O “Lago”	
3.1 As usinas hidrelétricas no Brasil.....	95
3.2 A usina hidrelétrica de Lajeado	98
3.3 As comunidades atingidas e os reassentamentos.....	101
3.4 O consórcio intermunicipal do Lago (CI-Lago)	107
3.5 Os impactos da UHE Lajeado na comunidade malhadinha.....	109

Capítulo IV	117
“Tempos de benefícios”	
4.1 Do camponês negro à remanescente de quilombo	118
4.2 Quilombos no Tocantins.....	123
4.3 O programa Brasil Quilombola no Tocantins.....	129
4.4 Comunidade Malhadinha hoje	135
4.4.1 Habitação	136
4.4.2 População.....	141
4.4.3 Educação e Saúde.....	144
4.4.4 Terra, trabalho e comercialização	149
4.4.5 Outras fontes de renda	156
4.4.6 A identidade redefinida.....	157
4.4.7 A visão da juventude.....	162
4.4.8 A relação com o poder local e estadual.....	165
4.4.9 A relação com os movimentos sociais e ONG ´s	171
4.4.10 As formas de sociabilidade	179
Considerações finais	187
Referências	189
Anexo	203

Introdução

Este livro é resultado do desejo de tratar, de uma perspectiva histórica e sociológica a comunidade denominada Malhadinha, localizada no município de Brejinho de Nazaré, região central do Tocantins. Objetivou-se tratar da sua organização socioeconômica, e a maneira pela qual ela foi reconhecida como comunidade quilombola pelas políticas públicas do governo federal a partir de 2006. Interessava igualmente compreender como os membros dessa comunidade vêm reagindo e respondendo às intervenções do Estado em suas formas de organização tradicional.

Para tal, foi necessário compreender e analisar as ações cotidianas que possibilitaram que seus membros estabelecessem uma relação afetiva com a terra e o seu meio e que adotassem um novo olhar e um novo discurso para a sua própria trajetória histórica. Esse “olhar” mobiliza um sentido de historicidade que permite aos moradores dessa comunidade identificarem uma linha do tempo, um antes e um depois, demarcada pelas políticas públicas orientadas para as comunidades remanescentes de quilombos. Trata-se de compreender como essa comunidade é identificada nesses termos e como seus membros refletem historicamente sobre essa “nova” identidade; como criaram laços que permitiriam ao poder público a definição e delimitação de suas fronteiras como comunidade quilombola; como foram definidas as relações sociais e quais foram as condições históricas de construção da sua identidade; e finalmente, observar a dinâmica dessa identidade *vis-à-vis* às políticas públicas introduzidas no interior da comunidade.

O critério de seleção dessa comunidade deve-se às características especiais que ela apresenta. A comunidade de Malhadinha sofreu três intervenções públicas importantes ao longo

da sua história (fragmentação da sua terra em 1994; parte das suas terras foi alagada com construção da UHL em 2001; e em 2006 foi contemplada no Programa Brasil Quilombola) e por isso acredita-se ser importante observar até que ponto essas intervenções alteraram o cotidiano, o *modus vivendi* e as representações identitárias da sua população.

A reconstrução narrativa de sua organização socioeconômica – tanto no passado como no presente – levando em consideração suas estratégias de reprodução econômica, social e cultural foi importante para compreender a singularidade desta comunidade, conforme definida pelo poder público, – não obstante partilharem características comuns às populações rurais tradicionais – por tratar-se de um grupo cujas raízes remontam ao período do pós abolição¹.

Assim, mais recentemente, pôde ser reconhecida pelo poder público como segmento social específico, com uma identidade “étnico-política” e portadora plena de direitos assegurados na Constituição.

Para melhor compreender as formas como os moradores de Malhadinha se auto-representam, adotou-se o método da história oral que, no caso, mostrou-se imprescindível. Através desse instrumental de pesquisa foi possível identificar falas de membros dessa comunidade e cotejá-las com relatos oficiais, desde o século XIX. A partir deste método foram ouvidos moradores daquela região, excluídos do processo de escolarização, e que através dessa pesquisa puderam contar um pouco das suas histórias. Espera-se que esses depoimentos, além de fundamentais para a reconstrução da história dessa comunidade quilombola, possam legar, para os estudos sobre populações camponesas, memórias locais, de modo geral, pouco conhecidas.

A presente pesquisa, antes de jogar luzes sobre a comunidade em particular, teve a necessidade de penetrar primeiramente o

¹ Nessa pesquisa, seguindo as falas dos moradores da comunidade não foi possível identificar algumas evidências que mostram a trajetória dessas populações desde a época da escravidão.

campo dos estudos sobre os quilombos. Tratava-se de dialogar com os autores de estudos quilombolas para identificar no objeto de investigação – a comunidade de Malhadinha – pontos de afinidade com definições mais ou menos aceitas sobre quilombos contemporâneos. Para entender este fenômeno foi importante percorrer e conjugar velhos e novos debates que vêm fundamentando a discussão atual e que emprestam sentido e pluralidade ao olhar contemporâneo.

Os estudos sobre o legado da escravidão no Brasil iniciaram-se por uma vertente racista e racialista amparada por um cientificismo característico do final do século XIX, de base evolucionista, que possuía uma visão hierarquizada de “raça”. Esta vertente² postulava a inferioridade da “raça” negra, justificando suas teses através de supostas evidências extraídas, primeiramente, do atraso das sociedades africanas; e também, da crença de que as raças isoladas possuíam força e autenticidade, razão pela qual a miscigenação, largamente observada no Brasil, representava uma violação da pretendida pureza racial. Para modificar essa ordem social, impura, miscigenada, seriam necessárias, de acordo com seus autores, estratégias de branqueamento da população brasileira, como forma de incentivar seu processo civilizatório.

Contra essa visão negativa de miscigenação, Gilberto Freyre na sua obra *“Casa Grande e Senzala”* opera uma valorização do cruzamento das “raças”, pondo em relevo a contribuição destas para o processo civilizatório brasileiro. As ideias defendidas por Freyre (1988) iriam formar, até os anos 50, a principal matriz da visão dominante sobre a escravidão e sobre relações raciais no Brasil. Inicia-se deste modo, na historiografia sobre a escravidão, a ideia da “convivência harmoniosa” entre senhores e escravos, que serviria de base para uma das construções ideológicas mais vigorosas da história do Brasil, a ideia de que o Brasil é uma democracia racial. Entretanto, apesar das interpretações que transformaram a obra de

² Ver Romero, (1949); Rodrigues (1939) e Vianna (1923).

Freyre em fundamento da chamada democracia racial, sua visão de escravidão, se tomada seriamente, mostra relações altamente ambíguas entre senhores e escravos, em um complexo “antagonismo em equilíbrio” entre extrema violência e proteção, constitutivo de sociedades patriarcais (ARAÚJO, 1994). O fato é que a interpretação de Freyre que acaba se transformando em um mito de enorme eficácia, é aquela que minimiza a existência de conflitos. Consequência disso foi a adoção pela historiografia brasileira de duas imagens que ficariam marcadas na memória coletiva dos brasileiros e no folclore nacional: o senhor bondoso e o escravo dócil e submisso.

O revisionismo crítico dessa leitura de Freyre como postulando uma versão branda da escravidão, inicia-se com os estudos de Florestan Fernandes que a reconhece como poderoso mito que oculta as consequências negativas da escravidão nas relações entre brancos e negros no pós-abolição. Clóvis Moura identificará, no pensamento inaugurado por Florestan Fernandes, a capacidade de resistência dos escravos lançando luzes sobre os heróis quilombolas durante o período da escravidão, como uma possibilidade investigativa que faria frente à versão do escravo dócil ou de uma escravidão branda. Mais tarde, o revisionismo historiográfico do final dos anos de 1980, observado nos trabalhos de Reis e Gomes (1996), garantirá um tratamento acadêmico rigoroso e com preocupações historiográficas sobre o tema dos quilombos históricos.

Flávio Gomes (1995) na sua obra “*História de quilombos*” revela que ao longo da escravidão em várias sociedades coloniais e pós-coloniais nas Américas não faltaram provas sobre a existência de diversas formas de protesto e resistência por parte dos escravos. Fugas, justiçamentos de feitores, revoltas nas fazendas, insurreições urbanas, quilombos, etc, foram algumas maneiras de enfrentamento dos escravos àquela ordem. Para o autor, estas manifestações de protestos e de enfrentamento das condições precárias vividas pelos escravos não foram as únicas. Havia também

formas de sociabilidade com enfrentamentos endêmicos, difundidas no cotidiano das relações entre senhores e escravos. A intervenção no dia-a-dia das variadas relações no domínio senhorial podia se dar desde a sabotagem individual na unidade produtiva, barganhas, paternalismo, rituais de poder, rituais de magia, fugas provisórias, apadrinhamento até à insurreição aberta. Forjavam-se estratégias de enfrentamento de modo complexo e multifacetado, uma vez que homens e mulheres escravizados controlavam suas vidas com lógicas próprias entre experiências sociais concretas em cada sociedade.

Juciene Ricarte Apolinário (2007) aborda que onde houve escravidão houve resistência. E de vários modos. Mesmo sob ameaça de agressão, o cativo negociava espaços de autonomia com os senhores ou não trabalhava, por exemplo. Houve, no entanto, uma forma de resistência que poderia se caracterizar como a mais representativa das formas de resistência à escravidão: trata-se da fuga e da formação de grupos de escravos escapados.

Para essa prática, havia denominações diferentes: na América espanhola, *palenques*, *cumbes*; na inglesa, *maroons*; na francesa *grand marronage* (para diferenciar da *petit marronage*, ou seja, a fuga individual, em geral temporária). No Brasil esses grupos eram chamados de *quilombos* e *mocambos* e seus membros chamados, *quilombolas*, *calhambolas* ou *mocambeiros* (REIS e GOMES, 1996).

Segundo estes autores, as considerações mais constantes referentes aos quilombos iniciam-se nos estudos afro-brasileiros dos anos 30 do século XX. Em geral, seguindo os estudos fundamentais de Nina Rodrigues na virada do século, Artur Ramos e Edison Carneiro formularam interpretações sobre a escravidão com viés culturalista. Segundo essa corrente, a organização social dos aquilombados era identificada a um esforço “contra aculturativo”, uma resistência à “aculturação” europeia a que eram sujeitos os escravos nas senzalas.

Edison Carneiro (1988) ao escrever “o *quilombo dos Palmares*” observa que o movimento de fuga era, em si mesmo, um

repúdio à sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, suprimindo a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo, para Carneiro, era uma consolidação da cultura e do modo de vida africano. Seus líderes eram em grande parte recém-chegados da África, e não negros *crioulos*, nascidos e criados no Brasil. “*Os quilombos deste modo foram – para usar uma expressão corrente na etnologia – um fenômeno contra aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos*” (CARNEIRO, 1988, p.14).

Na mesma perspectiva, Artur Ramos (1979) define a formação de quilombos como *reação* à aculturação negra. Ou seja, a cultura negra reage mais ou menos violentamente à aceitação dos traços de outras culturas. Para este autor, o processo de *reação* fez com que se conservassem em estado relativamente puro os padrões culturais originais.

Esses autores destacaram um quadro de “sobrevivências africanas” das “culturas negras” a partir de uma abordagem teórica ainda baseada em “evolucionismo cultural”. As experiências dos quilombos representavam as estratégias de africanos na diáspora em busca da conservação de suas “culturas negras africanas” longe da dominação dos padrões culturais de seus senhores.

Contrário às visões paternalistas e culturalista, Clóvis Moura (1981), em perspectiva marxista, define o escravo como classe social que constituía um dos polos da contradição mais importante do Brasil durante a escravidão. Ou seja, definia o escravo como sujeito de mudanças históricas ao longo do regime servil. Na sua obra “*Rebeliões e Senzala*”, publicada originalmente em 1959, o autor define o quilombo como: “unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil.”³

³ Moura, 1981, p. 87.

Porém, com a “escola paulista”⁴ essa noção de resistência escrava foi posta em segundo plano e a estrutura da escravidão e a sua opressão sobre a subjetividade do escravo, muito mais do que torná-los heróis, tornava-os anônimos, coisificados, com consequências dramáticas para a integração desse escravo no mundo do pós-abolição. Ademais, esses estudiosos se empenharam em combater a compreensão de que houve no Brasil relações escravistas em geral harmoniosas, onde a crítica à benignidade do sistema brasileiro encontraria nas obras de Gilberto Freyre seu alvo principal.

Clóvis Moura e posteriormente Luís Luna, José Alípio Goulart e Décio Freitas, entre outros, iriam reforçar a tese da resistência. Os quilombos e revoltas passaram a figurar como assuntos importantes, ainda que carregados por uma tendência à discussão das táticas de guerrilha e da interação entre quilombos e outros movimentos políticos. A ideia dessa historiografia era explicar a resistência negra nos quilombos como a repulsa do regime de cativeiro através da criação de uma sociedade alternativa livre. Voltava-se à proposição da marginalização e do isolamento do quilombo, tomando por base o modelo de Palmares e apontando para a inaptidão dos quilombolas de determinar a ruína do regime escravocrata como um todo (REIS e GOMES, 1996).

A partir da Constituição brasileira de 1988, o quilombo é ressignificado só que não mais como apenas um objeto de interesse histórico. Ele aqui adquire uma significação atualizada, contemporânea, ao ser inscrito no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que “confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado Brasileiro” (BRASIL, 1988).

A interpretação do que vem a ser um quilombo no período atual é, no entanto, um dos maiores problemas identificados desde

⁴ Estudiosos ligados à Universidade de São Paulo entre eles Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni.

a formulação do Artigo 68, que dispõe que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Como não se trata de expressão que denomine indivíduos, grupos ou populações no contexto atual, isso permitiu levantar a seguinte indagação: quem são as comunidades remanescentes de quilombos cujos direitos são atribuídos pelo dispositivo legal?

Para LEITE (2000) a expressão “remanescente das comunidades de quilombos”, que surge na Assembleia Constituinte de 1988, é atribuída não somente às demandas por títulos fundiários, mas à discussão mais ampla estabelecida nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta antirracista. O quilombo é trazido novamente à discussão para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude a uma “dívida moral” que o Estado brasileiro teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão e, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária.

O termo “remanescente” - que segundo o dicionário Aurélio de língua portuguesa significa o que remanesce, o que sobra - importa um diferencial importante com relação ao outro uso do termo “quilombo”, presente na Constituição Brasileira de 1988. Nele, o que está em jogo não são mais as “reminiscências” de antigos quilombos, mas “comunidades”, isto é, organizações sociais, grupos de pessoas que “estejam ocupando suas terras”, como diz o “artigo 68”.

As lutas das terras de quilombos associadas à luta dos movimentos negros urbanos pressionaram o trabalho da Constituinte de 1988 e garantiram o Artigo 68, positivando um passado de lutas que retornava para que esses grupos pudessem encontrar um lugar novo na sociedade. Isto se tornou possível através da “materialização” de sua história e cultura vinculadas ao território.

Conforme ARRUTI (2006) em 1994 o GT⁵ sobre comunidades negras rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), emitiu uma explicação “antropológica” que se tornaria dominante para a extensão do termo “remanescentes de quilombos”. O GT sugeriu a “ressemantização” do conceito de quilombo a partir de novos sentidos que lhe eram conferidos pela literatura especializada (apenas Clóvis Moura⁶, Décio Freitas⁷ e Abdias do Nascimento⁸ eram citados) e pelas organizações da sociedade civil que trabalhavam junto com os militantes negros em diferentes contextos e regiões do Brasil. Como mostra o autor:

Em meio a uma serie de negativas (não se referem a resíduos, não são isolados, não têm sempre origem em movimentos de rebeldia, não se definem pelo número de membros, não fazem uma apropriação individual da terra...). Essa “ressemantização” definia os remanescentes de quilombos como “grupos que desenvolvem práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”, cuja identidade se define por “uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados”. Nesse sentido, eles constituiriam “grupos étnicos”, isto é, “um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão”, segundo a definição de Frederick Barth (ARRUTI, 2006, p.92).

Essa definição articula-se com a necessidade de romper com o significado para quilombo que reproduziria acriticamente ou a

⁵ Grupo de trabalho.

⁶ Escreveu o livro que tornaria clássico na literatura histórica brasileira, “Rebeliões da Senzala” (1959), contrapondo-se pioneiramente a visão do escravo como vítima passiva de seu destino.

⁷ Um importante historiador gaúcho. Foi importante não pela extensão da sua obra publicada em livros, mas pela essência da sua elaboração. Escreveu “Palmares -A guerra dos escravos”, em que exuma Zumbi dos Palmares, o coloca entre os maiores heróis do Brasil.

⁸ Nome de grande importância para a reflexão sobre a questão racial no Brasil. Um dos maiores defensores da defesa da cultura e igualdade para a população afrodescendente no Brasil. Foi deputado federal de 1983 a 1987, e senador da república de 1997 a 1999. Autor de vários livros entre eles “o Negro revoltado”.

legislação repressiva do século XVIII⁹, ou as idealizações de um movimento negro ainda profundamente referido ao modelo de Palmares. Ao invés disso, propõe-se que se reconheçam as novas proporções do significado atual de quilombo que tem como ponto de partida, situações sociais específicas e contemporâneas, caracterizadas especialmente por instrumentos políticos-organizativos, cujo objetivo principal é a garantia da terra e a afirmação de uma identidade própria (ALMEIDA, 2006).

BRAZIL (2006) defende que se procurou contornar a realidade, não através da extensão da Lei, mas com interpretação abrangente e supra-histórica da categoria “quilombo”, que passou a designar, em contradição frontal com a realidade histórica, toda e qualquer comunidade com raízes africanas fossem quais fossem suas origem.

A partir de então, a definição de uma comunidade rural e, a seguir, urbana, como “quilombola”, não se deu através do reconhecimento de sua origem em um quilombo, na pré-abolição, mas da simples auto-proclamação como quilombolas de grupos social estável ou semi-estável com algum grau de ancestralidade africana (BRAZIL, 2006, P.10).

Para FABIANI (2007) essa tomada de posição destrói a história objetiva, escancarando-se o espaço para a invenção do passado e da tradição. Nos fatos, o passado e a tradição passam a ser controlados, definidos e inventados segundo a decisão daqueles que possuem atributos intelectuais, culturais e políticos para tal. Para o autor:

Somos, ao contrário, obrigados a registrar e a discutir os sentidos profundos socialmente patológicos da manipulação consciente por quadros intelectuais da história objetiva das comunidades trabalhadoras rurais brasileiras afro- descendentes, através de

⁹ Em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (CARVALHO, 2002).

uma verdadeira “invenção da tradição”. Efetivamente, não eram somente as autoridades e os estudiosos que precisavam *assimilar* o novo *significado* do termo quilombo. As comunidades rurais afro-descendentes eram precisamente o grande objeto da *ressignificação* do passado (FABIANI, 2007, p. 08-09).

MAESTRI (2005) foi mais além ao afirmar que *constitui uma agressão à memória e à história das classes trabalhadoras a denominação sumária como comunidade quilombola de toda e qualquer comunidade negra rural, independente de sua origem objetiva, fenômeno em forte desenvolvimento nos últimos anos*¹⁰.

Para que se estabeleça um nexo entre formações quilombolas do passado e as comunidades negras rurais na atualidade, é preciso rever os postulados da historiografia clássica no Brasil. Já que são muitos os historiadores que se baseiam em fontes documentais, e tendem a transportar para a atualidade conceitos e fatos produzidos pelos agentes da administração colonial e imperial, os quais se referiam aos quilombos no contexto de repressão a estas formações (SILVA, 2000).

Na mesma perspectiva, LARA (1996) afirma que o conceito de quilombo criado pelos agentes da administração colonial sempre foi manipulado com o objetivo de defender interesses particulares: *“Trata-se de uma definição operacional, diretamente ligada ao estabelecimento dos salários dos capitães-de-mato, mas que era sobretudo uma definição política”* (LARA, 1996, p.97).

Segundo ALMEIDA (2002) há necessidade de se libertar do conceito arqueológico, da definição histórica *stricto sensu* e das outras definições que pararam no tempo e que funcionam como uma camisa de força. Para o autor a definição jurídica dos períodos colonial e imperial não sofreram mudanças referentes à definição de quilombo.

Concordando com essa afirmação Arruti (2006) acrescenta que se trata mesmo de uma mudança simbólica do próprio

¹⁰ MAESTRI, 2005, p.251.

quilombo como metáfora. Ainda que nunca tenha tido a força e a propagação que passa a ter depois dos anos de 1970, o quilombo sempre foi um tema que incitou o imaginário político:

A sua primeira definição se encontra no corpo das legislações colonial e imperial, de uma forma explicitamente indefinida, que buscava abarcar sob um mesmo instrumento repressivo o maior número de situações, bastando para a sua caracterização a reunião de cinco (colonial) ou três (imperial) escravos fugidos, formassem eles ranchos permanentes (colonial) ou não (imperial). Sua generalização pela geografia e história do país - Oliveira Viana o classificou como um dos três grandes inimigos da ordem pública, ao lado dos índios selvagens e dos grandes potentados rurais - combinada ao franco desconhecimento objetivo sobre sua realidade histórica fez dele esse tipo de evento pronto a reapropriações mitologizantes que, desde pelo menos o início do século XX, serviram para pensar duas questões recorrentes, cujas implicações simbólicas tenderam a obscurecer as outras que lhes eram vizinhas, mas talvez mais estritamente historiográficas, entre as quais relativas às condições que estimulavam a fuga e a constituição de quilombos, as táticas de defesa e repressão aos quilombos, sua demografia e economia e suas relações com a sociedade envolvente (ARRUTI, 2005, p.72).

Finalmente CARVALHO (2002), mostra que os grupos, que são definidos atualmente como *remanescentes de quilombos* se constituíram a partir de uma grande variedade de processos, que envolvem fugas de escravos com ocupação de terras livres, e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua abolição.

Em 2003 no Decreto nº. 4.887/2003, o governo procurou pôr “ordem na casa” regulamentando o procedimento para “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação

das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos”. O artigo segundo determina:

Considera-se remanescente das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Veran (1999), rompendo criticamente com essa definição, não se preocupa em refletir sobre a origem e/ou a formação dos quilombos, mas preocupa-se em mostrar primeiro: a postura na qual ela se inscreve - através da construção de uma categoria coletiva e, segundo: o processo dialético sobre o qual ela reside - a interação entre uma representação do passado, o presente no qual ela faz sentido e o objeto que a mobiliza e que ela constrói. Para o autor:

Essas comunidades remanescentes de quilombos têm apresentado um quadro físico para esse jogo das lógicas concorrentes de representações de um evento passado - o quilombo - e de construção de um discurso histórico e político correspondente, frente aos desafios do presente. Essa dialética a que é submetido cada olhar coletivo sobre a história, entre um “passado interpretado” e um “presente interpretante” nunca foi tão perceptível como durante o debate que reuniu, em 1995, militantes, juristas, antropólogos, personalidades políticas, historiadores etc., em torno do problema da regulamentação do Artigo 68 sobre o direito de propriedade das “comunidades remanescentes de quilombos” (VERAN, 1999, p.297).

Os trabalhos acima referidos mostram claramente a existência de duas vertentes: os que entendem quilombos como experiência de fuga e resistência¹¹, e os que defendem o quilombo

¹¹ Gomes (1995); Carneiro (1988) e Moura (1981), Maestri (2005), Fabiani (2007).

como grupo que se constitui a partir de uma grande variedade de processos¹².

Portanto, esse *conflito científico de interpretação* prova como vem sendo tratado o controverso debate acerca do quilombo na historiografia brasileira. Desta feita, resgatar a historiografia sobre os quilombos, tanto numa perspectiva histórica quanto na abordagem da história do tempo presente, permite mostrar quais são os problemas que a *questão quilombola* enfrenta na busca de sua legitimidade acadêmica e política.

Este livro busca de certa maneira dialogar de forma crítica com essa historiografia. A ideia é trazer contribuições ao debate, seja para esclarecer determinados pontos que tendem a ideologizar e/ou politizar o tema, seja para aqueles pontos que tentam negar a existência de remanescentes de quilombos. O estudo de Malhadinha é em alguma medida uma tentativa de trazer alguma contribuição, através de uma experiência específica de comunidade que se auto-representa quilombola, para o complexo debate que envolve o tema dos quilombos no Brasil.

A preocupação da pesquisa não é a de se debruçar sobre o entendimento acerca da definição do passado ou da definição contemporânea da questão quilombola, mas sim de observar como essa categoria coletiva vem ganhando visibilidade e como ela reage em função das intervenções públicas (políticas públicas desde o governo FHC¹³) ocorridas no seu interior. Trata-se, ademais de verificar o quilombo hoje, tal como ele pode se reinventar atualmente, através do exemplo da comunidade Malhadinha. Acredita-se que essa invenção não se dá a partir do “nada”. É uma retradução de uma trajetória que, pelas falas nativas, pode ser historicamente identificada. Ou seja, é ligada ao passado, mas não necessariamente reproduz o passado no presente.

¹² Carvalho (2002); Leite (2000) e Arruti (2006), Almeida (2002).

¹³ Fernando Henrique Cardoso

O que se observa atualmente nas pesquisas sobre o tema é a tentativa de traduzir o quilombo como uma categoria universal, padronizada, como uma organização social específica e generalizada. É importante que não se dilua todas as experiências comunitárias dentro de uma categoria ampla de comunidade quilombola, sob pena de perder aspectos particulares, específicos, passíveis de uma etnografia densa e cair em uma definição meramente política de um tema que mobiliza experiências fascinantes. Essas merecem tratamento mais sistemático, por serem históricas e por serem experiências que se perdem, se não são registradas, se não são descritas, pois sofrem a redução das conceituações mais modelares e politicamente orientadas.

A experiência histórica do cotidiano na região em estudo mostra como cada comunidade tem suas especificidades. Cada uma tem formas de organização que lhe são próprias. Assim, surge a necessidade de mostrar essas especificidades. Esta tese se propõe a mostrar as particularidades de uma comunidade - atualmente reconhecida como remanescente de quilombo - em profunda mudança e como essas mudanças afetam a sua organização socioeconômica e a forma como sua população formula e assume a identidade quilombola.

1.1 O objeto de estudo

O objeto de estudo dessa tese é a comunidade remanescente dos quilombos de Malhadinha situada no Estado do Tocantins. É importante sublinhar que a região a que pertence atualmente o Estado do Tocantins era chamada de Norte de Goiás - por isso, algumas passagens da pesquisa fazem referência ao norte goiano e não a Tocantins. O Estado do Tocantins foi criado em 05 de outubro de 1989. O recorte temporal adotado compreende os anos de 1988 a 2008, e a justificativa para essa delimitação cronológica encontra-se no fato de cobrir o início das discussões sobre quilombos no contexto de elaboração da Constituição de 1988 e o final do período referente

à análise de alguns resultados do Programa “Brasil Quilombola” lançado pelo governo Federal em 2003, o qual no Estado do Tocantins teve início em 2006.

1.2 A dificuldade metodológica

O diálogo entre a ciência econômica, área em que tenho atuado, e as outras áreas das ciências sociais, constitui-se como ferramenta metodológica importante para atingir os objetivos deste trabalho. Mesmo com a hegemonia neoclássica nas ciências econômicas, nem todos os pesquisadores concordam com o caminho tomado pela pesquisa econômica. Longe da abordagem convencional, uma diversidade de economistas direcionou seus trabalhos para a consideração dos aspectos contingentes das leis formuladas na economia e sua dependência de fatores históricos, sociais, culturais e institucionais.

O encontro com a história garantiu uma melhor contextualização do fenômeno das comunidades quilombolas hoje, não apenas para compreender as principais atividades econômicas exercidas durante a escravidão e no período do pós-abolição, mas para evitar uma visão romantizada desse fenômeno. Para isso, as fontes disponíveis foram consultadas, a começar pelas fontes orais (entrevistas com membros dessa comunidade) e escritas – arquivos, jornais, documentos oficiais e, principalmente estudos da história do Brasil nos períodos da escravidão e do pós-abolição, de Goiás e de Tocantins.

Foi necessário observar do ponto de vista tanto da histografia colonial como da do pós-abolição como a figuração econômico-social dessas comunidades quilombolas mudou. Muitos autores tentam se valer da visão congelada do quilombo e outros defendem que este foi ganhando novos significados. Nesse contexto, ativar a historiografia significa pensar no quilombo como um modelo dinâmico, que possui historicidade à medida que é tratado não como

um modelo geral, mas como experiências espaço-temporal diferenciadas.

1.3 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo iniciada em 2008 estendeu-se até o ano de 2012. O trabalho foi realizado em diferentes meses dos anos 2008/ 2009, em novembro de 2011 e início do ano de 2012. Malhadinha em seu cotidiano, em suas memórias e em suas formas de organização socioeconômica, agora e no passado, constitui importante evidência de que comunidades quilombolas, a despeito das provas de sua origem na escravidão, configuram-se muito mais como fenômenos que se querem hoje cultural e etnicamente diferenciados por afirmação política. Ademais, e não menos importante, essas comunidades hoje encontram numa escravidão imaginada, a fonte simbólica da sua própria sobrevivência material. É, portanto, um fenômeno muito atual que se vale do passado para justificar seus objetivos e desejos do presente. Identificar essa operação que acaba por confrontar essas comunidades com a dinâmica da temporalidade, ou seja, que as obriga a construir uma narrativa que “amarra” tempos é um dos objetivos dessa tese, para o qual os depoimentos de seus membros, a narrativa que eles construíram foram de fundamental importância.

Nas primeiras visitas realizadas, além da participação coletiva do grupo na tentativa de recuperar as suas memórias, notou-se, não raro, a presença de um representante indicado pela comunidade cuja participação foi maior do que os demais nas entrevistas: uma espécie de “portador da memória do grupo” - geralmente um dos mais velhos da comunidade, como o Sr. Marcelino Ribeiro de Sousa e outras lideranças da comunidade, no caso a Sra. Ariadna César Nogueira. Atualmente, nessas últimas visitas pôde-se notar que a associação - Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade

de Malhadinha¹⁴ - conta com um novo presidente, que também conhece bem a comunidade, o Pastor José Ribeiro de Sousa Neto.

Para obtenção desses relatos utilizou-se a técnica de entrevistas gravadas, que permitiu registrar com maior fidelidade os diálogos entre pesquisador e informante. Desta forma buscou-se por meio de relatos, enquanto conjunto de narrativas significativas, reconstruir as configurações delineadas sobre trajetos dos quilombolas na construção de seus próprios significados em processo de mudança sócio-histórico. Também, como ferramenta, foi adotado um questionário com o objetivo de quantificar os dados sobre a organização familiar, tipos de residência, ocupação, sexo, religião, escolaridade.

Assim, o trabalho perseguiu os seguintes objetivos: (1) identificar através da história local e da memória dos moradores de Malhadinha a origem da formação do povoado, as suas formas de vida - passada e atual - dando ênfase à sua organização socioeconômica; (2) verificar através da narrativa dos seus membros como eles observam o tempo (passado, presente e futuro) e como eles percebem as mudanças na comunidade e em suas vidas e finalmente (3) observar as denominações identitárias e a forma pela qual as intervenções do Estado, através de políticas focalizadas, têm impactado suas vidas coletiva e individualmente.

Para auxiliar os objetivos, o trabalho teve como base as seguintes hipóteses: (1) os quilombos são expressões de imensa variedade de processos. Cada comunidade tem suas especificidades e não segue um padrão de organização pré-determinado e identificável em todos os quilombos. (2) A reconstrução do passado, tendo a escravidão como ponto de origem tem sido estimulada desde a introdução de políticas públicas na comunidade de Malhadinha que, para ser contemplada por essas políticas deve-se identificar necessariamente como uma comunidade quilombola. Isto torna o

¹⁴ Atualmente existe uma discussão para mudar o nome da associação, levando em conta que a comunidade é considerada hoje como remanescente de quilombos.

quilombo um “sujeito político-coletivo” atento, que vai resgatar a sua identidade porque entendeu que é politicamente importante e legítimo, dentro de um contexto de promoção de políticas públicas, reivindicar reconhecimento identitário a fim de obter benefícios do Estado.

Feitas essas breves considerações metodológicas, adianta-se a divisão dos capítulos do presente trabalho. O estudo foi desenvolvido em cinco capítulos. Após a introdução, o primeiro capítulo discute especificamente a formação histórica da comunidade e suas primeiras atividades econômicas. Ou seja, a “origem” da comunidade, as primeiras famílias e as primeiras atividades econômicas. O segundo capítulo tem por objetivo estudar a questão da terra, o conflito agrário no Tocantins e as consequências desse conflito no interior da comunidade Malhadinha. O terceiro capítulo analisa o processo de construção da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, mais conhecida como Usina de Lajeado, que deu origem a um lago artificial sobre o rio Tocantins, provocando o deslocamento de várias comunidades ribeirinhas, incluindo parte da comunidade Malhadinha. O quarto capítulo mostra a comunidade atualmente, à luz das políticas sociais para comunidades quilombolas. Finalmente, as considerações finais serviram para apresentar as conclusões da pesquisa.

Capítulo I

“A origem”

“Se recordo quem fui, outrem me vejoe o passado é o presente na lembrança. Quem fui alguém quem amo. Porém somente em sonho”.

Ricardo Reis, in “Odes” Heterônimo de Fernando Pessoa.

Este capítulo aborda a história da região¹ contextualizando a formação histórica da comunidade de Malhadinha, suas primeiras atividades econômicas, assim como a divisão do trabalho e as formas sociais de produção.

Na primeira parte estuda-se a região que deu origem aos primeiros arraiais que existiram no norte goiano e a formação do povoado Malhadinha; e a segunda parte analisa as facilidades de obtenção de terra na região do norte goiano com o fim da escravidão. Como se dizia, *“As terras aqui não tinham cercas.”*

1.1 A região: O Pontal

O primeiro contato estabelecido com a historiadora Leônídia Batista Coelho - que realizou os primeiros levantamentos históricos das comunidades negras rurais no Estado para fins de reconhecimento em 2005 – foi para falar sobre a Malhadinha. Segunda ela:

Os relatos de vários historiadores sobre o Pontal apontam para a possibilidade de que este tenha sido o ponto de partida das comunidades que hoje habitam suas proximidades. Essas

¹ A região do Pontal e Porto Nacional.

comunidades negras devem ter se fixado no antigo Julgado de Porto Real quer seja pela fuga ou mesmo por passarem a trabalhar sob proteção de coronéis como agregados tendo, ao longo do tempo, seus descendentes permanecidos na terra. Este parece ser o que provavelmente ocorreu com os primeiros habitantes da comunidade Malhadinha².

Existe uma espécie de *tradição histórica* que relaciona a formação do povoado de Malhadinha à destruição do Pontal. Mas, o que finalmente representa o Pontal?

Um dos desafios no enfrentamento desse tema é que, como se viu, não há clareza sobre as vinculações históricas entre a comunidade de Malhadinha e os antigos quilombos do período da escravidão e do imediato pós-abolição. O esforço no presente capítulo será o de basear algumas possíveis fontes históricas que nos permita compreender como a região do Tocantins ou antigo norte goiano foi historicamente povoado, a fim de identificar as origens dessas populações que hoje se auto-definem como quilombolas. Esse é um trabalho orientado mais para a busca de afinidades entre fontes oficiais, relatos históricos e as narrativas elaboradas pelos atuais moradores de Malhadinha. Não se trata de buscar uma origem fidedigna para a comunidade hoje como quilombo histórico cuja origem estaria no do período da escravidão. Trata-se de compreender a dinâmica histórica e sociológica de uma comunidade que enfrenta o desafio de lutar por melhorias materiais imaginando-se como parte de uma temporalidade histórica que tem uma origem, a escravidão, que é a garantia que torna, frente às políticas públicas, suas reivindicações políticas legítimas. Essa descoberta do tempo por populações não raro iletradas, essa curiosa “noção de historicidade”, resulta como um dos aspectos mais interessante em curso no Brasil rural.

Giraldin (2002) em seu artigo “*Pontal e Porto Real. Dois Arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos*

² Entrevista realizada aos 29/07/2009.

XVIII e XIX” salienta que Pontal representou, desde as primeiras décadas do século XVIII, o último povoamento não- indígena no então norte de Goiás, permanecendo nesta posição até o final daquele século, momento em que houve a fundação do destacamento de Porto Real, às margens do rio Tocantins. Assim, a fundação de Pontal ocorreu na primeira metade do século XVIII. Surge a partir de garimpos encontrados próximo ao rio Tocantins e se formou nas mesmas condições que os demais arraiais daquela região, naquele período³.

Corroborando com essa data, Halum (2008) afirma que o arraial de Bom Jesus do Pontal foi fundado em 1738, à margem do rio Tocantins e teve uma existência de pelo menos cem anos, no sopé da serra de mesmo nome. Ali realizavam-se garimpagem de ouro e, posteriormente o comércio com Belém do Pará. A sua extinção, segundo o autor, deveu-se aos ataques dos índios Xerentes:

Por volta de 1805, a população de Pontal foi massacrada por ataques dos índios Xerentes ocorrido no garimpo do ribeirão Matança, local de bastante ouro. Os sobreviventes fugiram e atravessaram o rio Tocantins, alguns deles a nado, e foram estabelecer-se à margem direita do rio, junto à casa do canoeiro português Félix Camoa, local em que fundaram um porto que deu origem a uma nova povoação conhecida por Arraial Novo de Porto Real, ou simplesmente arrail do Porto, depois Porto Real. Félix Camoa, que também viera do Pontal, é considerado o fundador do arraial de Porto Real, pois foi o primeiro a construir sua moradia no barranco do Porto. Desde 1803 ele transportava pessoas que chegavam para atravessar o rio (HALUM, 2008, p.270).

Entretanto, Giraldin defende que esta tradição não corresponde totalmente aos fatos. Para o autor, existe, uma explicação plausível para esta aparente confusão:

Os habitantes do Pontal de fato realizavam garimpagem de ouro em diversos locais nos arredores do arraial. Por volta de 1810, um grupo estava garimpando no ribeirão Matança, local de extração

³ Natividade (1734) e Arraiais (1740).

abundante de ouro, quando foram atacados pelos índios, provavelmente Xerentes tendo sido todos mortos. Este ataque permaneceu na memória como um fato extremamente marcante, e deve ter contribuído para que algumas famílias, a partir de então, abandonassem Pontal, mudando-se para onde estava o destacamento do Porto Real. Mas este massacre não foi provavelmente o fator determinante para a extinção deste Arraial. Deve-se ressaltar, contudo, que o ataque ocorreu no garimpo do ribeirão Matança e não no arraial do Pontal. Este permaneceu por muito tempo ainda, conforme as informações contidas em vários documentos do século XIX. (GIRALDIN, 2002, p.06).

Para o autor, o que provocou o despovoamento do Pontal não foi o massacre, mas sim o crescimento das atividades comerciais e de navegação pelo rio Tocantins que levou a população do arraial a abandoná-lo, passando a viver, paulatinamente, no crescente arraial do Porto Real.

O Príncipe Regente, D. João, através da Carta Régia de 05 de Agosto de 1811, ofereceu vantagens para quem quisesse estabelecer-se às margens do rio Tocantins, visando, com isso, favorecer o comércio com Belém do Pará. Entre as vantagens oferecidas, agraciava os moradores com os mesmos privilégios dados aos moradores da capitania de Minas Gerais, em relação ao Rio Doce. Permitia a guerra ofensiva contra os índios e a possibilidade de escravizar aqueles que fossem aprisionados, por um período de dez anos, ou pelo tempo que durasse a sua ferocidade; estabelecia por dez anos a liberdade de exportação e importação de todos os gêneros comercializáveis, que fossem feitos pelo rio Tocantins; concedia uma moratória de seis anos aos devedores da Fazenda Real, que fossem se estabelecer às margens do mesmo rio e finalmente, isentava, também por dez anos, o pagamento de dízimos para aqueles que fossem ocupar as terras dos índios (GERALDIN, 2002, p.08).

Portanto, segundo o histórico da região, Porto Real, atual Porto Nacional surgiu da desintegração do Pontal devido ao

massacre dos índios Xerente. Enquanto que para Giralдин⁴ o Pontal e Porto Real foram dois arraiais do norte de Goiás nos séculos XVIII e XIX que nasceram em situações distintas. Enquanto Pontal teve sua fundação dentro do processo de intensificação da mineração na região, Porto Real, ao contrário, nasceu na decadência desta atividade, como uma forma de incentivar o comércio fluvial pelo Tocantins até Belém do Pará, tornando-se assim alternativa econômica para o norte de Goiás.

Essa discussão, porém, não é objeto desta pesquisa. O que se pretende mostrar é que a população de Malhadinha provavelmente veio do Pontal, tendo em vista a proximidade do povoado com a região.

1.2 A origem do povoado segundo seus moradores

A comunidade está localizada na antiga “Fazenda Malhadinha” ladeada por serras como do Pontal que divide os municípios de Porto Nacional e Brejinho de Nazaré e por uns brejos denominados de “*Brejo de Adobes*” num trecho e “*Tolda*” noutro.

O nome “Malhadinha” originou-se - segundo relatos da comunidade - do lugar onde se criava o gado solto. Era na verdade um lugar onde o gado dormia “*malhada do gado*”. Os vaqueiros procurando o gado nas madrugadas, já sabiam onde encontrá-lo: na “*malhada*”.

Outros relatos defendem que a palavra “malhada” vem do gado que era mestiço, a pelada era malhada, ou seja, de várias cores. E assim ficou o nome Malhadinha, embora o verdadeiro nome seja Fazenda São Felipe.

Segundo as palavras do Sr. Marcelino Ribeiro de Souza, 78 anos⁵, agricultor e morador da comunidade, “era a terra de um tal Felipe Dias”. Questionado de que forma surgiu a comunidade de

⁴ Op.cit. p. 13.

⁵ Tendo em vista as datas das entrevistas prevaleceu a idade dos entrevistados no ano de 2011.

Malhadinha ou como chegou a população que hoje forma a comunidade, Marcelino Ribeiro de Sousa responde:

Isso é que não sei entender. Por que quando eu me entendi... o meu bisavô – Luizinho Venceslencio e esposo da Leandra - nasceu aqui, o meu avô – Pedro Venceslencio Souto, filho de Leandra e Luizinho e o meu pai também. Quando eu nasci em 1933 o meu avô morreu. Isso começou a se chamar Malhadinha por que o pessoal que morava ali mais para fora diz que esse lugar tinha uma malhada e que o povo vinha buscar o gado. O gado se reunia naquele lugar e chamavam de malhada de gado. Ficou Malhadinha⁶.

Os moradores mais idosos como caso do o Sr. Marcelino⁷ afirmam que seus avôs e bisavôs já moravam nestas terras, alguns tendo nascido nelas, deixando-as como herança para filhos, netos e bisnetos.

1.2.1 As primeiras famílias

As informações sobre a origem da comunidade não são precisas, de acordo com as narrativas dos seus moradores. Das entrevistas realizadas - inclusive se teve acesso a um vídeo realizado pelo representante do Movimento Negro⁸ em 2005, época que alguns moradores mais antigos estavam vivos – não se conseguiu encontrar respostas satisfatória no que concerne a sua origem. Os moradores mais velhos sempre responderam que não sabiam como surgiu a comunidade. Porém sempre foram assertivos nas suas respostas: “aqui sempre morou gente aqui toda a vida”.

O Sr. Casimiro Ribeiro de Souza, 76 anos, agricultor e irmão do Sr. Marcelino afirma que:

⁶ Entrevista realizada aos 15/02/2008.

⁷ O mais velho do povoado é o Sr. Quintino Araújo Dias (92 anos). Não foi possível entrevista-lo já que o mesmo apresenta deficiência auditiva.

⁸ José Iramar da Silva.

Toda vida teve gente aqui desde meu entendimento, quando me entendi já tinha morador para todo lado aqui. Os antigos são os Araújo, tinha Mamede, Vitorino, Dertrudes, esses eram os Araújo. Os Pintos Xavier esse são como se diz encostos. O chefe mesmo daqui era Felipe Dias por isso é que se chamava fazenda São Felipe, que era o primeiro dono e talvez mesmo nem esse que estou falando para você os Araújo não conheceu ele⁹.

No vídeo da entrevista realizada em 2005, o Sr. Quintino Araújo Dias, hoje com 92 anos e morador mais velho da comunidade¹⁰, argumenta que o Sr. Felipe foi “meu bisavô que guerreou e ganhou a terra”. Mas não sabe como iniciou o povoamento da região. De todas as formas as falas dos mais antigos moradores convergem quanto às grandes famílias que constituem a Malhadinha atualmente: Os Araújo Dias, Ribeiros de Sousa e Pinto Xavier.

Há famílias que se estabeleceram na década de 1940, como é o caso do Sr. Lourenço¹¹ e seu irmão Silvinho Lopes da Silva, 79 anos. Eles compraram as terras que hoje fazem parte da Fazenda Alegre. Questionado se quando chegaram encontraram moradores brancos ou índios em Malhadinha, o Sr. Silvinho responde que: “aqui quando chegamos todos os moradores sempre foram negros”¹²

Outro grupo veio no mesmo período (década de 1940) em busca de terras férteis. Nesse período segundo as narrativas dos moradores vieram várias famílias provenientes do Nordeste em busca de terras para sobreviver. É o exemplo da dona Antônia Moreira de Sousa Ribeiro, 74 anos, agricultora (figura nº 15) e esposa do Sr. Marcelino Ribeiro de Sousa, 78 anos (figura nº 14).

⁹ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

¹⁰ Não foi possível entrevistar o Sr. Quintino porque atualmente é deficiente auditivo.

¹¹ Já é falecido

¹² Entrevista realizada aos 22/11/2011.

Segundo dona Antônia, eles vieram para essa região fugindo da seca que assolava o Piauí na época:

Tinha 15 anos quando cheguei aqui. Veio com medo de que lá não chovia nem? Nós não tinha nada... só coragem para trabalhar. Veio a família toda, meu pai mais minha mãe. Veio porque a terra era boa e naquele tempo chovia bastante. Era bom de água. Aí, veio muita gente de Piauí para cá. Veio a minha irmã, meus irmãos, todo mundo. Viajamos a pé de lá para cá. Só os pequenos vinham no meio da carga encima do jegue. Não tinha o que comer, mas tinha aquela vontade¹³.

Também existem populações que vieram trazidas para a comunidade compradas como escravas. É o caso da Dona Ismênia descrita como uma “escrava ferrada” que foi trazida da Bahia pelo senhor Frederico. Ismênia não casou, porém teve duas filhas - Luisa e Madalena. Madalena casou com Vitorino Araújo Dias e teve dois filhos: Emiliano e Donato.

De acordo com Sra. Francisca Dias dos Reis Araújo, a dona “Chiquinha”, 85 anos, aposentada e viúva do Sr. Donato:

Só sei que a avó dele veio da Bahia. É da Bahia. Ela veio com “veio” que morava em Porto, fez igreja, trouxe ela de cavalo, disse que trouxe de cavalo. Ela morava aqui de outro lado. Acho que teve uma menina ou duas. E uma delas é que teve o Donato. Ele conheceu ela quando era pequena. Era escrava ferrada¹⁴.

Em Malhadinha o casamento endogâmico e consanguíneo reforça o parentesco existente e estabelece filialidade e irmandade entre as famílias. Tais laços cruzam-se com os de descendência unindo os membros dessa comunidade de forma horizontal e vertical. É comum ouvir os seus moradores comentando com orgulho que “aqui todo mundo é parente” ou “fulano casou com seu primo ou fulana está casada com primo”. Durante a visita no

¹³ Entrevista realizada aos 13/07/2008.

¹⁴ Entrevista realizada aos 25/11/2011.

povoado várias vezes observou-se crianças de outras “famílias” pedindo “bênção” para outros mais velhos: “bênção vô” e não necessariamente esse “vô” é pai do seus pais.

1.2.2 O povoado no “tempo antigo”

No passado as casas, em sua maioria eram feitas com adobe, pau-a-pique e tijolos comuns; cobertas por telhas comuns e madeira colhida no mato; no piso, chão batido ou cimento grosso ou liso (figura 01). Tinham poucos cômodos. A maioria das edificações não possuía banheiros internos e as vezes, nem mesmo a parte externa (figura nº 02). Não existia energia elétrica. Os moradores utilizavam rádios à pilha (quem tinha) e faziam uso de velas e lampiões à noite. As estradas de acesso eram cheias de obstáculos (figura nº 03). Segundo Sr. Salustiano Araújo Dias, 61 anos, agricultor e morador do povoado:

Antigamente as casas eram feitas de palhas, enchimento, amarrado de taboca e o barro de taipa. E aí, quando o dono da casa saía para viagem só sossegava na volta quando enxergava a casa, sabe? com o medo do fogo incendiar a casa. Quando chovia então era uma tristeza¹⁵.

No “tempo antigo,” expressão que eles adotam para dividir o tempo em antes e depois das políticas públicas, a principal atividade econômica era a agricultura¹⁶, a terra era um bem coletivo. A família constituía a instituição de produção central. A força de trabalho humana organizava-se no âmbito da família cuja produção era uma função doméstica.

Para o Sr. Marcelino Ribeiro de Sousa, 78 anos, agricultor:

¹⁵ Entrevista realizadas aos 21/11/2011.

¹⁶ Existia a criação de gado bovino, suíno e a fabricação de rapadura, mas em pequena escala.

Aqui quando me entendi, as terras aqui tinham dono nem¹⁷? Mas ninguém tinha separação. Nós trabalhava aonde queria, se quer fazer roça, fazer roça onde você queria. Os donos eram os Araújo. Araújo e Venceslêncio que eram primos e elas eram duas irmãs que moravam aqui a Apolônia e a Leandra. A Leandra e os filhos ficavam com Venceslêncio e Apolônia pelos Araújo, era a mãe dos Araújo. Então essas pessoas trabalhavam aqui, não tinha separação. Só tinha terras ali que eles falavam que era deles e outros trabalhavam. Não tinha cerca, não tinha nada. Roçava o mato aí na beira do córrego aquele lugar de palmar grosso, derrubava de machado¹⁸.

A família estava diretamente engajada no processo econômico e em grande parte o controlava. As relações internas entre pai, mãe e filhos, eram relações de produção. Os bens que produziam assim como a alocação do trabalho eram na maior parte das vezes estipulações domésticas: a produção desenvolvia-se para atender às exigências familiares.

Os serviços eram feitos por família: pai e filhos. Quando era de cortar o arroz a gente ia cortar o arroz de mão, cortando cachos por cacho, a mulher cortando mais a gente...cacho por cacho e aí espalhava naquelas palhadas para secar o arroz e mutuava na roça. Depois de seca o arroz carregavam trouxas no balaio para casa para guardar. E tudo isso era feito com a família toda [...] Tenho na família só meus meninos que trabalham aqui nós faz nós divide aqui. Agora os outros pais tem seus filhos também fazem a mesma coisa. Toda a vida foi assim. Tem momento também que pode chamar outra família para ajudar e depois dividir o fruto do trabalho. Tudo é feito por família¹⁹.

Mesmo sendo a terra de usufruto comum, as famílias tinham acesso a elas enquanto membros do grupo, escolhendo seus sítios, e locais de roças. Era pelo trabalho que a família usufruía de parcelas

¹⁷ Uma expressão regional que significa não é?

¹⁸ Entrevista realizada aos 13/07/2008.

¹⁹ Idem

de terras e de seus recursos. A família definia as tarefas e os momentos dedicados a cada atividade. A roça tinha a função de atender às necessidades familiares e produzir um excedente capaz de alimentar as relações de sociabilidade com as cidades mais próximas.

Em Malhadinha, a terra, para os seus membros, os ligava às suas origens, a seus ancestrais.

[...]A terra aqui não tinha dono. Todas as famílias trabalhava em qualquer lugar. Roçava em qualquer lugar. Não tinha contrato de arrendamento nem nada. Aí é o seguinte: se botava roça onde queria e ninguém falava. Não tinha dono não. Botava roça até mais afastada porque criava porcos nem? Para os porcos não ir lá, criava nesse boqueirão, mas não tinha separação²⁰.

O Sr. Salustiano Araújo Dias, 61 anos reforça essa afirmação:

Antigamente a terra era comum. Quem quisesse sair pôr uma roça, morando aqui podia derrubar e fazer a roça lá do outro lado. Você podia derrubar de lado de cá nem? E aí, não tinha dono de terra não. A terra aqui era vasta e comum. Todo mundo trabalhava onde queria²¹.

Apesar do uso de diferentes técnicas nas várias atividades desenvolvidas pelo grupo, a base de sua produção residia nas técnicas de organização do trabalho. Tais técnicas utilizadas na agricultura eram auxiliadas com os instrumentos de trabalho como: facão, enxada e machado para produzir arroz, milho, feijão, mandioca e cana. Como explica o Sr. Marcelino:

Roçava de facão e derrubava de machado, cercava a madeira para poder fazer a cerca, a cerca era de madeira. Pegava uns três metros de pau aqui para fazer a cerca. A enxada era para capinar. Não existia cutelo para cortar o arroz. Era uma faquinha, fazia uma

²⁰ Idem

²¹ Entrevista realizada aos 21/11/2011.

faquinha de lascas de aroeira para cortar o cacho de arroz. Não existia nem trator. Você rapava o cacho, já, já, saía fazia uns cofos de coco e aí rapando o cacho de arroz e botando dentro do coco. Quando enchia botava lá no lugar²².

Esses instrumentos eram empregados na lavoura pelo homem. A mulher e as crianças tinham acesso apenas à enxada. Isso se deve ao fato de que as fases de trabalho anteriores ao plantio eram sempre realizadas pelo homem.

1.2.3 Divisão do trabalho por sexo

Na divisão do trabalho estabeleciam-se as bases de realização da produção. Sob forma relativamente simples, a organização da produção era feita em vários níveis: divisão do trabalho por sexo e por idade; divisão combinando a sazonalidade - inverno e verão. Porém, a produção era potencializada pela participação ativa de homens e mulheres. Segundo dona Antônia, 74 anos, agricultora:

Todo mundo trabalhava naquele tempo. Mulher também trabalhava na roça. Quando o marido estava roçando a roça, primeiro roçava de facão nem?... roçava o mato de facão ela estava aqui em casa fiando o algodão para fazer roupa. Quando queimava aquela roça. Os homens iam cerrar a tora de pau para fazer a cerca e elas iam juntar os garranchos para queimar para desocupar a terra. Quando acabava a cerca para cercar a roça aí o homem ia limpar o mato e a mulher ia tirar o mato para plantar no limpo. Quando as vezes acontecia que cercava a roça depois que era plantado e que o arroz nascia, o marido ia limpar o arroz ela voltava fiar para fazer roupa²³.

A mulher desempenhava várias tarefas importantes dentro da família: como trabalhadora e como mãe ou irmã cabia-lhes os trabalhos domésticos de lavar roupas, cozinhar, fazer sabão e cuidar

²² Entrevista realizada aos 13/07/2008

²³ Entrevista realizada aos 13/07/2008.

das crianças, da horta, ajudar o marido na roça e contribuir para aumentar a renda familiar.

Na produção do algodão, a mulher ajudava o marido desde o plantio até a colheita Dona Antônia explica as tarefas femininas no “tempo antigo”.

Nós plantávamos sabe? E aí saía plantando nem? Fazia as carreiras de algodão aí dentro do arroz por que na mandioca fura. Agora faz tempo que está abrindo aí oh! – mês de julho para começo de agosto – aí nós apanhamos. Primeiro apanha, a segunda apanha, o último já é uma parte separada por que é para fazer canelão, para fiar canelão que era linha, que era fofo, mas não era passada o dedo para ficar lisinha. Ela ficava fofa e cabeludinha que era tamar o pano com a linha que era lisinha e aí que aquela cabeludinha que é o canelão nós usávamos para tamar o pano para ele ficar fofo e não ficar duro e aí... É fiar no fuso e fiar no fuso [...] O fuso era rodinha feito de cabo de cuia, tora de uma tábua e aí o cabo era de taboca ou pau de aroeira que papai fazia os cabos todinhos [...]. Plantava uma quantidade de algodão para fiar o ano todo e aí separava os caroços bons para tornar a plantar. Aí fiava, nivelava e mandava tecer para fazer cobertas, redes²⁴.

Em relação à divisão de trabalho por idade, as crianças acompanhavam os pais em todas as tarefas organizadas pela família. É importante sublinhar os papéis das meninas em relação aos meninos. As palavras da Dona Rufina Ribeiro Xavier, 70 anos, agricultora, mostram como existia um seccionamento entre trabalho masculino e trabalho feminino.

Quando menina o meu papel era de cortar o arroz no cacho, ajudar o meu pai e a minha mãe a limpar o arroz no cacho, carregava o arroz na cabeça na trouxa, na coberta para a casa. Ajudava a plantar feijão, arrancar o feijão, bater e soprar. Nem estudar estudei. O meu pai não me pôs a estudar por causa da roça. Os meninos ajudavam o pai na roça e as meninas além de ajudar na roça também ajudavam a mãe em casa. Naquela época fiava eu

²⁴ Entrevista realizada aos 13/07/2008.

mais a minha mãe, trabalhava na roça com meu pai e fiava em casa com a minha mãe²⁵.

Quanto à divisão do trabalho combinando a sazonalidade entre inverno e verão, o grupo tinha domínio total da natureza. Associado ao inverno, a roça representava para o grupo a atividade principal. Ela fornecia diversidade de produtos. Trabalhava-se na terra, plantava-se e semeava-se no inverno. *“No verão o homem dedicava-se à cana para fazer rapadura e à mandioca para fazer farinha, enquanto que a mulher tecia algodão para fazer coberta e redes²⁶”*.

1.2.4 A troca de serviços

Durante o inverno fortaleciam-se os laços de solidariedade. Isso correspondia à intensificação das relações intra e interfamiliares em função da organização do trabalho em suas diversas fases, através do trabalho familiar e da troca de serviços. A chamada troca de serviços constitui uma técnica social de maximização das energias individuais, o exercício do trabalho coletivo, sob a forma de ajuda mútua. Na medida em que os trabalhadores assumem com intensidade tarefas idênticas, há uma força que se coloca em marcha, não redutível à somatória das forças individuais. Sr. Sandoval Araújo Dias, 64 anos, agricultor explica como era na época esse processo:

Aqui era quase como uma associação. Se você quer fazer farinha por exemplo, e aquele povo também. Então, me ajudavam aí e nós fazia aquela minha e aí depois fazia do outro e ia mais tarde para outro. Naquele tempo era troca, nen?²⁷

²⁵ Entrevista realizada aos 15/07/2008.

²⁶ Sr. Marcelino Ribeiro de Sousa. Entrevista realizada aos 15/07/2008

²⁷ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

A força de trabalho procedente do corpo coletivo e de atividade comum, reforçava as energias físicas e psíquicas. A execução da derrubada de uma área, cujo cálculo equivaleria ao trabalho de 20 dias/homens, pelo sistema de troca de serviços poderia ser efetuada em um dia por 10 homens. Constitui um mecanismo de racionalização do tempo e do esforço individual, estabelecendo-se sobre regras que definem a troca de tempo de trabalho.

Nós trabalhávamos tudo por família. Cada um faz o seu. Se, por exemplo, a gente queria render o serviço trocava. Eu trabalhava para outro um dia e o outro iria trabalhar para mim para render o serviço. Homem e mulher e tudo. Quando a gente estava fraco ou não podia fazer tudo²⁸.

A atividade de roça era dividida em quatro fases principais: derrubada, plantio, capina e colheita. A troca de serviços era realizada nas etapas que exigiam maior intensidade de trabalho. A derrubada era feita por homens. No plantio, onde as práticas apoiavam-se no trabalho familiar, participavam vários grupos domésticos acordados no contrato de colaboração. Os trabalhadores envolvidos nessa atividade não se relacionavam em bases de remuneração da força de trabalho, mas pela troca de serviços nas roças entre eles. Ou seja, observa-se um sistema organizando a troca de tempos de trabalho relativamente iguais para tarefas semelhantes e socialmente necessárias.

Em Malhadinha, cujos recursos naturais eram propriedades comuns do grupo, os instrumentos de trabalho eram propriedade do indivíduo, propriedade individual, mas não propriedade privada, já que nenhum membro podia negar-se a emprestar seus instrumentos a um parente ou membro da comunidade caso isso fosse preciso. *“Aqui todo mundo é parente e sempre se ajudou.*

²⁸ Sr. Marcelino. Entrevista realizada aos 15/02/2009

*Ninguém passava fome tinha sempre alguém ajudando dando comida ou ajudar na roça do outro*²⁹”.

As relações de parentesco jogavam um papel dominante no funcionamento das relações sociais já que determinavam a distribuição dos meios de produção e o controle das condições necessárias para a reprodução do modo de produção e das relações de produção.

Os chefes de família controlavam a terra e os instrumentos de trabalho para garantir a continuidade das condições de reprodução necessária para a produção material e para a existência da sociedade.

A agricultura constituiu-se como atividade principal da comunidade. A maioria dos chefes de família plantava sua roça para garantir o sustento. A criação de gado e de aves sempre existiu, mas em pequena quantidade. A coleta era pouco significativa. Serviu para a complementação da dieta alimentar. A coleta geralmente era liderada por mulheres auxiliadas pelas crianças. Muitas vezes nessas expedições as crianças aprendiam a distinguir diferentes plantas comestíveis ou venenosas. A pesca existiu sempre somente para complementação alimentar. Não constitua uma atividade principal. A produção artesanal era muito rudimentar e resumia-se em pequena máquina de moer cana para fabricar rapadura, movida por força animal; exercitavam algumas técnicas de fabricar farinha, sabão, coberta e redes. Eram tempos de “fartura” segundo as palavras do Sr. Sandoval Araújo Dias, 64 anos, agricultor:

Aqui de primeira era uma fartura danada de farinha. Tinha muita farinha, arroz sempre teve porque a terra é muito boa. Até hoje nós planta nessa terra “veia” e ela ainda está produzindo nem? Então, é uma terra boa. Aqui eu já colhi 40 sacas de arroz numa tarefa aí oh! Minha roça era lá naquele poste preto lá na moita de tucú lá. Só essa quadrinha aí me deu 40 sacas de arroz. Naquele

²⁹ Idem

tempo era saco mesmo, saco de estopa daqueles verdadeiros mesmo³⁰.

Era a família a célula da atividade econômica. Era no quadro familiar que se realizava, sob autoridade do pai de família, a adaptação da produção às necessidades dos membros do grupo. Em média, a família era composta de pais e cinco filhos que compunha a mão-de-obra dentro e fora da propriedade, e também como elemento organizativo do processo de produção. As crianças, quando não tinham escolas na comunidade, não frequentavam a escola e todas eram alocadas na produção

O inverno, período de chuva, era onde a comunidade se concentrava na produção agrícola. A produção era potencializada pela participação ativa de homens e de mulheres. Essas últimas também preparavam as refeições que seriam consumidas na roça, e muitas vezes com a ajuda das filhas, eram responsáveis pela horta da casa.

No verão o homem dedicava-se à cana para fazer rapadura, e à mandioca para fazer farinha, enquanto que a mulher tecia algodão para fazer coberta e redes, além da sua participação nos trabalhos domésticos.

Referente à rotação do cultivo e do tempo necessário para recuperação natural da terra, de acordo com a narrativa dos membros da comunidade, como a terra era vasta (e sem dono), os camponeses deixavam porções de terras em “repouso,” às vezes durante dois anos. Também para eles, no período de inverno a terra descansava para ser trabalhada neste ínterim.

A produção atendia às necessidades das comunidades, indicando um grande domínio técnico. A competência técnica permitiu à comunidade desenvolver-se como unidade de produção eficiente e capaz de atender às necessidades do grupo, com excedente necessário ao suprimento de bens que não eram

³⁰ Entrevista realizada aos 22/11/2011

produzidos na comunidade. Os principais produtos plantados nas roças eram arroz, feijão, milho, mandioca, cana de açúcar e algodão.

Em relação ao plantio de arroz, Dona Antônia, 74 anos explica como era feita no tempo antigo:

A gente sempre planta em outubro, começava de setembro à outubro. Já começava a limpar, dependendo das chuvas e aí já estava cercada de madeira e aí limpava e quando terminava de limpar as mulheres ajudavam a capinar um pedaço enquanto que o marido está cercando, está cortando e as mulheres estão fazendo cuivara. E aí quando terminava ele ia fazer a cerca e eu já ia limpar com as meninas pequeninhas ... capinando. Quando ele terminava nós ia plantar tudo. Ele ia cavando com enxada...cavando e elas jogando o arroz e tampando o pé³¹.

Quanto à colheita do arroz acrescenta que:

A colheita era feita assim: cortar cachinho por cachinho, assim ó! Cortando no braço e fazia aquele montão de arroz na roça, depois terminava tudo ia fazer estiva, deitava e forrava, fazia um giralzinho de pau e enchia de arroz para limpar no pilão. E aí limpava. Quando era para vender um pouco de arroz aí limpava e levava um quarto de arroz para a rua e aí todo o dia a boca da noite tinha que pisar o arroz, botava no sol para esquentar, para ficar mais mole, pisava e aí limpava na peneira. Soprava tudo e media, botava no saco e arribava na cabeça e levava para vender. Quando não era no animal era na cabeça³².

Em relação aos instrumentos de produção o Sr. Marcelino explica:

Fação, enxada, machado. Roçava de facão e derrubava com o machado, cerrava a madeira para poder fazer a cerca. A cerca era de madeira, pegava uns 3 metros de pau aqui para fazer cerca e a enxada para capinar. Não existia cutelo para cortar arroz, era uma faquinha. Fazia uma faquinha de lascas de aroeira para cortar o

³¹ Entrevista realizada aos 13/07/2008.

³² Idem

cacho de arroz. Não existia nem trator, essas coisas coedeira (colheitadeira). Se rapava o cacho, já, já saía, fazia uns cofos de par de coco e aí rapando o cacho de arroz e botando dentro do coco. Quando enchia botava lá no lugar³³.

A comunidade não viveu em situação de isolamento. Sempre se integrou ao mercado regional através da venda de sua produção excedente e da compra de produtos essenciais como sal, querosene, café e outros.

A integração era feita principalmente com a cidade de Porto Nacional. A viagem e o transporte eram feitos em animais ou a pé. “Era demorado e sofrido, levando inclusive dias. Às vezes tinha ajuda de jegue, senão era a pé mesmo³⁴”. Para o Sr. Casimiro Ribeiro de Sousa, 76 anos e irmão do Sr. Marcelino:

Eu vou falar para você que aqui era tudo através de costa de jumento nem? Ou então no peção daqui por Porto³⁵. É brincadeira você botar um quarto de farinha³⁶ na cabeça e levar lá no Porto e chega lá você nem vê o dinheiro. Porque você trocava o produto com outros que precisava. Era desse jeito. Saía de noite e voltava de noite. Nem rodagem³⁷ aqui não tinha de jeito nenhum³⁸.

Como um dos membros mais antigo da comunidade o Sr. Casimiro mostra as dificuldades que atravessavam para comercializar ou trocar os produtos.

Não havia rodagem. A estrada era de tropeiro. Com o jumento ou na cabeça daqui até o Porto. Eu mesmo por muitas vezes fui obrigado a levar. Eu não tinha animal e era preciso ir. Tinha um senhor Fortunato, ele morava lá no Porto e aí eu saí daqui umas

³³ Entrevista realizada aos 13/07/2008.

³⁴ Idem.

³⁵ A distância até a Cidade de Porto Nacional era mais ou menos de 25 a 30 km.

³⁶ Equivale a um saco de 40 kg.

³⁷ Estradas de acesso

³⁸ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

sete horas da noite, nem sei que hora foi. Quando eu cheguei lá onde agora é o Postinho³⁹, naquele tempo não tinha nada aí, não. Era tudo deserto. Eu encontrei com ele o Fortunato e aí, ele procurou o que é que eu ai fazer numa hora daquela e eu disse: “Precisando”, estava com três salami⁴⁰ de arroz limpo na cabeça⁴¹.

Naquele tempo prevalecia a economia de escambo, como mostra o Sr. Marcelino:

Quem determinava o preço era o comprador. O pessoal de fora é quem davam o preço. Querendo levar chegava lá e pagava o que eles queriam. Nós saía daqui com trem nas costas, daqui subiam essa serra aí com um saco de arroz nas costas para vender lá para trocar com sal, querosene, roupa mais fina⁴².

Os produtos comercializados eram principalmente agrícolas. Para dona Antônia:

Nós vendíamos arroz, milho, feijão, tudo lá em Porto para comprar ou trocar com algumas coisas como querosene. As vezes com dinheiro comprava roupinha, algum pedaço de pano e como a mulher fiava nem? Fazia calça de algodão, fazia coberta, saco de guardar trem eram de algodão⁴³.

É notório que no passado a terra na comunidade de Malhadinha era vasta e seus moradores viviam um tempo de abundância e certa autonomia com relação aos centros mais próximos. Viviam do resultado da sua agricultura de subsistência e trocando o excedente fora da comunidade, principalmente na cidade em Porto Nacional.

³⁹ Posto de Combustível “Cerqueira” fica à 12 km da comunidade

⁴⁰ 1 salami corresponde a 5 kg. Nesse caso 3 salamis eram 15 kg de arroz.

⁴¹ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

⁴² Entrevista realizada aos 13/07/2008.

⁴³ Entrevista realizada aos 13/07/2008

1.3. A facilidade de acesso à terra

O Sr. Casimiro Ribeiro de Sousa, 76 anos, agricultor lembra com saudades o seu tempo de menino onde as terras do seu povoado não tinham donos:

Nós íamos na roça com papai. Aqui não tinha dono não. Você podia roçar onde você queria: aqui, acolá onde a tua força podia. O gado da gente pastava onde quisesse. Não tinha cerca, nada. Isso aqui tudinho não tinha dono mesmo não. Os donos eram a gente⁴⁴.

Com o fim da mineração, o isolamento tomou conta da região ao ponto de baratear o valor da terra, e mesmo sabendo que o valor da terra do sertão goiano era insignificante, cada latifundiário, sendo a representação da lei e da ordem, possuía as suas propriedades particulares que chegavam a ter milhares de quilômetros quadrados de superfície (GANDARA, 2008)

Nessa linha de argumentação, a historiadora Leonídia Coelho defende que as terras da região eram extensas, isoladas e consequentemente baratas. Portanto, após a abolição, era mais rentável para os coronéis, doarem partes destas terras aos libertos, do que pagar-lhes para manter as suas terras, seja para plantar, ou seja, para criar gado.

Nesta região, ou seja, o sertão, naquele tempo a palavra ou “palavreado” de um homem valia mais do que um documento escrito. O não cumprimento de uma palavra feria a credibilidade de toda uma geração. Portanto os coronéis doavam as terras aos seus protegidos simplesmente através do “palavreado” e estes ao por sua vez passavam da mesma forma para os seus herdeiros⁴⁵.

Outras terras foram adquiridas pelos libertos porque simplesmente os donos abandonaram parte destas extensas

⁴⁴ Entrevista realizada aos 24/11/2011.

⁴⁵ Entrevista realizadas aos 29/07/2009.

propriedades, tornando-as devolutas. Em todas elas o fundamental é que o acesso a terra foi regulado não por categorias formais de propriedade, mas pelo próprio grupo através do chamado “direito costumeiro”⁴⁶.

Nota-se na região em estudo⁴⁷, que os ex-cativos não enfrentaram problemas de acesso a uma parcela de terra e nem para garantir a sua propriedade. Muitos conseguiram manter a terra adquirida e transmiti-la aos seus herdeiros. Segundo o Sr. Marcelino Ribeiro de Sousa, 78 anos, agricultor: *“Eu nasci aqui, o meu pai nasceu aqui, o meu avô e bisavô também nasceram aqui”*⁴⁸.

Ou seja, a doação de terras, ou o abandono por parte do proprietário devido a dificuldade de controlar efetivamente essas grandes extensões de terras, são razões para o surgimento dessas “terras comuns” ou como denominou Alfredo Wagner (2010) em “terras de pretos”.

Para Almeida:

As Terras de preto compreendem aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado a tais famílias, mediante a prestação de serviços guerreiros. Os descendentes destas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal partilham, sem desmembrá-las e sem delas se apoderarem individualmente (ALMEIDA, 2010, p.115).

Corroborando com essa afirmação Rios e Mattos (2005) mostram que as comunidades negras rurais tiveram origens em famílias extensas ou de grupos familiares ligados pela convivência na mesma fazenda. Para as autoras:

⁴⁶ Para o efeito ver Gusmão (1992).

⁴⁷ Norte goiano, atual Tocantins.

⁴⁸ Entrevista realizada aos 15/02/2008

A sua instalação se deu pela doação da terra aos ex-escravos, ou pela compra de propriedade de pouco valor ou ainda pelo desejo de atrair colonos e pelo absenteísmo dos proprietários. Essas comunidades compartilham também uma origem comum na desvalorização e descapitalização das terras que as abrigam. Estão longe das antigas e modernas vias de acesso, em terrenos muitas vezes esgotados e de pouco valor (RIOS e MATTOS, 2005, p.222).

Esta constatação é importante porque, ao comparar o mesmo o período do pós- abolição com dados de outras regiões do país, observa-se que este processo diverge totalmente.

No Vale do Paraíba, por exemplo, os libertos foram perdendo as suas conquistas tais como: possibilidades de ter uma pequena roça, de manter a família estabilizada, e principalmente, perderam seu poder de negociação com os proprietários. A opção encontrada foi a migração definitiva em direção às pequenas cidades no entorno do Vale do Paraíba, ou mesmo em direção à Baixada Fluminense (COSTA, 2008).

Estudando a mesma região Rios e Mattos (2005) encontram na falta de contratos estáveis a razão da migração de algumas famílias e que muitas delas eram expulsas das propriedades por não aceitarem as condições impostas pelos proprietários e devido a conflitos diários.

Explicando a lógica dos contratos, as autoras mostram que:

[...] a natureza interpessoal e informal dos contratos responderia ainda ao reforço de uma determinada “política do favor”, que seguiria critérios pessoais para serem concedidos, negados ou rompidos, conforme a vontade do proprietário contratante. A resultante de tal política seria a criação de uma determinada camada da população rural que embora não possuindo a propriedade efetiva da terra, possuía estabilidade e autonomia suficientes para se diferenciar, nas condições materiais, de uma camada itinerante que vivia nos limites de sobrevivência (RIOS e MATTOS, 2005, p.250-251).

Souza (2007) mostra que em Juiz de Fora, com a iminência da abolição definitiva da escravidão, os grandes proprietários escravistas preocupados com o destino da produção de suas fazendas, começaram a reivindicar leis de regulamentação do trabalho livre, bem como medidas que garantissem a oferta regular de mão-de-obra. No entanto, suas preocupações não se restringiam aos libertos. Muitos fazendeiros viam nos considerados homens livres pobres, principalmente naqueles que possuíam uma pequena parcela de terra, o verdadeiro perigo para o futuro de suas lavouras de café.

Na Bahia, os libertos e ex-escravos tinham entendimentos e expectativas diferentes a respeito das relações a serem forjadas depois da abolição da escravatura. Essas divergências assinalaram os confrontos e disputas em torno da definição dos parâmetros das relações cotidianas no Recôncavo açucareiro, entre 1888 e 1889. Quando o governo imperial decretou a abolição definitiva os senhores protestaram contra a lei, declarando que esta fora promulgada de forma precipitada e sem medidas coercitivas complementares que garantissem a obrigatoriedade da oferta de trabalho pelos libertos. Foi nesse contexto que setores ligados à produção açucareira trouxeram novamente à discussão a questão da escassez de mão-de-obra e a necessidade de imigração européia ou asiática (FRAGA FILHO, 2006).

Esse processo de expropriação da terra, após a abolição do trabalho escravo, visando garantir uma reserva de mão-de-obra, foi também verificado em outras sociedades no pós-emancipação, como nos Estado Unidos e no Caribe, por exemplo. No caso do Caribe, Souza (2007) mostra que as autoridades utilizaram vários meios a fim de limitar o acesso a terra, procurando com isso incutir no negro a necessidade do trabalho assalariado e impedir que um campesinato emergente progredisse economicamente. Um desses artifícios foi a obrigatoriedade de pagamento de impostos em dinheiro, cujos valores chegavam a superar os exigidos aos

fazendeiros, o que levava à necessidade de trabalho por salários pelos libertos.

Em síntese, neste primeiro capítulo identificou-se através da história local e da memória dos moradores a origem da formação do povoado e as primeiras formas de vida e sua organização socioeconômica. Em relação à origem da ocupação do lugar e, portanto da comunidade Malhadinha, os relatos apontam para diferentes histórias que podem se complementar. Uma delas refere-se à desintegração do arraial do Pontal; a outra, pelo ganho da terra por motivo de participação na guerra. Já para o nome Malhadinha informam sobre a malhada, isto é, local onde ficavam os bois que a noite, para enxergá-los era precisa observar as malhadas. Daí gerando o termo Malhadinha.

A comunidade era constituída por agricultores que produziam nas suas terras de forma auto-suficiente. As terras eram férteis, abundantes e de usufruto comum. A família era o núcleo da produção onde a atividade produtiva era realizada com a utilização de instrumentos de trabalho que eram individuais e não privados.

Existiam vários laços de consanguinidade das famílias, isto é, parentesco que facilitavam a prática muito utilizada antigamente que eram as trocas de serviços (mutirão), para viabilizar a produção familiar; bem como a relação com a terra, sem o cercamento; uma terra coletiva. “*Não tinha a cerca*”.

Essa abundância de terra na região em estudo deveu-se pelo barateamento do valor das terras devido o isolamento após o declínio da mineração. Com a abolição da escravidão aparentava ser mais rentável para os senhores doarem partes das suas terras aos libertos, do que pagar-lhes para manter as suas terras. Outras terras foram adquiridas pelos libertos porque simplesmente os donos abandonaram parte destas extensas propriedades, tornando-as devolutas.

Porém, algumas décadas depois (anos 30) com a política de povoamento do governo Vargas, ou seja, a “Marcha para o Oeste,” esse processo de ocupação do norte goiano será marcado pela

transformação da terra em mercadoria e pela ausência das formas até então espontânea de ocupação. A partir daí, as terras começam a ser valorizadas, tornando a região palco de conflito fundiário jamais visto na sua história. Esse será o tema do próximo capítulo: *“O surgimento da cerca”*.

Malhadinha no passado (antes das políticas sociais)



Figura 1 - Cozinha e casa do Senhor Marcelino e dona Antônia



Figura 2 - Banheiro residencial



Figura 3 - Vias de acesso à comunidade

Capítulo II

A “Cerca”

“Malditas sejam todas as cercas. Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar”

Pedro Casaldáliga

Este capítulo tem por objetivo estudar o processo da fragmentação da terra da comunidade Malhadinha em 1994 pelo Governo do Estado.

A primeira parte deste capítulo parte do princípio de que a população de Malhadinha é *camponesa* e negra. Nesse ponto, a discussão sobre a origem camponesa foi importante para poder entender tanto a origem do conflito fundiário no Brasil, quanto compreender a formação do *campesinato negro* e, finalmente, verificar o que torna os moradores da comunidade Malhadinha camponeses negros e o que os diferencia do campesinato brasileiro em geral.

A segunda parte observa o conflito fundiário no Estado do Tocantins para poder compreender os efeitos da política do Estado no interior da Malhadinha. Conhecer o processo de formação e povoamento do território que corresponde atualmente a unidade federativa do Tocantins possibilitou entender as raízes da constituição de um Estado com significativa concentração de terras e a consequente organização e luta dos trabalhadores.

2.1 O campesinato no Brasil

Compreendemos como unidade produtiva camponesa o núcleo dedicado a uma produção agrícola e artesanal autônoma que, apoiado essencialmente na divisão e na força de trabalho familiar, volta-se à satisfação das necessidades de subsistência. A mercantilização de

parte da produção busca enfrentar necessidades superadas através das trocas e da economia monetária (MAESTRI, 2005, p.245).

Sem qualquer pretensão de esgotar a discussão acerca do conceito de camponês, inicia-se este capítulo com a intenção de apresentar algumas reflexões gerais, feitas a partir da literatura de alguns estudiosos do campesinato no Brasil, sua origem e suas características, para posteriormente entrar no debate sobre a categoria *camponês negro*.

Valendo-se de formulações sobre como o campesinato pode ser melhor compreendido, toma-se os trabalhos de Amaral (1958) e Maestri (2005) que defendem a existência de cinco vias que levaram à formação do campesinato brasileiro propriamente dito, são elas: a via nativa; cabocla; escravista; quilombola e colonial¹.

Na via nativa, os autores defendem que no início do processo de colonização no Brasil foram os índios os primeiros fornecedores de alimentos para o colonizador português. A inicial relação de troca entre portugueses e nativos logo dá lugar à escravidão dos índios pelos colonizadores, que perdurou por pelo menos dois séculos

Levando em conta os relatos históricos Amaral explica que:

“[...] à época do descobrimento, os ameríndios já eram agricultores, já cultivavam quase todas as espécies que constituíram objeto de atividades agrícolas durante o período colonial, com exceção da cana-de-açúcar e do trigo, única contribuição dos portugueses” (Amaral, 1958, p. 114).

De acordo com Amaral (1958) a via mestiça² ou cabocla³ compunha o campesinato no período colonial pelas populações mestiças livres, formadas por filhos bastardos dos senhores de engenho, sem direito a herança. Esses ocupavam terras marginais e, em grande parte, viviam da agricultura, fornecendo alimentos para os engenhos e para as vilas.

¹ Amaral não considera a via quilombola, mas sim os brancos não herdeiros

² Amaral (1959).

³ Maestri (2005).

Quanto à via escravista os autores se baseiam na *chamada brecha camponesa*, relativa ao ato de conceder parcela de terra e tempo livre aos escravos para que pudessem cultivá-la. Era uma forma que os fazendeiros encontraram para minimizar os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho e também de ligar o escravo à fazenda evitando a sua fuga (CARDOSO, 2004).

Referente à via quilombola Maestri (2005) explica que havia quilombos praticando todo tipo de atividade econômica. Alguns viviam na periferia das cidades, dedicados à roubo perto de estradas ou caminhos; envolvidos em extrativismo na floresta; participando da economia pastoril; explorando a mineração. Entretanto, os quilombos dedicados à agricultura de subsistência foram certamente os mais comuns e mais populosos.

Para o autor:

Nos mocambos agrícolas, os quilombolas plantavam roçados de abóboras, feijão, mandioca, milho, cana-de-açúcar. Praticavam a pesca, caça, coleta. Criavam galinhas, porcos, cabras e outros pequenos animais. Neles, viviam em cabanas individuais ou coletivas e trocavam comumente a produção excedente nas vilas e fazendas mais próximas (MAESTRI, 2005, p. 247).

Na via colonial Seyferth (1990) explica que o processo de colonização com imigrantes estrangeiros foi complexo e variando de uma região para outra. O resultado mais expressivo da colonização, porém, estaria no desenvolvimento de uma sociedade rural diferente da sociedade rural brasileira tradicional, onde não existiria o pequeno proprietário. Segundo a autora, o que realmente teria ocorrido nas regiões colonizadas⁴ foi a formação de uma sociedade camponesa, cuja base fundiária é a pequena propriedade policultora produzida pela família do proprietário; camponeses que mantêm um estilo de vida próprio, um modo de vida específico que resiste às transformações ocorridas desde o século XIX.

⁴ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, parte de São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul.

Desta forma Marques (2008) no seu trabalho “*a atualidade do uso do conceito de camponês*”, defende que, a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades, já que aqui o campesinato foi criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Para o autor, a origem do conceito de camponês tem uma relação direta com a realidade da idade média europeia. Entretanto, em contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do campesinato brasileiro é marcada por uma forte mobilidade espacial.

Marques explica que:

O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social. Ou seja, é o seu modo de vida, mais do que a terra, o patrimônio que tem sido de fato transmitido entre gerações (MARQUES, 2008, p.60).

Martins (1981) em “*os camponeses e a política no Brasil*” explica que o termo “camponês” no Brasil é incorporado a partir dos anos 50. Sua origem é política, sendo associada às reivindicações da esquerda latino-americana em torno dos “campesinos”. Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caicara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não.

O que define o modo de produção camponês?

Existem várias possibilidades de definição conceitual do termo camponês. Atualmente observa-se que cada área de estudo tende a destacar perspectivas específicas e a acentuar um ou outro de seus aspectos constitutivos. Também, são diversos os contextos históricos nos quais o campesinato está presente nas sociedades. Mas, existe reconhecimento de princípios mínimos que permitem aos que investem, tanto no campo acadêmico, quanto no político, dialogar

acerca de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais (WELCH, 2009).

Marques (2008) define o campesinato como:

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2008, p.60).

Welch (2009) na obra “*os camponeses brasileiros*” conceitua o campesinato como uma categoria analítica e histórica, quando defende que:

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais (WELCH, 2009, p. 09-10).

Segundo a produção mais especificamente historiográfica, como teria surgido o campesinato no Brasil?

Maria Sylvia Franco (1976) no livro “*Homens livres na ordem escravocrata*”, explica que uma das mais importantes implicações do sistema colonial e da escravidão é que o sistema mercantil cresceu dependendo de uma fonte externa de fornecimento de trabalho, e isso aconteceu, não porque existia uma carência de população livre que pudesse ser transformada em mão-de-obra.

Segundo a autora:

Esta situação deu origem a uma formação *sui generis* de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil. A constituição desse tipo humano prende-se á forma como se organizou a ocupação do solo, concedido em grandes extensões e visando culturas onerosas. [...] Essa propriedade de grandes de extensões ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse e que não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes dessa condição, dado que o peso da produção, significativa para o sistema como um todo, não recaiu sobre seus ombros (FRANCO, 1976, p. 14).

Ou seja, numa economia colonial baseada no trabalho escravo, ao mesmo tempo, de forma paralela, forma-se um grupo de homens expropriados e livres que não foi inserido no trabalho escravo e nem no processo de proletarização. É uma camada intermediária da população rural brasileira: O *sitiante*.

Na mesma perspectiva Welch (2009) mostra que ao lado, ou no interior das grandes fazendas de produção para exportação, havia a inclusão de formas de imobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, baseadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, membros da família do trabalhador alocado como responsável pela equipe. Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob a designação de *colonos*, *arrendatários*, *parceiros*, *agregados*, *moradores* e até *sitiantes*, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril.

Renato Queiroz (1983) em “*Caipiras negros no Vale do Ribeira*” e Maria Isaura Queiroz (1973) em “*O campesinato brasileiro*” mostram que o termo *sitiante* é empregado para denominar o produtor rural que trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda da família e, às vezes contratando alguém. Caracteriza-se pelo pequeno volume de sua produção, por ser responsável direto pela lavoura (aí onde se encontra a diferença em relação aos trabalhadores rurais assalariados). Quanto ao

regime que o vincula à terra, o *sitiente* pode ser: proprietário; posseiro ou morador; arrendatário e parceiro.

Assim, é importante sublinhar que o *sitiente* sempre existiu no Brasil com a chegada dos portugueses. Durante o período colonial, compunha uma classe intermediária situada entre o fazendeiro e o escravo e após a abolição passa a constituir a classe que se situa entre os fazendeiros e os trabalhadores sem terra. É nessa camada intermediária que, conforme relevante literatura, define-se o “campesinato” brasileiro (QUEIROZ, 1973).

Em resumo, os autores mostram a existência de dois tipos de economia rural que predominaram no país. A primeira, formada por grandes plantações, destinada à agricultura de exportação; e a segunda, é constituída pela economia dos sidentes independentes, complementar tanto da economia dos monocultores, quanto da economia urbana e comercial.

Andrade (1996) no seu trabalho “*A questão da terra na Primeira República*” observa que ao ser proclamada a República, o novo governo procurou introduzir algumas modificações na vida econômica e política do País, desenvolvendo a industrialização e dando autonomia às antigas províncias que agora eram transformadas em Estados. Entretanto, a política de industrialização não foi bem sucedida, levando ao “encilhamento⁵”, e o problema de acesso à propriedade da terra foi contido, impedindo que a grande massa pobre alcançasse o *status* de cidadania. As pressões sociais não eram isoladas. Isso aconteceu porque essa massa não estava bem organizada para pressionar o poder, e conforme o autor, porque o Partido Republicano esteve sempre ligado aos grandes fazendeiros de café e aos senhores-de-engenho do açúcar, não tendo lutado, na última década do Império, pela abolição.

⁵ Política financeira de estímulo à indústria, adotada por Rui Barbosa quando ministro da Fazenda (1889 -1891). Baseava-se no incremento do meio circulante com a criação de bancos emissores, cujos empréstimos teriam de ser aplicados apenas no financiamento de novas empresas industriais e não na agricultura. Entretanto vários empréstimos não foram direcionados para os fins desejados e isso provocou uma espiral inflacionária e falências.

Em síntese, durante o período da Primeira República (1889-1930), os governos permaneceram indiferentes às pressões populares a favor de uma reforma agrária. Enquanto que as oligarquias mantinham um controle contra qualquer tentativa de reforma, as massas populares espoliadas não se organizaram para obter acesso à terra, vivendo à mercê dos grandes proprietários. Daí os constantes conflitos entre trabalhadores e proprietários, que se materializavam, ora em confrontos pessoais, com destruição de bens ou com assassinatos, ora em movimentos populares (ANDRADE, 1996).

Pinto (1996) refletindo sobre a “*Política agrária no Brasil*” observa que com o processo de industrialização, as grandes reformas trazidas com a Revolução de 1930, restringiram-se quase que apenas à zona urbana, enquanto que a realidade social no campo não modificou. Referente à utilização da terra, a Constituição de 1934 passou a garantir ao proprietário do terreno apenas o seu usufruto, o que excluía a posse das riquezas do subsolo, que se tornaram propriedade da União. Diante das péssimas condições de vida e da sujeição ao poder dos grandes proprietários de terra, os trabalhadores rurais se organizaram constituindo, nos anos 50, as Ligas Camponesas.

É nesse período que o conceito de camponês ganha um lugar de grande relevância nas ciências sociais brasileiras e, ao mesmo tempo, se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2008).

No período da ditadura militar brasileira a permanência do poder das oligarquias agrárias impediu que as disposições do Estatuto do Trabalhador Rural – aprovado por João Goulart em 1963 – fossem além do plano retórico. As mais conhecidas medidas relacionadas à questão rural são a criação do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - em 1970, e as frustradas tentativas de colonização principalmente na região amazônica. Em termos

numéricos, a evolução da questão fundiária no Brasil de 1960 a 1975 pode ser expressa pelo índice de Gini⁶ relativo à terra: considerando-se apenas os proprietários, a concentração aumentou de 0,731 para 0,867; acrescentando-se os trabalhadores despossuídos de terras, o índice aumenta de 0,879 para 0,942 (PINTO, 1996).

O processo de *modernização conservadora* da agricultura foi a opção escolhida pelo governo militar. Resumia-se na expansão da produtividade via adoção de tecnologias modernas possuídas por grandes grupos estrangeiros, com a permanência da estrutura fundiária altamente desigual. Setores da burguesia estrangeira receberam do Estado vários incentivos fiscais e facilidades de acesso ao crédito, que lhes propiciaram investir fortemente em terras. Paralelamente, transcorria o processo de urbanização acelerada do território brasileiro. Foi esse fator que, não obstante a permanência das desigualdades extremas, possibilitou a ampliação do mercado interno para os bens de consumo. A expansão da fronteira agrícola teria propiciado o incremento da produção apesar da *reconcentração* fundiária observada (GRAZIANO, 1982).

Entretanto, durante as décadas seguintes, deu-se prosseguimento à modernização conservadora da agricultura. A intensificação das mazelas sociais resultantes da concentração fundiária fez com que os trabalhadores rurais se mobilizassem novamente e criassem, em 1984, o MST (Movimento Social dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra), que assumiu, desde então, papel de extrema importância na luta pela redistribuição de terras.

2.2 O camponês negro

A questão: o que significa a categoria *camponês negro*?

Para responder a essa questão é necessário sintetizar alguns dos principais debates acerca da formação do campesinato negro. A

⁶ Índice de Gini ou coeficiente de Gini é um cálculo usado para medir a desigualdade social.

finalidade é mostrar como diversas tendências historiográficas trataram essa questão.

O fim da escravidão foi seguido por uma tendência à expansão da economia camponesa. Os ex-escravos, sempre que possível, procuraram obter terra e tornar-se economicamente independentes. Porém, essa tendência à expansão camponesa foi limitada pelo monopólio da propriedade da terra exercido pela classe rural, apoiada nas disposições da lei da terra de 1850, que entre outras coisas tornava difícil e oneroso o acesso aos terrenos do Estado.

Para que os escravos permanecessem nas fazendas, de certa forma influenciados por laços de gratidão pela dádiva senhorial, os fazendeiros alforriavam seus cativos e, em alguns casos, antecipavam-se à abolição (RIOS e MATTOS, 2004).

Brandão (1977) na sua obra *“Peões, pretos e congos”* mostra que a outra estratégia dos senhores era dar liberdade ao seu escravo para torná-lo agregado. Este permaneceria a serviço do patrão (o antigo senhor) em troca do direito de usar parte das terras da fazenda com o que assumia a própria subsistência, ou então como um arrendatário e, neste caso, um produtor por conta própria, algumas vezes com pretensões ao pequeno mercado disponível. Assim, o lucro do proprietário de terras e de gado é garantido, mesmo quando pequeno. Este lucro se produzia com o trabalho do arrendatário.

Segundo Brandão:

Nesta nova situação, o escravo recém-liberto converte-se em um agregado da fazenda, ao mesmo tempo, dependente e “parceiro”. Em condições possivelmente melhores que as do “agregado-servo”, ele pode iniciar com seu “patrão-sócio” laços de um novo tipo de assistência e solidariedade. Laços que representam para ele, da mesma forma, a subsistência redefinida e uma “promoção social” relevante. Para o fazendeiro eles significam a opção de novos lucros, sem o peso da subsistência de quem os ofereça (BRANDÃO, 1977, p.66).

Brazil (2006) em “*Formação do campesinato negro no Brasil*”, refletindo sobre o “fenômeno quilombola” defende que nos últimos anos da escravidão no Brasil importantes expoentes do movimento abolicionista, como André Rebouças, defendiam a abolição do latifúndio como complemento inseparável da abolição do escravo.

Entretanto, segundo a autora:

O projeto abolicionista de democratização do solo visando a sobrevivência e a integração do negro na sociedade de classe foi sumamente atropelado pelos dispositivos da *Lei de Terras*, os quais foram criados, desde 1850, com o objetivo de preservar o monopólio de poder (a terra), sob controle da classe hegemônica (os latifundiários escravistas). Por isso, o governo, sob a direção política dessa classe, utilizando-se de ordenamento jurídico, criou mecanismos de impedimento de acesso à terra ao trabalhador livre (BRAZIL, 2006, p.03).

Na realidade, a construção de um projeto camponês não foi possível a todos os ex-escravos, e a tão esperada “democracia rural”, que postulava a propriedade de fato da terra a uma parcela maior da sociedade não se concretizou. Projetos propostos por abolicionistas como André Rebouças não saíram do papel. Nesses termos, a Lei de 13 de Maio é vista como um recuo, por não incluir projetos capazes de fomentar uma distribuição de terras para beneficiar a população pobre, fundamentalmente, os ex-escravos (SOUZA, 2007).

Schmitt (2002) mostra que consequentemente, os ex-escravos que ocupavam de forma precária algumas áreas nos grandes latifúndios foram paulatinamente expulsos da terra por causa da produção mercantil. Alguns permaneceram nas propriedades dos seus ex-donos, ou se deslocaram para a cidade em busca de novas oportunidades. Muitos dos que permaneceram na zona rural, herdaram parte das terras que lhes foram cedidas pelo antigo senhor; alguns receberam doações de terras por parte da igreja; outros ganharam a terra como pagamento de serviços prestados ao Estado;

ou simplesmente permaneceram nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades.

Segundo Schmitt:

Dentro de uma visão ampliada, que considera as diversas origens e histórias destes grupos, uma denominação também possível para estes agrupamentos identificados como *remanescentes de quilombo* seria a de terras de preto, ou território negro, tal como é utilizada por vários autores, que enfatizam a sua condição de *coletividades camponesa*, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade (SCHMITT, 2002, p.03).

As pesquisas que tratam grupos rurais negros no pós-abolição surgem na literatura especializada como recentes “descobertas do meio rural brasileiro” independentemente de sentido, designações de agrupamentos, núcleos, comunidades, são como auto-referência ou referência de terceiros sobre eles (GUSMÃO, 1992).

Gusmão (1992) justifica que os atos grupais e coletivos criados pelos negros resultaram da experiência particular vivida no cativeiro. Por isso, a partir da escravidão formaram-se famílias negras diversas como base de sustentação do indivíduo e do grupo. Segundo a autora, por causa da relação com a terra, tais famílias passaram a enfrentar problemas tipicamente da economia de pequenos produtores de subsistência e de propriedade. Tais problemas encontram-se tanto no passado como no presente, articulados à realidade mais ampla em termos de dois mercados: de trabalho e de terra.

A autora defende que:

A dupla estrutura que organiza a vida e a existência dos grupos rurais negros contemporâneos é de mesmo sentido daquela que afeta todo e qualquer grupo camponês. No entanto, ao organizar sua vida e existência como camponês para reproduzir a família para si, ainda que articulado ao sistema capitalista, o camponês negro aciona elementos históricos de constituição da família negra. Neste sentido aciona uma história e tradição negra, e etnicamente se diferencia (GUSMÃO, 1992, 117).

Baiocchi (1983) no seu trabalho “*Negros de Cedro*” examina a comunidade negra frente ao mundo rural goiano e considera metodologicamente o Cedro como “bairro rural”, como expressão da “realidade camponesa,” que sob pressões da ordem capitalista, tende a se inserir no “campesinato” em formação.

Para a autora:

[...] Cedro é uma comunidade é uma comunidade pré-capitalista rural tentando rearticular-se para se situar produtivamente, dentro do sistema capitalista, tal qual ele se configura no rural em Goiás. Também Cedro é focalizado como comunidade negra, e, como tal, sujeito a todas as implicações que o racial tem na sociedade brasileira (BAIOCCHI, 1983, p.08).

Schmitt (2002) chama de *coletividade camponesa* aos grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos:

Dentro de uma visão ampliada, que considera as diversas origens e histórias destes grupos, uma denominação também possível para estes agrupamentos identificados como *remanescentes de quilombo* seria a de terras de preto, ou território negro, tal como é utilizada por vários autores que enfatizam a sua condição de *coletividades camponesa*, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade (SCMITH, 2002, p.03).

Renato Queiroz (1983) ao estudar o bairro rural do Vale do Ribeira – Ivaporunduva – chama os seus moradores de “*caipiras negros*”:

[...] O bairro de Ivaporunduva organizou-se até recentemente como núcleo de *sitiantes* que viveram em grande parte de cultivo da terra. *Posseiros* de terras férteis e abundante, seus moradores encontram-se hoje na iminência de perderem suas posses, e também a independência de que desfrutaram durante quase dois séculos (QUEIROZ, 1983, p. 141).

Analizando os trabalhos citados anteriormente, a primeira consideração a ser destacada é que essa abordagem utiliza como parâmetros a condição racial e a história particular para diferenciar o tipo de campesinato. Para esses autores, existe certa correlação conceitual entre quilombos atuais e camponeses negros no pós-abolição. Justificando esse argumento Brazil (2006) explica que:

O trabalho compulsório sob o olhar vigilante do feitor, a apropriação latifundiária, a tenuidade do núcleo familiar nas senzalas e a reduzida produção oleícola dos trabalhadores escravizados redundavam no conjunto de fatores que concorreram para a inexistência no Brasil de um campesinato negro substancial antes da abolição (BRAZIL, 2006, p.03).

Para essa vertente de estudo, a posse da terra pelos grupos rurais constitui um meio de inserção socioeconômica através da noção de campesinato, já que essas comunidades vêm enfrentando situações de pobreza desde década de 1960 quando a agricultura capitalista passou a dominar o espaço rural brasileiro provocando assim a crise do campesinato e consequentemente dessas comunidades.

Entretanto, existe outra abordagem que defende o surgimento do campesinato negro ainda antes da abolição.

Ciro Flamarion Cardoso chama de “*brecha camponesa*”⁷ a existência de atividades que, nas grandes fazendas escravistas, escapavam ao sistema de *plantation*. Percebe-se duas formas dessa “brecha camponesa”: a economia independente de subsistência que os negros fugidos organizavam nos quilombos e os pequenos lotes de terra concedida em usufruto, nas fazendas aos escravos não-domésticos. Isso segundo o autor, criava uma espécie de “*mosaico camponês-escravo*” o qual coexistia, porém, com “*a massa compacta, indubitavelmente dominante, das terras do senhor, nas quais o escravo era trabalhador agrícola ou industrial, fazendo parte de um grande organismo de produção*” (CARDOSO, 2004, p. 54).

⁷ Na verdade, essa expressão “brecha camponesa” deve-se a Tadeusz Lepkowski

Essas atividades camponesas dos escravos eram secundárias em relação ao escravismo dominante, e era importante a sua funcionalidade no sentido de reproduzir o próprio sistema escravista.

Porém, Sidney Mintz (2003) em “*o poder amargo do açúcar*” usa a expressão *protocampesinato* para definir as atividades econômicas dos escravos que se assemelhavam àquelas das pessoas livres. Ou seja, a participação dos escravos em atividades produtivas não tradicionalmente ligada à escravidão.

Para Mintz:

Era igualmente necessário para os plantadores ponderarem a força de trabalho dos escravos utilizada nas plantações contra seu desempenho, se usado nas culturas de subsistência. [...] Para balancear o uso da mão-de-obra, uma solução comum era deixar aos escravos os domingos mais a metade de um outro dia pelo menos durante a chamada “estação morta”, para a produção de alimentos (MINTZ, 2003, p.135).

Também nas áreas de mineração Baiocchi (1983) explica que toda uma conjuntura socioeconômica ligada a fatores como distância da costa dos centros de abastecimento, aumentaria a agricultura de subsistência. Assim, o negro tinha o direito de usar a terra em benefício do senhor, para este, e para seu próprio sustento e da sua família.

Na mesma perspectiva, Maestri (1984) a estudar a formação do campesinato no Brasil, conclui que a origem do campesinato negro está nas comunidades camponesas negras nascidas antes ou após a abolição.

Segundo Maestri:

Antes da abolição, cativos fugidos, libertos e negros livres subsistiram como caboclos nas margens e nos interstícios das fronteiras agrícolas em expansão. Engrossadas após a abolição, essas comunidades deram origem a campesinato negro que tendeu a isolar-se, como já haviam feito os caboclos descendentes de nativos (MAESTRI, 1984, p. 9-19).

Entretanto, Rios e Mattos (2004) condicionam a origem do campesinato negro à existência de uma fronteira agrária aberta. Fazendo a comparação entre as ex colônias britânicas, Rios e Mattos mostram que a diminuição marcante da produção açucareira na Jamaica após a abolição da escravidão, em contraste com a continuidade sem quebras expressivas desta indústria em Trinidad, chamavam a atenção para os diferentes comportamentos dos libertos quando da emancipação do trabalho.

Segundo Rios e Mattos:

As diferenças foram explicadas enfatizando a existência de uma fronteira agrária aberta na Jamaica, com espaços montanhosos e inúteis para os canaviais, contraposta a uma fronteira agrícola fechada, como em Barbados, por exemplo. A existência ou não de uma fronteira agrícola aberta seria o elemento determinante para o entendimento da diferença do comportamento dos libertos nas duas ilhas, o que seria muitas vezes generalizado para outras regiões. Assim, nas condições de fronteira aberta, os libertos tenderiam a buscar a autonomia, a se retirarem do trabalho nas *plantations* e a criarem um estilo de vida camponês, vivendo próximo aos limites mínimos de subsistência, com efeitos desastrosos para a economia destas regiões. Ao contrário, onde a fronteira se encontrasse fechada, os libertos teriam que se submeter às condições de trabalho propostas pelos empregadores, e os efeitos das mudanças na situação jurídica dos trabalhadores seriam minimizados (RIOS e MATTOS, 2004, 171).

Para as autoras existe um relativo paralelismo nos trabalhos brasileiros das décadas de 1970 e 1980 que também defendem:

As dificuldades de reter na grande lavoura a chamada “mão-de-obra livre nacional” nas áreas escravistas do Centro-Sul, enfatizada pela dependência dessas áreas dos fluxos internacionais de trabalho imigrante e pela desarticulação da lavoura escravista de alimentos da região, substituída pela formação de um campesinato negro, foi considerada, por alguns autores, função da fronteira

agrícola ainda aberta nestas áreas, em oposição ao fechamento dela nas antigas áreas açucareiras do nordeste⁸.

Portanto, considerando a literatura sobre o campesinato e campesinato negro, pode-se considerar a comunidade Malhadinha a expressão da trajetória do campesinato em geral e que de certa forma se encaixa na categoria de campesinato negro.

Entretanto, ao conversar com os moradores de Malhadinha, sobretudo os mais antigos, descobre-se que eles não possuem conhecimentos sobre o campesinato, muito menos sobre o campesinato negro.

Indagado o que faz para se sustentar o Sr. Marcelino Ribeiro de Sousa, 78 anos, agricultor, responde o seguinte:

Eu trabalho na roça. Toda vida trabalhei na roça. Todo mundo aqui trabalha na roça. Eu e a minha mulher criamos nossos filhos trabalhando na roça. Antigamente, com nossos pais, nós trabalhava o dia todo. Como não tinha escola os meninos acompanhavam os pais na roça. Levava facão ou foice para trabalhar e voltava só de tardezinha⁹.

Acompanhando o relato do Sr. Marcelino pode-se concluir que grande parte da população de Malhadinha exerce a atividade agrícola para sobreviver, ou seja, são camponeses.

Entretanto quando foi questionado se ele se considera um *camponês negro* o Sr. Marcelino não soube explicar se realmente é *camponês negro* ou não¹⁰. “*Eu sempre trabalhei na roça desde pequeno, agora, se sou camponês? não sei, não Sr*”¹¹. O professor André Luis Gomes da Silva¹², 37 anos, explica que os moradores da Malhadinha

⁸ Ibid, p. 171.

⁹ Entrevista realizada aos 23/11/2011.

¹⁰ Vários moradores da Malhadinha não conseguiram responder se são camponeses ou não.

¹¹ Entrevista realizada aos 21/03/2012.

¹² O professor André é militante do Movimento negro e é praticamente um elo de ligação entre Malhadinha e a Prefeitura de Brejinho de Nazaré.

não conhecem essa categoria de camponês . *“Eles sabem que são negros, moram na zona rural, mas essa denominação de camponeses eles não sabem. Muito menos, sobre o camponês negro”¹³.*”

Nota-se que em Malhadinha os seus moradores por enquanto estão tentando solidificar a nova identidade – quilombola. Por isso a discussão e a mobilização sobre o *campesinato negro* ainda não se materializaram no seio da comunidade.

2.3 A luta pela terra no Tocantins

Paulo Rogério Gonçalves, representante da APA-TO¹⁴ ao explicar a questão fundiária no Estado do Tocantins comenta que:

O Estado do Tocantins é marcado pela história de um conflito agrário extremamente violento. Mais ou menos nos anos 50, com a abertura da Belém-Brasília tivemos o início do processo de regularização das terras do antigo norte goiano. Ao mesmo tempo em que chegou a estrada chegou um monte de grileiros que tinha como objetivo regularizar as terras que ficavam ao redor da estrada. E aí, começa um conflito muito forte no Bico do Papagaio¹⁵. Tivemos mais de 3 mil famílias envolvidas no conflito agrário. Muitas mortes¹⁶.

O conflito de terra no norte do Tocantins na região do Pico do Papagaio é conhecido principalmente no meio rural do Estado tendo em vista a sua violência e o número de pessoas assassinadas (figura nº 04).

A história do Tocantins vincula-se de forma embrionária ao de Goiás visto que Tocantins foi criado a partir do desmembramento

¹³ Entrevista realizada aos 21/03/2012.

¹⁴ Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins. Uma Organização não governamental

¹⁵ A microrregião do Pico de papagaio pertence à mesorregião ocidental do Tocantins, fazendo fronteira com os Estados de Maranhão e Pará. Possui 25 municípios numa área total de 15.767,856 km²

¹⁶ Entrevista realizada aos 26/11/2011.

do Estado de Goiás¹⁷. Portanto, na época Tocantins era norte goiano, região onde encontramos as origens da luta pela terra que marca a constituição histórica e sociopolítica da região do Bico de Papagaio.

Santana (2008) ao comparar o processo de povoamento dos dois Estados afirma que o processo de ocupação do norte ocorreu de forma marginal em relação ao sul, atual Estado de Goiás. O processo de povoamento do norte goiano foi incentivado pela “Marcha para Oeste” do governo Vargas, que encontrou na região isolada, um ponto de apoio político e econômico com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

A abertura da Rodovia Belém-Brasília e a instalação, no sul do Pará, do projeto Grande Carajás, romperam com estado de estagnação na qual se encontrava o norte goiano e provocaram a dinamização da economia e consequentemente a mudança do eixo econômico da região. Isso facilitou o acesso à região e promoveu a chegada de novos fluxos migratórios vindos de diversos estados e as terras começaram a ser valorizadas e demarcadas (LEITE, *et al.* 2004).

Desta forma, o processo de ocupação do norte goiano (atual Tocantins) foi marcado pela transformação da terra em mercadoria, pela eliminação das formas até então espontânea de ocupação. O processo de “grilagem¹⁸” aconteceu de forma de uma maneira organizada, com a falsificação da documentação para legalizar a posse das terras que eram quase todas do domínio público (SANTANA, 2008).

Martins (1980) ao estudar a expropriação e violência no campo distingue dois movimentos diferentes e combinados de posse territorial, conflituosos entre si, no que diz respeito a territórios já ocupados por nativos. Primeiro movimento o autor designa como frente de expansão, que por meio dos posseiros é que a sociedade

¹⁷ Tocantins foi criado pela Constituição de 1988 e instalado em 1989.

¹⁸ Prática muito antiga de colocar um papel (contendo um tipo de “comprovação” de propriedade) dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel após algumas semanas passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação.

nacional expande-se sobre os territórios nativos. O segundo movimento é chamado de frente pioneira que é constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território: as grandes fazendas, a estrada, a ferrovia, o Estado. Para o autor, essa última é essencialmente exploratória visto que está socialmente organizada com base numa relação fundamental de compradores e vendedores de força de trabalho.

Portanto, a partir da metade da década de 1950, o norte goiano virou um palco de grandes disputas onde os dois regimes de propriedade distintos entre si entraram em conflito. Ou seja, a posse de um lado, e a propriedade privada – capitalista –, de outro. Da metade da década de 1960 até o final da década de 1970 a ocupação de terra, de forma ilegal tornou-se um poderoso meio de dominação fundiária na Amazônia, resultando em grande disparidade social (SANTANA, 2008).

A Igreja Católica progressista, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi aliada da resistência e da organização dos trabalhadores rurais durante esse período. O trabalho de organização sindical dos trabalhadores rurais foi iniciado pelo padre Josimo Tavares, um líder religioso e ativista pelos direitos do homem no campo (HERTZOGUE, 2006).

A autora mostra que:

Na memória dos trabalhadores rurais da região norte do Tocantins, o padre Josimo foi um mártir da terra, assassinado na cidade de Imperatriz, estado de Maranhão em 1986. Ele foi executado a mando de fazendeiros locais contrários à reforma agrária. A luta pela terra e a lembrança do assassinato de Josimo são dois eventos que marcaram a vida da comunidade local, e a memória do padre é reverenciada na Romaria da Terra, procissão religiosa que acontece a cada dois anos na região norte do Tocantins (HERTZOGUE, 2006, p. 53).

Até meados da década de 1980 a violência e o número de morte cresceram quase em progressão geométrica, conforme acompanhamento sistemático realizado pela Comissão Pastoral da

Terra (CPT) partindo dos registros e análise dos conflitos provenientes da luta pela terra (ALDIGUIERI, 1991).

Tratando do conflito que começou na região norte do estado e chegou até a região em estudo¹⁹, Paulo Rogério Gonçalves, 47 anos, representante da APA-TO relata:

Acontece que esse conflito começou a se espalhar em outras regiões até chegar nessa região aqui. “Pipocou” em Porto Nacional, “pipocou” em Peixe. O conflito começou a aparecer em montes de regiões em função da mesma questão: a chegada de grileiros em terras onde já viviam populações rurais, muitos delas vindas do Nordeste. Acontece que, chega a Igreja a CPT e começa a apoiar a organização e luta pela terra. Cria-se nesse período o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.²⁰

O conflito abarcou o Estado todo, inclusive a comunidade em estudo. Malhadinha no final década de 1980 sofreu uma invasão de um fazendeiro que queria tomar suas terras. De acordo com dona Francisca Dias dos Reis Araújo, 85 anos, aposentada e viúva do Sr. Donato Araújo Dias:

Foi o Donato que enfrentou ele (o fazendeiro) tinha o Sr. Milton que era advogado que foi nos ajudou e nós não saí daqui. Fomos perseguidos demais aqui. O grande fazendeiro era doido para tirar a gente daqui. Ele tinha comprado terra aqui perto e aí foi comprando, comprando e queria tomar a terra d gente²¹.

Portanto, nota-se em Malhadinha neste período o choque entre a frente de expansão e a frente pioneira. Geralmente, nestes casos, por ter o domínio financeiro a frente pioneira – capitalista – tende a intimidar os posseiros até que estes decidem vender suas terras por medo de serem perseguidos ou resistirem até que o caso chegue na justiça.

¹⁹ Região Central do Estado.

²⁰ Entrevista realizada aos 23/11/2011.

²¹ Entrevista realizada aos 25/11/2011.

No caso do Sr. Donato segundo a viúva, o advogado o ajudou por se sentir sensibilizado na época com a sua situação. Para obrigar a retirada do fazendeiro dos domínios do Sr. Donato o advogado valeu-se da prerrogativa da Lei que dá direito à terra ao ocupante que está no local há muito tempo e com benfeitorias.

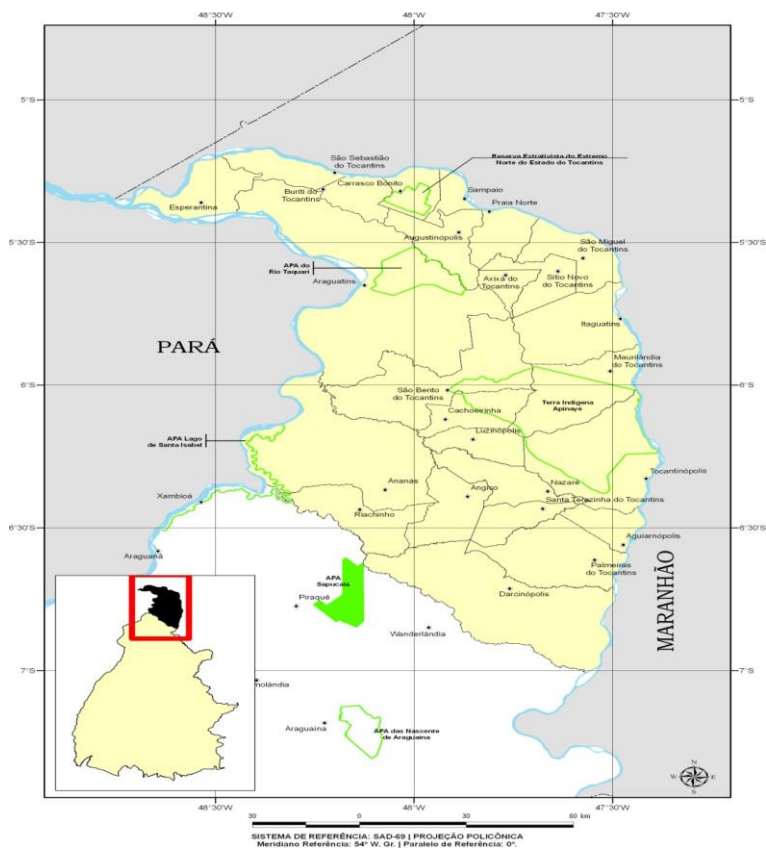


Figura 4 - Mapa demonstrativo da região do Bico do Papagaio, região onde iniciaram os conflitos fundiários no Tocantins

2.4 A fragmentação da terra em malhadinha

Tendo em vista as problemáticas fundiárias analisadas na seção anterior, com a criação do Tocantins o governo do Estado

criou em 1989, através da Lei nº 87, o Instituto de Terras do Estado do Tocantins (INTERTINS), vinculado à Secretaria de Agricultura, Pecuária e abastecimento, como órgão executor da política fundiária do Estado.

A regulação de terras através deste órgão constitui uma política de Estado que logo no início da década de 1990 promoveu o processo de titulação em várias regiões.

Os objetivos principais eram o de minimizar os conflitos de terra e de permitir que os camponeses tivessem acesso ao crédito fundiário.

Neste período, os processos eram realizados a pedido das partes interessadas através de um pedido formal, e o Estado elaborava uma portaria dando autorização de medição da área, posteriormente uma vistoria ocupacional para confirmar se a terra estava ocupada e se produz, e finalmente elaborava-se a titulação individual das terras.

Porém, essa titulação individual casualmente aconteceu também em algumas comunidades negras que hoje são denominados remanescentes de quilombos - Malhadinha e Lagoa da Pedra, por exemplo²².

As terras que pertencem a Malhadinha na época eram terras devolutas. No entanto, alguns fazendeiros foram adquirindo terras na região através do processo de compra e venda ou através do apossamento sem consentimento dos membros mais antigos.

Particularmente, no caso da comunidade de Malhadinha, foi a partir dessa intervenção do Estado que a sua população adquiriu título individual de terra, garantindo que a comunidade albergue hoje vários tamanhos de terras que se dividiram em 13 fazendas ou sítios²³.

²² É importante frisar que na época da titulação não eram consideradas comunidades quilombolas.

²³ Não está inserida nessa divisão a fazenda Carreira Comprida já que a sua população era considerada ribeirinhos e pescadores. A fazenda foi alagada para a construção da Usina hidrelétrica do Lajeado.

Como mostra a Tabela 1, no processo de fragmentação de terras a maioria das famílias ficou com grandes extensões. Segundo Sandoval Araújo Dias, 64 anos: *“a divisão foi feita por cima da cerca que ficava na área de cada um”*²⁴. Cada propriedade ficou cercada com arame ou mata burro²⁵(Figuras 5, 6 e 7).

Tabela 1 - Relação de proprietários após a divisão das terras em 1994

Nome da Fazenda ou sítio	Proprietário (a)	Nº de Famílias/Casa	Extensão em alqueires*
Alegre	Lourenço Mendes da Silva e Silvino Mendes da Silva	05	12 alqueires
Bangüê	Rufina Ribeiro de Sousa	03	56 alqueires
Barreiros	Donato Araújo Dias	06	29 alqueires
Boa Esperança	Benigno Pinto Xavier	02	07 alqueires
Boa sorte	Marcelino Ribeiro de Sousa	05	01alqueires e 06 tarefas
Fontinha	Quintino Araújo Dias	08	16 alqueires
Morro do Macaco	José Pinto Xavier	04	70 alqueires
Morro Redondo	Emiliano Araújo Dias	06	14 alqueires
Papagaio	Casimiro Ribeiro de Sousa	03	18 alqueires
Prefeitura de Brejindo	Prefeitura do Município de Brejinho de Nazaré	07	02 alqueires
São Pedro	Benedito/ Ribeiro de Sousa	03	32 alqueires
Santo Antônio	Raimunda Ribeiro de Sousa	03	1 alqueires e 11 tarefas
Sucupira	Claudio e Belarmino Lopes da Silva	03	07 alqueires
TOTAL		58	275, 17

Fontes: Elaboração própria a partir das entrevistas.

* 01 alqueire = 2.42 hectares

²⁴ Entrevista realizada aos 21/11/2011.

²⁵ Pequena vala ou ponte de tábuas espaçadas para evitar a passagem de animais.

Para Ariádna César Nogueira, 44 anos, agente Pastoral da Igreja e membro da Presidência Fiscal da Associação da comunidade:

Como alguns eram espertos, quando eles iam cercar, já cercavam além do mais. Entendeu? Ai, por exemplo, o pai dele tinha uma cerca de madeira, o que valia mesmo era a cerca maior. Então o INTERTINS não tomou terra de ninguém, resolveu dar somente o documento de acordo com a cerca que já existia²⁶.

Para Salustiano Araújo Dias, 61 anos, agricultor:

Antigamente a terra era comum. Todo que se quisesse sair pôr uma roça lá, morando aqui podia derrubar e fazer a roça lá do outro lado. Você podia derrubar de lado de cá num é? E aí, não tinha dono de terra não. Era comum. Agora, depois que chegou o *arame* aí a divisão ficou uma daqui outro dacolá.²⁷

Concordando com essa afirmação o Sr. Casimiro Ribeiro de Sousa, 76 anos, agricultor, argumenta que:

As terras aqui eram vastas, era voluntário. Você botava a roça onde você queria. E aí, começou a usura, começou a briga. E aí, o Estado veio, mediu e acabou a briga. Porque você tem de ficar encima do seu, está dividido. Está cercado (risos). Mas no tempo que era voluntário²⁸ aí hum! Você tinha uma vaca aqui e ela ia comer daqui 4, 5 léguas. É como se diz, antigamente o povo não tinha o olho grande²⁹.

Como resultado dessa fragmentação da terra, quando um filho se casa recebe do pai o chamado “chão da morada”, ou seja, um espaço que compreenderá sua casa e seu quintal, condição para que esse filho se torne ele mesmo um pai de família, num contexto

²⁶ Entrevista realizada aos 21/11/2011.

²⁷ Entrevista de 21/11/2011.

²⁸ Propriedade coletiva.

²⁹ Entrevista de 23/11/2011.

cultural que privilegia a residência local (Figura 12). A Tabela 1 ilustra que a coluna de família/casa mostra que dentro de cada propriedade, além da casa do pai tem as casas dos filhos que se casaram e construíram dentro da propriedade do pai.

Quem ficou com a área da terra menor lamenta. É caso do Marcelino Ribeiro de Sousa, 78 anos:

Agora, cada um tem sua propriedadezinha, como a minha mesma aqui é 1 alqueire e 6 tarefas. Eu e meus filhos são 7 e só 4 moram comigo aqui. Aqui a terra é individual. Cada um tem o seu lotezinho aqui. Por exemplo, os meus meninos não têm mas eu tenho documento. É assim: o INTERTINS fez com documento do vizinho, com meu da minha irmã (já falecida). É que naquele tempo eles não davam documento para quem tinha menos de 5 alqueires. E eu agora medi a terra, e fiz o mapa e já está documentada como minha mesmo. Mas, a minha morreu, o menino aí não tinha dinheiro e não fez³⁰.

Segundo informações obtidas entre os moradores da comunidade a “*cerca*”, o “*arame*” constitui o motivo do conflito entre as famílias (figuras nº 07; 08 e 09). Porém, um conflito que a maioria da população realmente não gosta de falar com medo de acusar algumas famílias, visto que no povoado “todo mundo é parente”. Alguns moradores usam termos como “*usura*”, “*olho grande*” para se referir aos primeiros moradores que cercaram as terras além dos seus domínios.

Como se pode notar, a intervenção do Estado para fragmentar a terra tinha por objetivo resolver um problema. Entretanto, criou outro conflito de forma involuntária. Deu lugar a uma espécie de desigualdade de posses com a qual os moradores convivem até os dias atuais. Ariadna César Nogueira, 44 anos, membro ativa da Associação da comunidade afirma que:

³⁰ Entrevista realizada aos 13/07/2008.

A posse da terra aqui, ou seja, como o título é individual dificulta muita coisa para gente receber benefícios do Governo Federal. Ter escritura da terra coletiva porque aí a terra passa a ser da associação e aí o morador não tem direito de vender essa terra. Muitos já venderam algumas terras para os fazendeiros aqui³¹.

Entre os proprietários atuais, alguns receberam automaticamente a posse da terra com a morte dos pais. Porém, essa posse por herança preocupa o futuro do povoado já que os atuais proprietários também têm filhos e netos que posteriormente irão casar e precisarão um dia do “chão da morada”. “Se isso continuar assim, no futuro não sobrá terra para a roça”, comentam alguns moradores.

A questão da titulação da terra quilombola exige, antes de tudo que seja um título coletivo. No caso da Malhadinha que possui títulos individuais, Eleusa Maria Gutemberg Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA-TO, informa que:

Os títulos individuais que nós temos conhecimento são de duas comunidades: a Malhadinha e Lagoa da Pedra. A titulação foi feita pelo Governo do Estado via Instituto de Terra do Estado. Na época não se levou em conta se eram quilombos ou não (década de 90). Titularam as terras como se fosse uma titulação civil e aí veio o título individual, onde cada um tem o seu pedaço de terra. Nesses casos o INCRA faz reuniões com os membros das comunidades e indaga se eles querem a titulação coletiva do território. Ou seja, o INCRA somente iniciará o trabalho com a anuência das comunidades^{32, 96}.

Na comunidade a maioria quer a titulação coletiva das terras. Porém, como alguns membros já possuem a titulação individual existe uma certa resistência. A Associação representativa da Malhadinha por sua vez objetiva à titulação coletiva.

³¹ Entrevista realizada aos 21/11/2011.

³² Entrevista realizada aos 30/11/2010.

Em síntese, observou-se neste capítulo que a questão fundiária começa com o processo de colonização no Brasil e continua até os dias atuais. Esse processo colonizador que utilizava a economia da colônia para obter lucro criou dois tipos de economias. A economia rural para exportação e a economia rural de subsistência. Nesta segunda é onde surge o campesinato. Paralelo a este processo, o negro escravizado vai circular no meio dessas duas economias. Na primeira como mão-se-obra escrava e na segunda como camponês, principalmente após a abolição da escravidão.

De outro lado, na região do norte goiano onde atualmente se encontra o Estado do Tocantins muitos latifundiários com a abolição da escravidão doaram parte de suas terras (sem a devida documentação), a alguns negros libertos para evitar maiores gastos com a manutenção das suas terras. Também houve nesta região a ocupação por negros libertos, das terras devolutas e, portanto, também sem a comprovação de propriedade, inscrevendo-se no direito costumeiro das terras de pretos ou das comunidades negras rurais.

Com a política de ocupação e desenvolvimento do oeste brasileiro, na segunda metade do século XX, traduzida na construção de rodovias e revalorização das terras da região; verificou-se a expulsão de posseiros e o crescimento desmesurado da grilagem, realidade enfrentada pelos sindicatos dos trabalhadores rurais e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No final da década de 1980, com a criação do estado do Tocantins (1989), o governo do Estado criará Instituto de Terras do Tocantins (INTERTINS) que atuará na regularização e titulação de algumas propriedades, dentre elas, as terras devolutas da comunidade Malhadinha.

Assim, o instituto reconhece e certifica as propriedades, individuais, validando os cercamentos, fragmentando oficialmente as terras em treze fazendas com diferentes dimensões, variando entre 1,6 a 70 alqueires.

Inicia-se a partir daí o conflito: “A Cerca” ou “O Arame”. O governo do Estado na sua concepção acreditava que com essa medida evitaria os conflitos de terra na região, mas nota-se que no interior do povoado da Malhadinha essa política gerou um novo conflito. Desta vez um conflito interno entre os antigos moradores: o surgimento da propriedade privada da terra. A titulação individual trouxe uma série de consequências para a comunidade. Dentre elas, a disputa e a desconfiança em relação aos diferentes tamanhos das terras por famílias e a diminuição progressiva das terras devido o crescimento das mesmas.

Com a criação do Estado o discurso oficial pressupunha um desenvolvimento econômico baseado na articulação das dimensões econômica, social e ambiental. Com isso, o estado assume uma importância estratégica pelo seu potencial no setor elétrico, ao construir a usina hidrelétrica do Lajeado (UHE Lajeado). O funcionamento das turbinas da UHE Lajeado incidiu não somente sobre a economia da região, mas provocou também profundas mudanças tanto na paisagem natural, tanto no cotidiano da população inclusive os moradores da comunidade Malhadinha. Este será o tema do próximo capítulo: O “Lago”.

A Fragmentação da terra – a “cerca”



Figura 5 - Entrada com “mata burro” da Fazenda Boa Sorte, propriedade do Sr. Marcelino



Figura 6 - Entrada com “mata burro” da Fazenda Fontinha, propriedade do Sr. Quintino



Figura 7 - Saída com arame entre a Fazenda Fontinha e Morro Redondo do Sr. Emiliano

Capítulo III

O “Lago”

“Modernidade é sinal das grandes cidades. Chegam sem pedir desculpas. As impossibilidades não são desejadas. Tudo cabe na quase matéria. É chegada a imbecil idade”.

Frederico Rego Jr.

Este capítulo discute os efeitos da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, mais conhecida como Usina de Lajeado, que deu origem a um lago artificial sobre o rio Tocantins. A ideia é mostrar quais foram os impactos da sua construção no interior da comunidade Malhadinha.

A primeira parte discute o surgimento das hidrelétricas no Brasil e no Tocantins.

A segunda parte analisa a desocupação das terras, os novos assentamentos e suas implicações; a preocupação dos poderes locais; e por último o conflito gerado na comunidade Malhadinha nos dias atuais.

3.1 As usinas hidrelétricas no Brasil

Uma das vitórias alcançadas com programas sociais dentro da comunidade Malhadinha é a introdução da luz elétrica através do Programa “Luz para Todos” do Governo Federal¹. Segundo o Sr. Sandoval Araújo Dias, 64 anos, agricultor:

¹ Programa lançado pelo governo Lula em novembro de 2003 com o objetivo de acabar com a exclusão elétrica no país. A meta era de levar a energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008.

Rapaz, a chegada da luz foi bom demais para gente. A gente já pode ver televisão, escutar rádio, guardar comida na geladeira, a gente faz polpa de frutas e guarda. Coisa que não tinha antigamente. Para ouvir rádio tinha que comprar um monte de pilhas sempre. A luz foi a melhor coisa que já teve aqui na comunidade. A gente agradece a Prefeita mesmo².

Nota-se, através da fala do Sr. Sandoval, que a eletricidade lhe proporciona um certo conforto no seu cotidiano. Este é o lado positivo da energia.

Entretanto, ela também tem o lado negativo. Judith da Rocha, 41 anos, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ao explicar os efeitos da construção da usina hidrelétrica de Lajeado, afirma que:

Essa população que foi retirada das suas terras, das suas casas, e das suas propriedades para dar lugar ao lago para o funcionamento da usina hidrelétrica, muitos dela hoje não conhece o que é a luz elétrica. Agora, eu pergunto: que tipo de desenvolvimento é este? Onde um processo de desenvolvimento exclui uma camada da população?³

A eletricidade atualmente possui um papel importante na geração de energia no país. Em 2010 respondeu a 17,2% da oferta de energia. A principal fonte de produção de eletricidade é derivada de usinas hidrelétricas que foi responsável, em 2005, por 83,4% da geração de eletricidade. O grande papel da eletricidade, especificamente da hidroeletricidade, na oferta de energia brasileira se justifica pelo planejamento governamental realizado neste setor como fonte de energia. Apesar de o governo ter implementado nas últimas décadas um programa de expansão do número de hidrelétricas, o Brasil utiliza menos de 30% do seu potencial, o que faz com que essa fonte de energia continue sendo prioridade para os planejamentos futuros de expansão da oferta energética nacional. O

² Entrevista realizada aos 24/11/2011.

³ Entrevista realizada aos 05/02/2012.

grande problema é que a maior parte do potencial não explorado se situa na Amazônia, o que tem transformado a região na nova fronteira energética do país (PEREIRA, 2011).

O potencial hidrelétrico brasileiro é estimado em 260 gigawatts e distribuído principalmente nas regiões hidrográficas de Amazônia (41%), Paraná (22%), Tocantins (10%), Atlântico Sudeste (6%) e Uruguai (5%). 90% da matriz energética do país provém de fonte hidrelétrica (ANEEL, 2005), o que mostra o desinteresse por parte do Estado em investir em outras formas de produção de energia.

Essa prioridade do governo para a construção de hidrelétrica começou com a crise do petróleo na década de 1970 e início da década de 1980. Na década de 1970, o país dependia muito da importação de petróleo para atender a demanda nacional por energia. Em 1970, 44.8% da energia consumida no Brasil era proveniente de derivados do petróleo. Como consequência da crise do petróleo os preços do produto aumentaram consideravelmente, obrigando o governo a realizar uma série de estudos para diversificar a matriz energética nacional. A solução dessa crise era vista como essencial para os planos do governo de manter um crescimento econômico (DÓRIA, 1976).

Por se tratar de uma fonte alternativa ao petróleo, o governo brasileiro começou a focar na construção de grandes hidrelétricas. Assim, a produção de hidroeletricidade passou a receber grandes investimentos que permitiram a construção de grandes usinas tais como: Itaipu, Tucuruí e Sobradinho (FOSCHIERA, 2009).

Pereira (2011) no seu trabalho *“Características do sistema elétrico brasileiro”* mostra que a opção do governo de priorizar a hidroeletricidade é explicada por dois importantes fatores. Primeiro, as características naturais do país que facilitam o investimento em hidrelétricas: o seu relevo predomina montanhas e planaltos, que contribuem para a formação de rios com queda d’água; o clima na sua maioria é bastante chuvoso, o que permite que haja um grande fluxo de água nos rios nacionais. Segundo, a hidroeletricidade é uma

fonte de energia que não está vulnerável a oscilações constantes de preços e nem a interrupções do fornecimento, como é o caso do petróleo.

A partir da segunda metade da década de 1980, com a crise internacional, o país investiu pouco na construção de novas hidrelétricas. Na década seguinte, devido os baixos investimentos na construção de novas usinas, aliada a falta de chuvas, os níveis de reservatórios baixaram significativamente provocando um aumento de consumo residencial e industrial de energia elétrica, ao ponto de obrigar o governo a lançar programas de economia forçada de energia (ARAÚJO, 2003).

3.2 A usina hidrelétrica de lajeado

Com o possível esgotamento das possibilidades de construção de grandes usinas na região Sudeste, passou a ocorrer uma descentralização em direção às regiões Norte e Nordeste. Um exemplo disso é o Estado do Tocantins. Por ser um Estado privilegiado pelo seu potencial hidrelétrico, sua matriz de energia elétrica está sendo moldada ao longo dos anos à base de grandes e pequenas usinas hidrelétricas – atualmente no Tocantins são no total 7 empreendimentos entre usinas hidrelétricas e pequenas centrais elétricas que são: Lajeado; Ipueiras; Pau D'arco; Peixe; São Salvador; Serra Quebrada e Tupiratins (ARAÚJO, 2003).

É importante destacar que, a bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins abrange terras das Regiões Centro-Oeste (DF, GO, MT), Nordeste (MA) e Norte (TO, PA), numa extensão de 800 mil Km² e abrange áreas dos biomas do Cerrado e Amazônia, e encontram-se no seu interior vários grupos populacionais tradicionais e diferentes povos indígenas. O estado do Tocantins tem 100% de seu território nesta bacia hidrográfica. Sua posição e a abundância de recursos naturais, especialmente dos recursos hídricos, conferem à região um caráter estratégico nas políticas de ocupação territorial no país.

O Estado do Tocantins criado em 1988, o novo Estado da Federação precisava de infra-estrutura e, conseqüentemente, de capital público e privado, a título de financiamento ou empréstimos. Para isso, era importante atrair pessoas e investidores nacionais e internacionais.

Com um discurso oficial que pressupunha um desenvolvimento econômico pautado na articulação das dimensões econômicas (capital internacional), social e ambiental (recursos naturais), O Tocantins estabeleceu a partir da década de 1990 o Programa de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). Tratava-se de um instrumento político de planejamento e regulação do uso dinâmico do território, para agilizar a transformação territorial com base nas diferenças espaciais e temporais, segundo critérios de sustentabilidade. Do outro lado, como membro integrante da Amazônia Legal, o Tocantins buscava promover o seu desenvolvimento através da implantação de Projetos de Grandes Escala (PGE), que têm como prerrogativa permitir a expansão do capital em regiões de pouco crescimento econômico (NAVAL, et. al. 2009).

Assim, o estado assume uma importância estratégica pelo seu alto potencial no setor elétrico, ao construir a UHE Lajeado, para fazer parte do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) do sistema energético Tucuruí-Serra da Mesa. Desta forma, em meados de 1995, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins autorizaram os estudos de viabilidade da UHE Lajeado (ou Luís Eduardo Magalhães), que culminaram em novembro de 1996. No final de 1997 foi assinado o contrato de concessão do uso de bem público para a exploração e aproveitamento hidrelétrico entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Consórcio Lajeado, integrado pelas empresas Rede Lajeado Energia S.A., EDP Lajeado

Energia S.A., CEB Lajeado Energia S.A., Paulista Energia S.A. e Investco S.A.⁴ (JUNIOR, 2005).

O Estado do Tocantins na época de seu desmembramento de Goiás, em 1988, mesmo situado totalmente dentro das bacias do Araguaia e do Tocantins tinha um sistema de fornecimento de energia elétrica muito frágil, com várias interrupções ao longo do dia; o sistema oscilava muito, parecendo que o Estado não estava interligado eletricamente com outros sistemas regionais (ARAÚJO, 2003).

De acordo com Araújo:

Com a fundação da capital Palmas em 20 de maio de 1989, a demanda de energia representou um fator primordial devido a construção da cidade que necessitava de prédios para albergar várias secretarias estaduais e outras obras de infra-estrutura, inclusive o Palácio Araguaia (sede do governo), além das quadras comerciais e residenciais. Sendo assim, a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS precisava investir em pequenas centrais hidrelétricas, a fim de ampliar a oferta; ao mesmo tempo construiu linhas de transmissão e de distribuição urbana e rural, e modernizou e ampliou várias subestações. Essas obras foram fundamentais para acompanhar o ritmo de desenvolvimento do Estado recém criado (ARAÚJO, 2003, p.02).

A ideia era de que o Estado necessitava crescer na área industrial e que a capital Palmas precisava de uma expansão na área turística⁵. O governo Estadual junto com os prefeitos das cidades que seriam atingidas pelo lago artificial e, alguns deputados iniciaram uma campanha com intuito de convencer a opinião pública da importância da usina.

A usina de Lajeado foi inaugurada em outubro de 2001, com o discurso de que com sua existência, o desenvolvimento superaria os impactos negativos provocados pelo empreendimento.

⁴ Doravante a Investco S.A. será o representante desse consórcio nas negociações.

⁵ Construção de uma área de lazer na beira do lago.

Outrossim, existia um aparato legal que previa medidas mitigadoras e compensatórias para os danos e prejuízos, que, no caso de muitas comunidades ribeirinhas, se restringiram à indenização pura e simples das propriedades e benfeitorias (ZITZKE, 2007).

Naval (et. al. 2009) no artigo “*Implantação e (in)sustentabilidade socioambiental da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães*” mostra que com a formação do lago, as comunidades ribeirinhas que tinham no rio a base do seu sustento e das relações sociais e ambientais, foram retiradas compulsoriamente de seus locais de ocupação tradicional e instaladas distante do curso de água, onde desenvolviam uma gama de saberes tradicionais evidenciados pela especificidade e dinamismo da pesca artesanal, do extrativismo vegetal e da agricultura de vazante⁶. Com o surgimento do lago, essas atividades econômicas foram inviabilizadas.

3.3 As comunidades atingidas e os reassentamentos

O processo de remanejamento de forma involuntária das populações devido à formação do lago da usina hidrelétrica do Lajeado trouxe como consequências impactos que aconteceram em dois momentos: no primeiro, foram desapropriadas e disponibilizadas as áreas para a construção da barragem e do canteiro de obras e demais infra-estruturas. O segundo momento ocorre em função da necessidade das áreas para a formação do lago, que começará seu processo de enchimento após a conclusão das obras da barragem. Em ambos os momentos, os impactos são considerados inúmeros, uma vez que exigem a realocação da população das áreas de origem para outras destinadas, acarretando para inúmeros moradores e produtores a perda de seus meios de subsistência. Os custos sociais e econômicos para as famílias são altos, implicando no rompimento e alteração dos traços sociais,

⁶ Terra baixa e plana temporariamente alagada ao longo do rio.

culturais e econômicos, uma vez que são remanejados para áreas com características diversas das anteriores.

A Sra. Judith da Rocha, 41 anos, membro do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB-TO) ilustra bem essa questão:

Os impactos nesse caso, não só são econômicos, sociais e ambientais. Também têm-se os impactos que praticamente não são mensurados como por exemplo os impactos estruturais consequente da mudança na forma de organização das comunidades, mexem com as estruturas dos municípios que não tinha capacidades de receber essa população atingida, e impactos culturais provocados pela mudança na forma de viver. Eles têm os entes queridos enterrados na terra natal agora nem isso eles têm direito de visitar. Virou água. Tirar o homem do seu habitat é a pior coisa que os atingidos têm enfrentado⁷.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento popular que tem por finalidade organizar a população atingida ou ameaçada por barragens para lutar contra a construção de grandes barragens e/ou pela garantia de seus direitos de indenização, colaborando com isso com a construção de um novo modelo energético. O mesmo articula os interesses dos atingidos frente às empresas e outras entidades envolvidas no projeto de construção de hidrelétrica (MAB, 2002).

A formação do MAB no estado do Tocantins ocorreu quando os seus integrantes do Conselho Nacional foram convidados, através de um Conselho Missionário Indigenista (CIMI), para participarem de um seminário que discutia os impactos da barragem do Lajeado e posteriormente permanecer na região para formar lideranças.

Sendo uma discussão extremamente nova no Estado, a falta de mobilização e organização dos grupos atingidos, a pressão do poder estadual, a participação do MAB no começo da sua formação foi de muita dificuldade. Acrescentando com isso o fato de que a Investco como empresa executora da obra da construção da usina já

⁷ Entrevista realizada aos 05/02/2012.

havia iniciado as negociações de forma direta com a população atingida. Como essas famílias não tinham experiências neste tipo de negociação praticamente saíram prejudicadas.

A Sra. Judith da Rocha explica como e porque houve prejuízo:

O processo de mobilização das populações atingidas na barragem de Lajeado foi muito difícil porque quando se iniciou o processo de organização a barragem estava pronta e a empresa responsável pela sua construção já estava negociando as indenizações diretamente com as famílias⁸.

Corroborando com essa afirmação a Sra. Marli Cristina da Rocha, 34 anos, pedagoga e filha dos atingidos afirma que:

No início as famílias não acreditavam no trabalho do MAB porque não conheciam. O pessoal da barragem já vinha fazendo contatos com as famílias, já vinha fazendo a negociação, muito embora abaixo do valor. Mas, como a população não tinha conhecimento vendeu as terras a um preço abaixo do valor real. Quando o movimento chega já boa parte das indenizações estavam sendo negociadas, algumas foram revistas, algumas famílias tiveram que entrar na justiça porque tinha recebido um valor bem abaixo do valor de mercado⁹.

Não somente o movimento dos atingidos não participou das negociações entre a INVESTCO e as famílias atingidas. Os poderes públicos locais também não foram convidados, nem se quer participaram das audiências públicas. Segundo Jonas Salles da Silva, 37 anos, ex Secretário de Administração do Município de Brejinho de Nazaré:

Na implantação da UHE de Lajeado, 2001 e 2002, foram feitos os PBA na região. Na época, os gestores públicos não foram convidados a participarem em nenhuma audiência. Nada, com isso, a população ficou simplesmente à mercê da empresa responsável pela construção da usina e dos atravessadores. Assim,

⁸ Idem

⁹ Entrevista realizada aos 05/02/2012

durante as negociações os moradores como não tinham nenhum conhecimento venderam suas terras a preço de nada. Ou seja, um valor muito abaixo. Entretanto, é importante informar que na época quando a INVESTCO negociou e pagou as terras, não transferiu a documentação das pessoas para a empresa. Houve simplesmente um contrato de compra e venda¹⁰.

Várias comunidades rurais em diversos municípios foram submersas pela represa. As mais conhecidas são as que estavam localizadas no afluente do rio Tocantins: Pinheirópolis, Vila Canela, Lajeadozinho, Ilha da Ema e Carreira Comprida¹¹.

Por volta de 3.970 famílias¹² foram atingidas pela represa de Lajeado: algumas foram reassentadas na zona urbana e o restante na zona rural. Essas famílias não foram indenizadas porque não possuíam título de propriedade das terras onde viviam. Assim sendo, as famílias atingidas foram distribuídas por reassentamentos segundo a Tabela 2.

Tabela 2 - Reassentamentos e sua localização na região central do Estado

Reassentamento	Nº de famílias	Área/há	Município
Boa Sorte	25	335,54	Brejinho de Nazaré
Brejo Alegre	10	332,16	Monte do Carmo
Canto da Serra	05	19,08	Lajeado
Córrego Prata	91	5,156	Porto Nacional
Flor da Serra	49	1.126,11	Porto Nacional
Jardim dos Ipês	17	6000m ²	Porto Nacional
Luzimangue	13	950,96	Porto Nacional
Mariana	13	361,85	Porto Nacional
Mundo Novo	18	152,81	Miracema
Olericultores	07	56,72	Porto Nacional
Pinheirópolis	10	152,28	Porto Nacional
Rural 2000	09	121,00	Ipueiras
São Francisco	44	1.710,41	Porto Nacional

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do PDR¹³, 2000.

¹⁰ Entrevista realizada aos 01/12/2011

¹¹ Carreira Comprida estava localizada dentro da comunidade Malhadinha.

¹² Segundo dados do MAB-TO.

¹³ Plano de Desenvolvimento do Projeto de Reassentamento

A nova realidade enfrentada pelas famílias e as exigências de um novo modelo produtivo, constituem os desafios constantes dessa população.

No caso do reassentamento *Boa Sorte*¹⁴ as famílias remanejadas para essa área eram antigos moradores das Ilhas da Conceição, do Cachimbo, do Canoeiro, da Capivara, Pirara, Adobe, Crixás e parte nas áreas ribeirinhas das Fazendas Landi, Carreira Comprida¹⁵, Vidros e União. O remanejamento populacional iniciou-se no final de 1999, mas a maioria das famílias foi transferida dos locais de origem para o projeto no ano de 2000 (PDR, 2002).

No reassentamento *Flor da Serra*¹⁶ as famílias remanejadas eram antigos moradores das áreas ribeirinhas das fazendas: Carreira Comprida, Corredor, Recanto, Landi, Pedrinha, Almécegas, Marquês, Lagoinha, Barreiros e Retiro. As chácaras: Bela Vista, Santa Izabel, Matança, Pirraça, região dos Mangues, Ilha Testa Branca, região urbana da Vila Nova e Draga. O processo de remanejamento teve início em novembro de 2000.

Um dado importante é que a maioria das famílias reassentadas desenvolvia atividades agrícolas de subsistência no local de origem, através da roça de toco e aproveitando as cheias do rio. Essas famílias viviam da agricultura, exploravam a pesca, a criação de pequenos animais, gado de leite e corte. O plantio era realizado o ano todo, de forma manual utilizando mão-de-obra familiar. A extração de recursos naturais era prática constante, principalmente de frutas nativas, realizavam atividades culturais e religiosas como: festa do Divino, rezas, novenas de Santo Antônio e

¹⁴ Alberga 06 famílias que vieram de Malhadinha (Carreira Comprida).

¹⁵ A fazenda Carreira Comprida fazia parte do povoado Malhadinha. A sua população saiu devido o processo de construção da barragem que alagou as suas terras.

¹⁶ Vivem 09 famílias, antigos moradores de Malhadinha (Carreira Comprida)

São José, Santos Reis e São Sebastião. Ou seja, tinham uma vida que foi construída por várias gerações¹⁷.

Entretanto, foram instaladas em áreas ou terras diferentes daquelas onde elas moravam. Essas famílias tinham a vida na beira do rio e na sua terra tudo que se plantava resultava em boas colheitas. Jonas Salles da Silva, 37 anos explica como essas famílias enfrentaram dificuldades:

Quando essas famílias foram para o reassentamento *Boa Sorte* a empresa construtora da usina deu assistência técnica durante dois anos. Durante este período eles produziram bastante. A partir do momento que faltou a assistência técnica, eles pararam de produzir porque não sabiam trabalhar desta maneira. Eles aprenderam a trabalhar desde pequeno que filho de pescador é pescador, filho de agricultor ribeirão continuará a ser ribeirão. E eles não aprenderam a fazer outra coisa. Com isso, deu-se a entender que eles foram injustiçados. Alguns entraram no movimento dos atingidos para que pudessem ser indenizados¹⁸.

Com o processo de mobilização e desempenho do MAB-TO aumentou-se o número de indenizações. Barqueiros, barraqueiros, dragueiros patroleiros, oleiros e outros grupos que se organizaram conseguiram receber indenizações, sendo que o valor variava segundo a atividade que exercia: Para a Sra. Judith da Rocha, membro do MAB-TO,

A nossa estratégia é não contratar advogados de forma isolada. A ideia é de trabalhar de forma conjunta com o Ministério Público Federal. Quem entrou na justiça de forma isolada para exigir os seus direitos, não recebeu nada até os dias de hoje¹⁹.

¹⁷ Não foram realizadas entrevistas com os moradores dos reassentamentos porque o objetivo do trabalho é de observar os impactos da construção da barragem dentro da comunidade Malhadinha e não da população que saiu dela.

¹⁸ Entrevista realizada aos 01/12/2011.

¹⁹ Entrevista realizada aos 05/02/2012.

Para a representante do movimento, os ribeirinhos que não possuíam títulos da terra e que no primeiro momento não teriam direito à indenização, receberam 4 ha por família e, que no segundo momento, após várias lutas foram ampliadas para 10,5 ha, numa área de terra acompanhada de infra-estrutura, como: casa, água, centro comunitário, escola, posto de saúde, galpão para equipamentos coletivos (máquinas agrícolas), campo de futebol etc.

3.4 O consórcio intermunicipal do Lago (CI-Lago)

Com a instalação da Usina Hidrelétrica de Lajeado ocorreram mudanças significativas no meio ambiente situado ao redor do empreendimento. Para que esses impactos fossem minimizados ou potencializados, várias alternativas foram adotadas no sentido de melhor intervir no meio, para que pudesse propiciar condições adequadas e semelhantes àquelas que caracterizavam a vida daqueles atores que foram direta e indiretamente afetados pelo represamento do Rio Tocantins. Assim, os Planos Básicos Ambientais (PBA), foram elaborados com o objetivo de garantir aos impactados pelo Lago da UHE Lajeado, sejam eles meios físicos e bióticos, ações que visassem ao ressarcimento financeiro, a medidas de controle ambiental e preservação, respetivamente.

Entretanto, várias ações acordadas nos Planos Básicos Ambientais não foram cumpridas pela INVESTCO, outras ações nem foram citadas e/ou previstas nos planos. Assim, passivos ambientais da UHE Lajeado não foram sequer pensados e aplicados, e, portanto, não tiveram ações para reverter o impacto negativo gerado nos compartimentos ambientais envolvidos.

Com isso os municípios atingidos, sob a liderança do Prefeito da Capital, o Sr. Raúl Filho, formaram o Consórcio Intermunicipal do Lago (CI-Lago) com o objetivo de negociar com a empresa INVESTCO a minimização desses impactos negativos (figura nº 09).

O Sr. Itamar Xavier da Silva, Técnico responsável pelo consórcio intermunicipal do Lago explica quais são os objetivos:

Os impactos sociais e ambientais que ocorreram com o enchimento do reservatório do Lajeado, foram levados para serem tratados na forma de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), junto ao Ministério Público e mesmo assim, muito ainda ficou em dívida para com os municípios impactados. Os sete municípios localizados em torno deste reservatório. Então, começou um diálogo - junto ao órgão ambiental, nesse caso o NATURATINS e a INVESTCO, responsável pelo empreendimento – para mostrar que através de alguns estudos que esses impactos previstos nos PBA's não seriam só aqueles. Tinham vários outros impactos que não foram previstos²⁰.

Dessa forma, foram realizadas vistorias nos municípios impactados pelo represamento do Rio Tocantins pela implantação da UHE, por uma equipe composta por técnicos, representando o Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins – CI-Lago, gestores do CI – Lago, acompanhados pelos técnicos do NATURATINS²¹. Foram verificar as condições atuais destes municípios frente ao não cumprimento dos PBA's, bem como aos passivos ambientais provocados pela construção da UHE Lajeado que não foram previstos. Esses dados possibilitaram a confecção desta primeira versão do relatório.

Justificando a contratação desses técnicos pelo CI-Lago, Itamar Xavier da Silva, explica:

A profissionalização foi necessária porque toda vez que havia uma demanda por parte dos municípios somente tinham técnicos da empresa e da Naturatins. Os prefeitos até então eram leigos nas questões técnicas. Com a contratação dos profissionais das áreas de geologia, engenharia ambiental, bem como advogados possibilitou a assinatura de alguns acordos²².

²⁰ Entrevista realizada aos 23/01/2012.

²¹ Instituto Natureza do Tocantins órgão ambiental do Estado do Tocantins

²² Entrevista realizada aos 23/01/2012.

Para as famílias atingidas esse consórcio intermunicipal não passava de negociação dos prefeitos com a empresa INVESTCO com objetivo de beneficiar somente os municípios e não a população atingida. Para Marli Cristina da Rocha:

O Consórcio Intermunicipal do Lago foi criado para discutir o que caberia a cada prefeitura, a partir do momento que foram criados os reassentamentos, as condições que teriam que dar às famílias reassentadas. Então, ele foi criado nessa negociação do Ministério Público com a Investco-AS e os municípios. De fato, não se vê os benefícios para as famílias, mas foi criado com essa intenção²³.

Com as negociações entre o consórcio intermunicipal do Lago (CI-Lago) com a INVESTCO, sob observação da NATURATINS (órgão ambiental do Estado), os municípios estão conseguindo algumas indenizações financeiras e/ou indenizações em forma de execução de obras sociais, tais como construção de pontes, igrejas etc.

3.5 Os impactos da UHE Lajeado na comunidade malhadinha

Ao visitar a fazenda Alegre²⁴ situada a 7 km da parte central do povoado, a presença do seu proprietário o Sr. Silvino Mendes da Silva, 79 anos, aposentado, é notável. O mesmo não trabalha mais na roça por estar segundo ele: *velho e doente*. Em relação à venda de uma parte da sua propriedade para o INVESTCO, ele lamenta imensamente a sua sorte:

A gente trabalhava na roça. Hoje eu já não tolero mais, sou um doente velho e não posso mais trabalhar na roça. Eu tinha uma parte da terra e aí, a INVESTCO posso dizer que tomou de mim, porque naquele tempo mandavam corretores para negociar com a gente. Ele veio e falou assim: “Ah! se você não vender perde” a aí, o medo... Peguei minha terra e dei porque eram 09 alqueires e ele

²³ Entrevista realizada aos 05/02/2012.

²⁴ A Fazenda Alegre era vizinha da Carreira Comprida. Algumas terras dessa fazenda foram alagadas.

pagou 8.000 reais e aí tem gente que deu o6 alqueires e pegou 35.000 contos e minha terra era boa estou passando necessidades. Hoje eu não faço nada. Devia estar em outra altura, mas não estou porque o meu a INVESTCO tomou²⁵.

Os impactos da construção da usina hidrelétrica de Lajeado na comunidade Malhadinha são sentidos de duas formas:

- 1) – Parte do povoado foi inundada pelo lago artificial (figura nº 08) e isso fez com que alguns dos seus moradores vendessem partes das suas terras por um valor abaixo do mercado e agora querem reaver o processo de negociação na justiça, com a ajuda do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ou através de advogados particulares;
- 2) - Parte da sua população (ribeirinho na época) foi deslocada para os reassentamentos *Boa Sorte* e *Flor da Serra*.

Segundo a Sra. Ariadna César Nogueira, 44 anos, o critério de negociação baseava-se no seguinte:

Quem tinha os documentos da terra foi indenizado. Mas quem não tinha documentos tinha que sair do local e ir para os reassentamentos. Aqui as famílias saíram daqui foram para reassentamentos *Boa Sorte*, o6 famílias e *Flor da Serra*, 09 famílias. Eles moravam na beira do rio onde era a fazenda Carreira Comprida. Hoje é lago tomou conta²⁶.

Alguns dos que venderam a terra e se sentiram prejudicados com a negociação e entraram com uma ação conjunta via MAB-TO. Segundo Jonas Salles da Silva, 37 anos:

Eles entraram com uma ação conjunta, a prefeitura ajudou. Tem uma pessoa lá dentro da prefeitura até hoje que está na comissão dos impactados. A prefeitura entrou com advogado, acionou o Ministério Público Federal para tentar negociar com a Investco

²⁵ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

²⁶ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

para reaver alguns direitos, ou alguma indenização financeira. Isso para o pessoal da Ilha de Brejinho e Malhadinha²⁷.

Entretanto, alguns moradores da comunidade entenderam que essas indenizações se estenderiam para toda população da Malhadinha. Muitos ficaram na expectativa de receber alguma compensação financeira com o ganho do processo²⁸. *“O processo continua tramitando na justiça e sem resultado até o presente dia, embora já tenha pareceres favoráveis do Ministério Público Federal, do IBAMA e da NATURATINS²⁹”*.

De outro lado as negociações entre o Consórcio Intermunicipal do Lago (CI- Lago e a INVESTCO) resultaram em alguns avanços. Foram contempladas algumas reivindicações dos municípios que se resumiram em obras sociais.

Para Jonas Salles da Silva, 37 anos, ex Secretário de Administração da Prefeitura do município de Brejinho de Nazaré:

Em resposta ao atendimento à parte social do município, a INVESTCO comprometeu-se em executar várias obras nos municípios impactados. No caso de Brejinho de Nazaré, no primeiro momento priorizou-se a construção de pontes lá na comunidade rural Manoel João que é uma zona que não foi impactada e a construção de duas igrejas em Malhadinha³⁰. Isso é fruto das negociações entre o CI-Lago dos municípios, não entre comunidades impactadas. Essas obras poderiam ser feitas em qualquer lugar do município. A questão dos impactados está na justiça até hoje e sem resultado ainda³¹.

²⁷ Entrevista realizada aos 01/12/2011.

²⁸ Na verdade, quem iria receber indenização seriam os moradores de Malhadinha que se sentiram prejudicados na negociação da venda da terra com a Investco entraram na justiça. Não a população em geral.

²⁹ Jonas Salles da Silva, entrevista realizada aos 01/12/2011.

³⁰ Realmente é construção da Igreja Católica e reforma da Evangélica

³¹ Entrevista realizada aos 01/12/2011.

Salienta-se que algumas dessas obras fazem parte das demandas sociais que não foram resolvidas pelos poderes locais dos municípios impactados por razões de ordem financeira. Estes, por sua vez, transferiram para a INVESTCO –via CI-Lago - a responsabilidade de realizar as obras como forma de compensação.

Corroborando com a afirmação de Jonas Silva, a Sra. Ariadna César Nogueira, 44 anos, membro da associação, confirma que:

A INVESTCO resolveu fazer essas obras das igrejas aqui na nossa comunidade porque nós não tínhamos condições de fazer as igrejas. Então, tem gente aqui que acha que esse dinheiro devia ser doado para as famílias aqui. Mas não era. O que a INVESTCO está fazendo é obras de benefício social. Obras que eram prioridades para a nossa comunidade³².

Entretanto, a execução das obras das duas igrejas em Malhadinha, para alguns moradores constitui uma afronta e desrespeito à população por parte dos seus representantes. Para esses moradores os membros da associação desviaram verbas que vieram das indenizações para construírem as igrejas.

O senhor Salustiano Araújo Dias, 61 anos, agricultor justifica a reivindicação da seguinte forma:

É que antigamente a beira do rio era comum, sabe? e aí, depois a Investco para separar a beira do lago com as pessoas que viviam lá, nem? Em Malhadinha os mais velhos antigos eram o meu bisavô, avô, eles criavam gado e o pasto era comum da Carreira Comprida até nos Barreiros perto do Brejinho. Só se sabia pela mata. Todo mundo conhecia que era larga. Agora saiu esse benefício que era para pessoa que dependesse disso aí, para receber individualmente. Aí saiu (qual nome que se dá mesmo?): *indenização*. Isso. Saiu a indenização em vez de dar individualmente para as famílias vão construir igrejas³³.

³² Entrevista realizada aos 22/11/2011.

³³ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

O irmão do Sr. Salustiano, o Sr. José Araújo Dias, 54 anos, agricultor ficou mais revoltado. Ao ponto de contestar inclusive a visita do pesquisador que aplicava questionário na comunidade porque, segundo ele, não acreditava nessas pesquisas. Depois de várias hesitações aceitou, porém reclamando:

Não sei o que vocês fazem com montes dessas pesquisas. Todas as vezes vem gente aqui fazer pesquisa e a gente não vê nada de resultados disso. A gente está cansada disso. Vêm aqui prometem montes de coisas e vão embora e fica nisso mesmo. Eu já tinha decidido não responder mais as vossas questões. Sempre ouvimos promessas e nada concreto. Por exemplo, nos falaram que iriam nos indenizar devido o problema do lago, chegou o dinheiro e estamos ouvindo que vão construir igrejas. O dinheiro nosso vai para igrejas?³⁴

Pode-se notar que existe um grupo dentro do povoado que está pressionando seus representantes sem ter informações completas. O presidente da Associação o Pastor José Ribeiro de Sousa Neto já fez o trabalho de explicar para os moradores de que a verba da construção das igrejas não vem das indenizações das famílias impactadas, mas a dúvida ainda permanece com alguns moradores; eles são “*os do contra*” no comentário de alguns moradores³⁵.

Segundo o Pastor José:

Eu já conversei com vários moradores tentando desfazer esse mal entendido. Não sei onde tiraram essa notícia. Acontece que isso coloca a gente numa situação difícil. É uma acusação muito grave. A gente graças à Deus estamos mostrando para a população que isso não corresponde com a verdade e o que nos ajuda é que a população também sabe do nosso trabalho e do nosso compromisso com essa comunidade³⁶.

³⁴ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

³⁵ Não quiseram se identificar.

³⁶ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

A associação dos moradores através dos seus representantes teve que realizar reuniões com moradores explicando que a verba proveniente da construção e reforma das igrejas não é das indenizações ganhas na justiça, mas é fruto da negociação entre a prefeitura municipal e a empresa INVESTCO.



Figura 8 - A Comunidade Malhadinha após a construção da Usina Hidrelétrica. O lago em primeiro plano

Portanto, neste capítulo observou-se que a construção da UHE Lajeado redesenhou o panorama socioeconômico e ambiental do estado do Tocantins. A formação do lago em 2001 trouxe como consequência direta alterações biológicas e um rearranjo social, principalmente nos municípios localizados nas proximidades do rio.

Parte da comunidade Malhadinha sofreu o impacto da construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado. Pode-se considerar que a construção da hidrelétrica e a entrada do poder público na região foram a segunda intervenção pública observada por essa

comunidade. É importante frisar que na época a Malhadinha não era considerada como comunidade remanescente de quilombos³⁷.

Para entender o verdadeiro contexto do deslocamento dessas famílias, é necessário frisar que a relação delas com o rio não estava pautada somente nas atividades econômicas por ele proporcionadas, mas ultrapassava os limites da propriedade, estabelecendo-se ao longo dos cursos de água e às suas margens. Essa relação empírica com o meio ambiente lhes conferiu ao longo do tempo um acervo de saberes que resultou em um modo particular de viver.

No que se refere aos impactos na comunidade Malhadinha, destacamos que além da transferência de algumas famílias para os reassentamentos (15 famílias) e, portanto, o deslocamento de membros da comunidade para outros locais; existe o conflito instaurado a respeito das indenizações, na medida em que alguns moradores da comunidade entendem que o mesmo deveria ser para todos os membros da comunidade e não somente para as famílias diretamente atingidas.

Embora a construção das duas igrejas³⁸, acordadas pelo Consórcio Intermunicipal com a INVESTCO tenha algum sentido na relação entre os interesses dos poderes públicos locais e a empresa, o conflito instaurado sobre o possível desvio de verbas das indenizações para essas duas construções também ganhou certa legitimidade, pois demonstra claramente a insatisfação de parte da comunidade Malhadinha com essa segunda intervenção do estado.

Após sofrer efeitos de duas intervenções do Estado (fragmentação da terra, saída de parte dos seus moradores devido a construção do lago e conflito no interior da comunidade³⁹), Malhadinha encontrará esperança quando o Governo Federal resolve assumir a responsabilidade de cumprir com os preceitos

³⁷ Nos documentos da INVESTCO apenas refere-se à Carreira Cumprida, área ribeirinha da comunidade Malhadinha.

³⁸ Uma igreja Católica e a outra Evangélica.

³⁹ Conflito entre alguns moradores e a Associação que é acusada de desviar as verbas de indenizações pagas pela INVESTCO

constitucionais⁴⁰. Em 2004 o governo federal criou o *Programa Brasil Quilombola* como uma política de estado para as áreas remanescentes de quilombos. Aí se questiona quem são remanescentes de quilombos? Como esse grupo se identifica e se auto-representa? O que mudou na comunidade de Malhadinha com a implementação do *Programa Brasil Quilombola*? Esses serão os pontos de discussão do próximo capítulo: “*Tempos de benefícios*”.

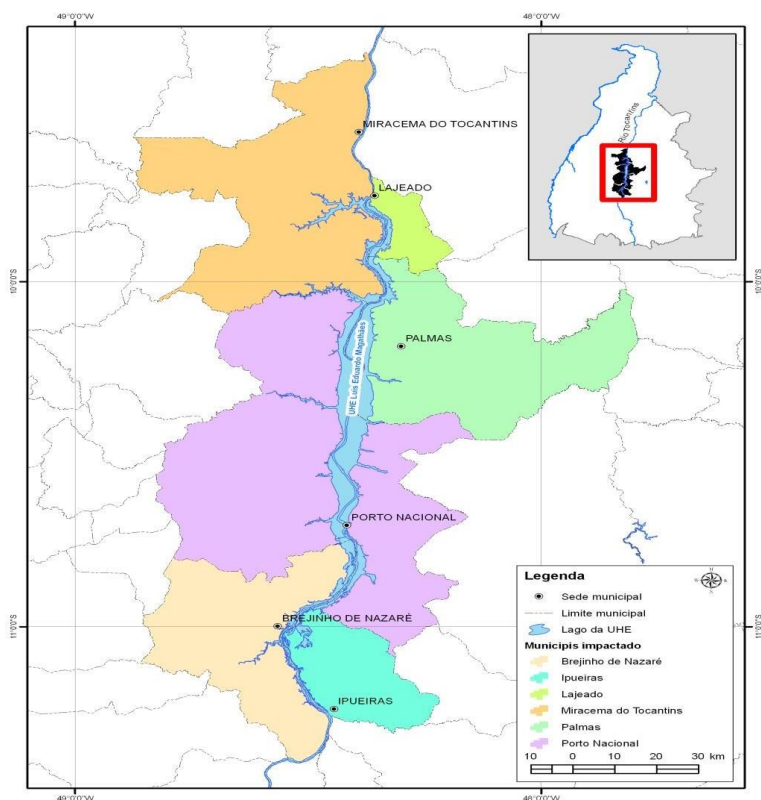


Figura 9 - Municípios atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães

⁴⁰ Ver o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Capítulo IV

“Tempos de benefícios”

“A própria singularidade de um tempo histórico único, distinto de um tempo natural e mensurável, pode ser colocada em dúvida. Pois o tempo histórico, caso o conceito tenha mesmo sentido próprio, está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações. Todos eles homens e instituições têm formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo temporal próprio.”

Koselleck, 1979.

Este capítulo analisa a comunidade Malhadinha a partir da implementação do *Programa Brasil Quilombola* até os dias de hoje. O objetivo é mostrar através das narrativas dos seus moradores as transformações, os interesses, a mobilização e as estratégias de sobrevivência construídas para transformar a sua identidade camponesa numa identidade étnica ou racial mobilizada.

O capítulo encontra-se dividido em duas partes: a primeira mostra o início da discussão sobre quilombos no Tocantins e o *Programa Brasil Quilombola*; e a segunda parte apresenta a Malhadinha hoje: os efeitos do programa na vida do povoado, a forma de sobrevivência, a identidade “escrava”, outrora rejeitada e atualmente aceita, as relações com os poderes locais, com movimentos sociais, e as redes de solidariedade.

4.1 Do camponês negro à remanescente de quilombo

“Eu não sou quilombo. Quilombo é coisa de escravos e eu não sou escrava”¹

“Ser quilombo mudou a minha vida e da minha família. Graças à Deus a nossa vida melhora”²

As duas afirmações acima exprimem dois momentos importantes na história da comunidade Malhadinha. A primeira ocorreu antes da implementação do Programa Brasil Quilombola e a segunda depois da sua execução no interior do povoado.

Segundo Silveira (1997), as primeiras menções ao uso político dos quilombos começam pela redescoberta de Palmares como acontecimento histórico e representativo da “raça negra”, sendo registrada em 1971, com a criação do Grupo Palmares por um pequeno número de militantes de Porto Alegre (RS). Inspirados no texto de Edison Carneiro, o grupo propôs o dia 20 de novembro como data alternativa aos 13 de Maio oficial e a partir daí passou a organizar eventos anuais, além de publicar o jornal *Tição* e sugerir a reforma dos livros didáticos no que dizia respeito à história do negro, principalmente a do Quilombo de Palmares.

Nascimento (2000) mostra que nos anos seguintes a 1971, a data começou a ser recordada pelo jornal estadual e, a seguir nacional, até que em 1978 o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (mais tarde abreviado para MNU) sugeriu que a data assinalasse o Dia Nacional da Consciência Negra. A proposta foi apresentada no mesmo ano de fundação da MNU (Movimento Negro Unificado), durante o seu primeiro congresso com representatividade nacional, realizado na Bahia. A fundação do MNU formalizava a entrada de uma nova geração de militantes negros, formada ao longo dos anos 70, sob influência predominante

¹ Dona Ariadna contando como foi o primeiro contato com o Movimento Negro acerca da questão quilombola. Entrevista realizada aos 22/11/2011.

² Idem. Admitindo as mudanças que ocorreram com o Programa Brasil Quilombola. Entrevista realizada aos 22/11/2011.

do movimento negro americano e dos primeiros Congressos de Cultura Negra das Américas, motivados pela denúncia da violência oficial contra a população negra e assumindo como símbolo Zumbi dos Palmares, que a partir desse momento se tornaria uma referência constante ao movimento.

A tese do *Quilombismo* lançada por Abdias de Nascimento no II Congresso de Cultura Negra das Américas, realizado no Panamá em 1980, tomando como ponto de partida a experiência histórica dos povos africanos nas Américas, em especial no Brasil, procurava ser um modelo de articulação ideológica e política para a sociedade brasileira em geral.

Abdias buscou uma definição “histórico-humanista” da experiência quilombola: movimento social de resistência física e cultural da população negra que se estruturou não só na forma dos grupos fugidos para o interior das matas na época da escravidão, mas, também, em um sentido bastante ampliado, na forma de todo e qualquer grupo tolerado pela ordem dominante em função de suas declaradas finalidades religiosa, recreativa, beneficente, esportiva etc (ARRUTI, 2006).

“Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1980, p. 263). Partindo disso, Abdias propôs que o “quilombismo” fosse seguido como um projeto de “revolução não violenta” dos *negros brasileiros*, que teria por propósito a criação de uma sociedade (o “*Estado Nacional Quilombista*”) marcada pela recuperação do “comunitarismo da tradição africana”. Incluída desta forma a articulação dos diversos níveis de vida com vista a assegurar a realização completa do ser humano e a propriedade coletiva de todos os meios de produção.

Esse era o conteúdo simbólico que deveria ser atribuído aos quilombos enquanto palavra de ordem do “verdadeiro movimento revolucionário negro” que, apesar de ser anti-imperialista articulado ao pan-africanismo e sustentado na radical solidariedade de todos os povos, não poderia se agradar com a adoção dos slogans “vindos

de fora”. Coerente com essas afirmações, assim que regressa ao país de forma definitiva, Abdias funda o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (IPEAFRO) na PUC-SP³¹³⁹, a primeira pesquisa que formula para o Instituto é relativa aos Quilombos Contemporâneos (ARRUTI, 2006).

Em 20 de novembro de 1981, um ano depois, celebrou-se em Recife, a primeira missa no Brasil, em que altos representantes da igreja, penitenciaram-se e pediram perdão pelo posicionamento histórico da Igreja diante dos negros, da África e, em especial, dos negros aquilombados, declarados como os maiores inimigos da empresa cristã durante séculos. Foi a Missa dos Quilombos que se tornou um marco no revisionismo histórico da Igreja no Brasil e que sugeriu uma reapropriação simbólica das lutas e da vida do negro contemporâneo, de forma a tomá-las como dado cultural que deveria ser inserido na reflexão dos agentes eclesiais engajados socialmente, até então refratários à questão racial (ARRUTI, 2006).

Em 1988, nas comemorações do Centenário da abolição houve uma presença significativa de acontecimentos que evocavam especificamente o quilombo do Palmares e o líder guerreiro Zumbi. Porém, as suas imagens serviram mais como evocações simbólicas do que como registros históricos realistas. Como afirma Hasenbalg:

O fim do período autoritário teria aberto a sociedade para os debates que haviam ficado abafados por mais de duas décadas, permitindo que vários movimentos sociais, entre eles o movimento negro, trouxessem à pauta política conflitos até então suprimidos ou simplesmente inviabilizados pelo exílio de alguns de seus militantes. Ainda que a “afinidade eletiva” entre o movimento negro e o Estado continuasse no plano da cultura e no limite da folclorização da cultura, duas novas questões afirmaram-se na pauta do movimento desde então. Em primeiro lugar, a liberdade não foi consentida e sim conquistada; em segundo, a abolição não alterou a situação de fato da população negra no

³ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Brasil, que permaneceu excluída dos mais elementares direitos do cidadão (HASENBALG, 1992, p.p 142-143).

Dessa forma, a contradição entre 13 de Maio e o 20 de Novembro serviu como o grande meio de expressão dessa transformação de discurso e de posicionamento do movimento social e, por meio dessa dicotomia, o Quilombo de Palmares e seu líder heróico Zumbi ganharam um papel importante nessa mudança simbólica.

Essas comemorações e os protestos relativos ao Centenário da Abolição marcaram o contexto de criação do “artigo 68” do ADCT⁴ da Constituição de 1988 que reconheceu direitos territoriais aos remanescentes de quilombos, garantindo-lhes a titulação definitiva pelo Estado.

Segundo Mattos (2005), para entender a redação do artigo e sua colocação nas disposições transitórias da constituição é necessário levar em consideração, o fortalecimento dos movimentos negros no país, ao longo da década de 1980, e a revisão por eles proposta em relação à memória pública da escravidão e da abolição.

Para Hebe Mattos a pesquisa acadêmica em história social da escravidão também foi envolvida por esta conjuntura. A partir de uma perspectiva que propunha pensar o escravo como ator social relevante para a compreensão histórica da sociedade brasileira, uma revisão histográfica se produziu no país em relação ao tema. Para a autora em síntese:

A conjunção desses dois movimentos resultou em significativo deslocamento nas imagens mais correntes em relação à escravidão e a abolição no país, fazendo emergir a figura do escravo como protagonista também do processo abolicionista, através de processos judiciais de ação de liberdade, de atos de rebeldia no dia a dia das senzalas e das fugas coletivas generalizadas na década d 1880, acontecimentos que precederam e balizaram o ato legal da abolição. Neste contexto, algumas comunidades negras rurais

⁴ Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

isoladas alcançaram certa notoriedade como possíveis descendentes de antigos quilombolas. A aprovação do artigo sobre os direitos territoriais das comunidades dos quilombos culminou, assim, todo um processo de revisão histórica e mobilização política, que conjugava a afirmação de uma identidade negra no Brasil à difusão de uma memória da luta dos escravos contra a escravidão (MATTOS, 2005, p. 03).

Há que se indagar, portanto, em que medida o conceito de quilombo hoje se diferencia dos quilombos do passado escravista?

Respondendo a essa questão, Mattos mostra que esses novos quilombos não são essencialmente descendentes de escravos fugidos durante a escravidão colonial.

Como os mais críticos tendem a ressaltar, eles têm claramente uma origem recente nas demandas por garantias de direitos à posse coletiva de terras, apresentadas por colonos e posseiros negros tradicionais, a partir do apoio de novos aliados, nos quais a pastoral da terra da Igreja Católica, os movimentos negros, a Associação Brasileira de Antropologia e alguns outros atores da sociedade civil brasileira pós-redemocratização ocuparam papel especial. Por outro lado, há claramente também uma origem remota, fortemente ancorada na formação de um campesinato formado por escravos libertos e seus descendentes com a desagregação da escravidão e da abolição no Brasil, que tais grupos reivindicarem-se como comunidades tradicionais e como quilombolas (MATTOS, 2005, p.05).

Para a autora, a família como linhagem, a parentela como referência de pertencimento à comunidade, práticas outrora comuns às antigas comunidades de senzala do Brasil oitocentista, apresentam-se como características em muitos dessas comunidades hoje consideradas quilombos.

Convém observar mais detidamente como a histografia tem contemplado esse fenômeno, os quilombos, no jovem Estado de Tocantins.

4.2 Quilombos no Tocantins

Tocantins sendo o mais jovem Estado da Federação começa a discutir a questão quilombola apenas em 2005⁵⁴¹. Precisamente no momento em que o Governo do Estado através do Decreto nº 2.385, convocou a I Conferência Estadual de Promoção de Igualdade Racial. Tal conferência tinha a finalidade de propor as diretrizes para a fundamentação das ações sobre o referido tema, bem como, a análise da realidade social, econômica, política e cultural brasileira, no que se refere à avaliação das ações e políticas públicas de promoção de igualdade racial nas três esferas de governo, municipal, estadual e federal, dando prioridade à política nacional de promoção da igualdade racial.

Assim, também, através do Decreto nº 2.483, de 26 de julho de 2005, instituiu o Comitê Estadual Gestor do *Programa Brasil Quilombola e Comunidades Tradicionais no Estado do Tocantins* vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça com o objetivo de direcionar as políticas públicas às Comunidades Quilombolas existentes no Estado.

A construção do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial garantiria a execução de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial de forma qualificada, por intermédio do mapa da condição de vida, do acesso a bens públicos, da situação fundiária, do perfil econômico; desenvolvimento socioeconômico nos eixos do Empreendedorismo, Trabalho e Geração de Renda; Política Nacional de Saúde; Segurança Pública; Cultura e Religiosidade de Matriz Afro-Brasileira, entre outros aspectos, sobre os quais se estabeleceria o compromisso de atingir metas a curto, médio e longo prazo, em conformidade com a apresentação das prioridades e demandas no Estado.

⁵ Aqui, faz-se referência ao nível do governo do Estado já que as pesquisas acadêmicas e as discussões referente ao tema são anteriores a essa data.

Porém, as discussões referentes ao tema começaram muito antes desta data com destaque nos trabalhos desenvolvidos pelo Movimento Negro do Estado. Indagada sobre o tema a Professora Rosy de Oliveira, uma das fundadoras do NEAB-UFT⁶ e responsável pelo reconhecimento da comunidade de Kalunga do Mimoso explica:

A questão da autoclassificação do negro em Tocantins está diretamente relacionada aos trabalhos desenvolvidos pelo movimento negro da região com as primeiras visitas imbricadas com o Comsaúde⁷ e Pastoral da Terra e com alguns professores da UNITINS⁸ no período de 1994/1995 período da comemoração dos 300 anos da morte do Zumbi dos Palmares. A meu ver o trabalho do movimento negro em Tocantins, na época coordenado pelo Iramar e com vários registros das circunstâncias em que se encontrava a Comunidade negra da Barra da Aroeira⁹, simboliza o início das lutas contemporâneas das comunidades negras rurais e urbanas no interior do estado¹⁰.

Jose Iramar da Silva, 52 anos, ex-presidente do Grupo de Consciência Negra do Tocantins (GRUCONTO) confirma as afirmações da professora Rosy. Para este militante, a discussão da questão negra no Estado começou na década de 1980 com a COMSAÚDE que realizava trabalhos na comunidade de Barra de Aroeira que sofria a ação de grileiros. Conforme Iramar, “A COMSAÚDE, a CPT¹¹ e a Igreja Católica tinham uma ação muito firme lá com a comunidade, no processo da criação do Sindicato dos Trabalhadores rurais e também no processo da defesa da comunidade”¹².

⁶ Núcleo de Estudo Afro-brasileiro da Universidade Federal do Tocantins

⁷ ONG - Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação

⁸ Universidade Estadual do Tocantins.

⁹ Uma das comunidades quilombola reconhecida pelo Estado do Tocantins.

¹⁰ Entrevista realizadas via e-mail, aos 12/10/2009.

¹¹ Comissão Pastoral da Terra.

¹² Entrevista realizada aos 13/04/2010.

De acordo com o entrevistado, naquela época, ou seja, na década de 1980, mesmo com uma participação ativa em relação à defesa dessa comunidade ninguém tinha noção de que essa população pertencia a uma comunidade quilombola. Porém, nesse período um grupo da COMSAÚDE sai com destino à Serra da Barriga em Alagoas, para participar das comemorações do 20 de Novembro e, também segue para Recife para assistir a primeira missa dos quilombos.

A partir daí a COMSAÚDE e a igreja começaram a ter esse foco voltado para essa questão negra. Aí a gente entendeu que fazia esse movimento aqui e não tinha noção do que se passava lá fora. As pessoas tinham grupos fortes. Nós aqui ninguém conhecia o MNU (Movimento Negro Unificado) e nem a ação dele. A partir da missa dos quilombos a COMSAÚDE e a CPT teve a ação mais decisiva junto à comunidade da Barra de Aroeira, no sentido de investir mesmo para defender aquela população. Foi aí que essas instituições começaram a pesquisar realmente quem era esse povo e porque estava ali a reivindicar aquela terra dizendo que era dos seus ancestrais e que segundo a história foi o patriarca Félix Rodrigues ex-escravo que participou na guerra de Paraguai¹³.

Mas a questão negra fortificou-se com a mobilização de um grupo de militantes de movimentos sociais provenientes de municípios de Miracema, Miranorte, Tocantínia, Porto Nacional e Palmas, que decidiram participar das comemorações dos 300 anos da morte do Zumbi dos Palmares em Brasília em 1995. José Iramar da Silva, 52 anos explica como foi a criação do movimento negro do Estado:

A partir de 1995 após as comemorações dos 300 anos do Zumbi em Brasília é que começamos a estudar mais e a compreender mais essa questão de quilombola, comunidades negras rurais, ou comunidades quilombolas. E é a partir daí que a gente decidiu formar um movimento ou seja, se organizar. Um ano depois fomos

¹³ Idem.

comemorar o 20 de Novembro lá na Barra de Aroeira onde ficamos o dia todo lá. Levamos comida para socializar e conhecer a comunidade. Saímos da comunidade com a idéia de criar o movimento negro do Estado. Daí saiu uma comissão para articular isso e já entrando em contacto com outros grupos ou entidades do país. Foi quando a gente conheceu as APN's (Agente da Pastoral Negra) e outras entidades. Em 05 de outubro de 1996 fizemos o lançamento oficial da criação do Movimento Negro¹⁴.

Questionado sobre como chegou à discussão em nível institucional sobre comunidades quilombolas no Tocantins e consequentemente sobre o mapeamento das mesmas, o Prof. Luís Benedito, 58 anos, coordenador dos afrodescendentes e indígenas da SECIJU (Secretaria de Cidadania e Justiça) do Estado afirma o seguinte:

A gente enquanto militante do movimento negro vindo de São Paulo para o Tocantins viu a necessidade de começar a difundir essa mentalidade afrodescendente a partir deles mesmos. Nem? Nós não precisamos de interlocutor a não ser nós mesmos. Então eu já vinha fazer uma pesquisa teórica a respeito, mas não tinha implementada nenhuma ação prática até porque estava na Secretaria de Assistência Social que era a SECS e não tinha essa política, nem? Sabendo que a SECIJU tinha ou estava em formação alguma política sobre os Direitos Humanos foi quando eu vim para cá, dentro do tema Direitos Humanos para desenvolver a temática racial¹⁵.

Quanto ao mapeamento das comunidades o entrevistado explica que:

Já tínhamos conhecimento cartográfico, através de alguns trabalhos da Fundação Cultural Palmares, algumas pesquisas do

¹⁴ Entrevista realizada aos 13/04/2010.

¹⁵ Entrevista realizada aos 10/02/2009.

INCRA¹⁶ e da UNB¹⁷, porém, não havia nenhuma ação efetiva em cima. Tudo começou a partir de 2005. O mapeamento dessas comunidades foi uma consequência da I Conferência Estadual que foi realizada nos dias 3; 4 e 5 de maio inclusive com a presença da Ministra Matilde Ribeiro, na época e a partir disso, logo em junho fui à campo para realizar o trabalho prático porque o teórico já tinha feito o levantamento¹⁸.

Entretanto, no reconhecimento dessas 13 comunidades nota-se que o Estado não levou em consideração o debate existente atualmente no qual alguns pesquisadores defendem que os quilombos são formados por aqueles que fugiram da escravidão e não os que se constituíram no pós-abolição. A Formação destas comunidades varia da forma anterior – fuga da escravidão – até a forma posterior à abolição.

Nós não ficamos atrás - realmente sem desprezar as pesquisas acadêmicas ou essa discussão acadêmica. Nós não ficamos atrás de preceitos antropológicos nem históricos. Adotamos preceitos práticos. Respaldamo-nos através da 4887/2003 que dá possibilidade do auto-reconhecimento. Então é muito simples nem? Negro, todos negros presentes no Brasil na sua maioria são descendentes de que? Escravos, então tem o porquê. Se são quilombolas se não são é no sentido mais amplo de Abdias do Nascimento: o “quilombismo” todo o ponto de resistência negro é quilombo. Portanto o rural ou urbano e a 4887/2003 dá essa possibilidade. Então é uma coisa muito prática. Sem muita coisa¹⁹.

Tecnicamente o representante do Estado mostra como foi feito o processo de reconhecimento:

¹⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

¹⁷ Universidade de Brasília.

¹⁸ Nessa pesquisa a SECIJU mapeou 13 comunidades. As comunidades de Lagoa da Pedra e Mimoso já eram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares através dos trabalhos das pesquisadoras Ione Evangelista e Rosy de Oliveira.

¹⁹ Entrevista realizada aos 10/02/2009

Fiz uma análise sociológica do local, primeiramente tem que ter a grande quantidade de negros até porque se não ficaria completamente fora do princípio, a situação socioeconômica, geralmente de miséria ou de pobreza e vínculo que eles têm entre eles mesmos nem? A endogamia foi um preceito forte. São itens que faziam com que eu conversasse com eles e explicasse todo o trâmite do processo e se eles queriam ou não. Dependia do consenso deles se queriam ou não ser considerados comunidades quilombolas. Houve comunidades que não quiseram e houve outras que aceitaram. Então foi a partir de um processo muito prático sem muita coisa nem?²⁰

Concluindo o processo, foram reconhecidas as seguintes comunidades negras rurais como remanescentes de quilombos, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Levantamento das Comunidades reconhecidas pelo Estado em 2005

Comunidade	Município	Nº de Famílias	Nº de casa	População
São João	Santa Rosa	60	60	270
São José	Chapada	35	33	80
Redenção	Natividade	22	22	76
São Joaquim	Porto Alegre	70	68	240
Barra de Aroeira	Santa Teresa	57	48	356
Prata	São Felix-TO	68	42	210
Mumbuca	Mateiro	42	38	150
Baviera	Aragominas	-	-	-
Cocalinho	Santa Fé	150	150	400
Lagoa da Pedra	Arraias	33	33	155
Kalunga/Mimoso*	Arraias	250	*	250
Malhadinha	Brejinho de Nazaré	60	60	300
Córrego Fundo	Brejinho de Nazaré	30	30	150
Lajinha	Porto Alegre	25	23	150
Chapada da Natividade	-	-	-	-
TOTAL				3.807

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Secretaria de Cidadania e Justiça, 2005

* Já era reconhecida pela Fundação Palmares.

²⁰ Idem.

4.3 O programa Brasil Quilombola no Tocantins

A Constituição brasileira de 1988, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sanciona aos remanescentes das comunidades de quilombos o direito à propriedade de suas terras, sendo considerado mais importante instrumento jurídico para fundamentar a construção de uma política fundiária baseada no princípio de respeito aos direitos territoriais dos grupos étnicos e minoritários. Tal artigo, de um lado estabelece um direito e de outro, um dever: o direito das comunidades quilombolas terem reconhecidos a propriedade das terras por elas ocupadas e o dever do poder público atuar ativamente em favor desse reconhecimento (PBQ, 2004)²¹.

Para tanto, o governo federal criou em 12 de março de 2004, na comunidade remanescente de Kalunga, situada nos municípios de Cavalcanti, Teresina de Goiás e Monte Alegre, no estado de Goiás, o “Programa Brasil Quilombola” (PBQ), com objetivo de alterar as condições de vida nas comunidades remanescentes de quilombos por meio da regularização da posse da terra, estimular o seu desenvolvimento e apoiar as associações representativas destas comunidades. Esses os objetivos estratégicos visavam o desenvolvimento sustentável destas comunidades, com garantia de que os respectivos direitos seriam elaborados, como também implementados.

As considerações sobre a territorialidade das comunidades tradicionais, o seu reconhecimento pela ordem jurídico-institucional vigente e sua inserção nos planos públicos de ordenação e fomento do desenvolvimento regional, além da forma peculiar como esses grupos retiveram a sua base identitária, permitiram aos gestores públicos estabelecer quatro eixos para o delineamento das ações junto às comunidades remanescentes de quilombos:

²¹ Programa Brasil Quilombola.

- **Regularização Fundiária:** resolução dos problemas relativos à emissão do título de posse das terras como base para a implantação de alternativas de desenvolvimento, além de garantir a reprodução física, social e cultural de cada comunidade.
- **Infra-Estrutura e Serviços:** consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infra-estrutura e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas.
- **Desenvolvimento Econômico e Social:** modelo de desenvolvimento sustentável, baseado nas características territoriais e na identidade coletiva, visando a sustentabilidade ambiental, social cultural, econômica e política.
- **Controle e Participação Social:** estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas, promovendo o seu acesso ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município brasileiro (Programa Brasil Quilombola, 2004, p.21).

Com a Criação da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), o Governo Federal evocou a responsabilidade de incentivar os entes da Federação a incorporarem a perspectiva da Igualdade Racial, por meio, entre outros, de parcerias governamentais para aplicação de Políticas Públicas de Igualdade Racial nas Unidades Federativas. Nessa mesma perspectiva e, com fundamento nos princípios da Transversalidade, Descentralização e Gestão Democrática, norteadores da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, buscaram potencializar no Estado os compromissos públicos com o combate das desigualdades raciais, para obter melhores resultados quanto à equidade e justiça social para os grupos raciais e étnicos historicamente discriminados, com ênfase na população negra.

No Tocantins, após o mapeamento dessas comunidades reconhecidas pelo Estado como comunidades remanescentes de quilombos, realizou-se uma pesquisa inserida dentro do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial que estabeleceria uma metodologia pautada em um conjunto de ações que possibilitassem

o desenvolvimento sustentável dos quilombos, consoante as suas especificidades históricas e contemporâneas, garantindo os direitos à titulação e a permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infra-estrutura e previdência social, entre outras políticas públicas destinadas à população quilombola do estado.

O objetivo maior do mapeamento era levantar as necessidades prioritárias, identificar as dificuldades destas comunidades e posteriormente apresentar um relatório que orientaria os organismos de governo, em parceria com outras entidades a fim de executar e estabelecer diretrizes da ação governamental enquanto política de Estado que visa melhorar a qualidade de vida e de organização das comunidades remanescentes de quilombos, além de garantir o acesso ao conjunto de bens e serviços sociais necessários ao seu desenvolvimento, considerando sempre a sua realidade sociocultural.

Dessas 15 comunidades reconhecidas, foram escolhidas seis que seriam beneficiadas pelas políticas sociais à luz do programa “Brasil Quilombola” do Governo Federal²², em 2006, a saber: comunidade da Barra de Aroeira; Cocalinho; Córrego Fundo; Malhadinha; Morro de São João e Redenção²³.

A ideia do trabalho foi de levantar as necessidades prioritárias, identificar suas dificuldades e posteriormente apresentar um relatório que orientaria os organismos de governo, em parceria com outras entidades a implementar e estabelecer diretrizes da ação governamental enquanto política de Estado que visaria melhorar a qualidade de vida e de organização das comunidades remanescentes de quilombos, além de garantir o acesso ao conjunto de bens e serviços sociais necessários ao seu desenvolvimento, considerando sempre a sua realidade sociocultural (TOCANTINS, 2005 [b]).

²² Sob a presidência do Luís Inácio da Silva “Lula”.

²³ A comunidade em estudo estava entre as seis selecionadas. De acordo com a data da publicação no diário Oficial da União, Malhadinha foi reconhecida em 20/01/2006.

O relatório final da pesquisa sinalizou que o esquecimento das comunidades remanescentes de quilombos, constituía uma questão emergencial e de risco na sociedade tocantinense e brasileira.

Segundo o documento, essas comunidades apresentavam situação de vulnerabilidade e insegurança, isto tanto em relação à posse das terras por elas ocupadas, quanto ao que se refere à precariedade de acesso à infra-estrutura básica, necessárias para a manutenção de qualidade mínima de vida.

Embora o decreto nº 4.887, de 20/11/2003, tenha sido elaborado para normatizar o procedimento de regularização das terras dos remanescentes dos quilombos, todas as comunidades estudadas apresentavam problemas fundiários, problemas de violência em relação à disputa da terra e, a maioria perdeu seus territórios históricos por grilagens de terras.

Todas careciam de títulos de propriedade coletiva; de infra-estruturas básicas; de atendimento médico regular e de condições de moradias menos precárias. Em algumas comunidades existia um grande foco de problemas oftalmológicos que precisavam ser resolvido com urgência (TOCANTINS, 2005 [b]).

A maioria vivia sob condições de pobreza e exclusão, cujos reflexos são dificuldades e insuficiência de acesso à água potável, esgotamento sanitário, ausência de energia elétrica, tratamento de lixo, bem como de acesso à educação e à saúde.

A falta de fontes de geração de renda causava migração sazonal entre moradores quilombolas. Uma das importantes demanda dessa população era trabalho e renda já que a produção agrícola em regime familiar constituía a atividade econômica que predominava nas comunidades. Porém, por falta de informação ou por descaso por parte do poder público, a maioria das comunidades era considerada zonas rurais. Mesmo assim, não eram contempladas nas políticas de financiamento para pequenos agricultores.

O estudo constatou que existia uma semelhança significativa na forma de reprodução da vida dessas populações. As seis

comunidades estudadas proporcionaram uma boa visão sobre a situação social, econômica e de infra-estrutura das comunidades quilombolas existentes no Estado. Como mostra a pesquisa:

Particularmente sobre as atividades econômicas, a produção quilombola está baseada na agricultura de subsistência e tem a família como unidade primária de produção e de consumo. A tecnologia utilizada é totalmente rudimentar o que acarreta problemas na qualidade e quantidade, culminando conseqüentemente na elaboração de produtos de baixo valor agregado. Da produção agrícola, destaca-se a produção de mandioca que tem papel importante no abastecimento e na comercialização, possibilitando a compra de produtos básicos não produzidos dentro das comunidades. A comercialização muitas das vezes é realizada por necessidades urgentes de mercadorias não produzidas pelas comunidades. Várias comunidades mostraram que além da atividade agrícola, outros setores potenciais podem ser desenvolvidos tais como: artesanato, fruticultura e beneficiamento da farinha. Para as comunidades essas áreas são importantes já que são intensivas em mão-de-obra e apresentam abundantes matérias-primas (TOCANTINS, 2005, [b]).

Finalmente o documento apontava algumas recomendações como a agro- industrialização de pequeno porte (fábrica de farinha, de sucos, e de cerâmica) como alternativa no sentido de agregar valor à produção, gerar novos empregos e elevar os níveis de renda dessas comunidades. Essa pequena agroindústria geralmente apresenta uma baixa escala de produção, emprega uma tecnologia tradicional ou artesanal ligados à cultura local e atende consumidores com baixo poder aquisitivo.

O documento sugeria também a autogestão através da criação de organizações associativas e complexos cooperativos, (hortas comunitárias, associação de costureiras ou rendeiras), tendo em conta que as diversas fases da atividade produtiva dessas comunidades são realizadas de forma coletiva.

Em relação à educação, assinalava-se como prioridade a melhoria na infra- estrutura escolar já existente, a implantação de

bibliotecas e, finalmente, a capacitação dos docentes com base na Lei 10639/2003²⁴.

Como sugestão a pesquisa apontava que as comunidades quilombolas não poderiam ser tratadas com ações pontuais e esporádicas. Precisavam de ações concretas. Assegurar institucionalmente essa população constituía uma premissa básica para a sua existência e manutenção.

Dos vários pontos importantes para se equacionar os problemas e seguindo os 4 eixos para o direcionamento das ações juntos às comunidades, conforme o Programa Brasil Quilombola, destacavam-se os seguintes:

A realização de um censo estadual para a montagem de um perfil demográfico-econômico-territorial;

- Definição de um cronograma público da política de demarcação – titulação das terras dos renascentes de quilombos, já que a questão de titulação das áreas apresenta-se como prioridade;
- Criação de um programa de contenção da mobilidade demográfica nas comunidades, com a saída dos jovens para as periferias das grandes cidades;
- Um planejamento de sustentabilidade territorial básica, buscando uma autonomia econômica das comunidades;
- Monitoramento dos programas atuais de infra-estrutura física, evitando o risco da descaracterização da paisagem quilombola, e
- Estabelecimento de um diálogo permanente em nível estadual com os órgãos públicos responsáveis, através de encontros estaduais das Comunidades quilombolas.

Entretanto, cinco anos depois observa-se que no Estado a questão quilombola continua ser tratada com ações pontuais e esporádicas e não concretas. A descontinuidade das ações em virtude de mudanças de gestão constitui o fator principal para o

²⁴ Lei que exige a obrigatoriedade do ensino da história da África e do negro no Brasil.

descumprimento das ações²⁵. Dos pontos a serem seguidos para se equacionar os problemas vistos anteriormente praticamente nada foi cumprido. Em relação a realização de um censo estadual para montagem de um perfil demográfico-econômico- territorial, a proposta foi esquecida totalmente. Quanto á demarcação e titulação das terras remanescentes de quilombos no Tocantins, dos 26 processos abertos somente a comunidade de quilombo de Kalunga do Mimoso é que se encontra na última fase do processo de titulação. O resto das comunidades inclusive a Malhadinha ainda está com processo de regularização fundiária formalizados no INCRA-TO. Não se criou nenhum programa de contenção da mobilidade demográfica nas comunidades e nem existem monitoramento de programas de infra-estrutura física que evitem o risco da descaracterização da paisagem quilombola. O Estabelecimento de um diálogo permanente em nível estadual também é um ponto preocupante por parte das lideranças quilombolas já que segundo eles, este diálogo permanente não existe com o novo governo.

4.4 Comunidade Malhadinha hoje

A comunidade de Malhadinha, objeto da pesquisa, encontra-se na zona rural do Município de Brejinho de Nazaré – a 31 km da sede do município e a 22 km do Município de Porto Nacional. Ou seja, está situada entre os dois municípios atravessando a estrada estadual – TO- 134 e a 87 km da capital Palma (Figura 10).

Sua paisagem não se diferencia dos outros pequenos sítios da região, onde predomina a agricultura de subsistência. Os espaços de propriedades são ocupados pela lavoura e pelas residências. Isso facilita que os moradores aproveitem os fundos das residências para plantarem árvores frutíferas como: acerola, banana, tamarindo,

²⁵ O Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial foi idealizado pelo governo do então governador Marcelo Miranda. Com a sua saída (perda de mandato) o governador Carlos Gaguim não deu continuidade às ações. Com a gestão atual do Ciqueira Campos tudo indica também que a questão quilombola não será prioridade.

macaúba, jenipapo etc.; e algumas hortaliças como: tomate, cebola, pimenta.

O povoado goza de uma bacia hidrográfica rica e composta de vários córregos e um lago dentre eles o de Macaco, Boqueirão, Sapateiro, Adobe e o Lago grande. A água consumida é retirada do principal córrego do povoado que é o São Felipe.

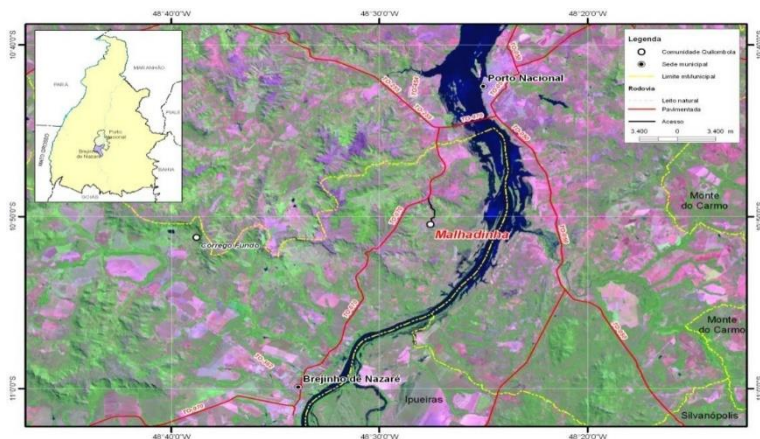


Figura 10 - Mapa demonstrativo da comunidade Malhadinha e sua localização no Estado do Tocantins

A seguir apresenta-se a comunidade Malhadinha na atualidade, isto é, na primeira década do século XXI, a partir da habitação, população, educação e saúde, etc. destacando suas características, dificuldades e novas perspectivas considerando as falas dos seus sujeitos.

4.4.1 Habitação

A área total do povoado é de 275,17 alqueires. As habitações estão construídas dentro das propriedades²⁶, de forma desordenada. O total de residências é de 58 casas. Existem 03 vendas no povoado (dentro das residências): 02 de bebidas e 01 de gás. Das 58 casas, 04

²⁶ Ver a divisão das propriedades no capítulo II.

estão desabitadas já que as famílias deixaram de residir no povoado, mas conservam a propriedade. Restam 54 casas, destas 44 são casas novas²⁷, 05 reformadas²⁸ e 05 continuaram velhas²⁹. Segundo Gerson Ribeiro de Sousa, 50 anos, agricultor e esposo de dona Ariadna:

O programa do governo construiu as casas para os moradores que tinha casas velhas. Os que tinham a casa mais ou menos boa, como o meu caso, a prefeitura deu cheques para reformarmos as casas. Agora, quem era solteiro e não tinha família, não recebeu nada, nem casa, nem cheque³⁰.

O morador explica que o critério de seleção para ser contemplado na construção de casas ou reformas seria a “família”. Isso foi confirmado com a conversa tida com o gestor do projeto na época: “Tivemos que priorizar realmente quem mais precisava. Não poderíamos largar um idoso com a família para beneficiar um homem que vivia só. Até porque essas casas foram construídas através da Resolução 460/04.”³¹

A Resolução 460/2004 define as diretrizes para a utilização dos recursos advindos do FGTS,³²¹⁶⁸ com vigência iniciada em 2005, fixando como meta o direcionamento dos recursos do FGTS para a família de baixa renda – que recebe até cinco (05) salários mínimos. Tendo em vista a sua característica, a Resolução 460/04 se apresenta como a linha que as Secretarias de Habitação têm procurado explorar para aumentar o número de projetos habitacionais, porque 83% do crédito é financiado pelos recursos subsidiados, enquanto que os 17% restantes são financiados pelo tomador do empréstimo. Além disso, o gasto concernente à infra-

²⁷ Construídas pelo Programa Brasil Quilombola em 2006.

²⁸ Reformadas através do Programa Brasil Quilobola em 2006.

²⁹ Outras 04 casas são as que os proprietários utilizam como dispensa ou anexo.

³⁰ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

³¹ Jonas Salles da Silva, ex Secretário de Administração do município de Brejinho de Nazaré. Entrevista realizada aos 01/12/2011.

³² Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

estrutura pode ser considerado parte desses 17%, mediante contrapartida – município e/ou parceiros etc. – saindo praticamente a custo zero para essa população de baixa renda.

As casas medem 49,22 m² e foram construídas de forma padronizadas com 04 cômodos: 02 quartos, sala, cozinha, banheiro e uma pequena varanda na entrada³³. O projeto arquitetônico das moradias respeitou os costumes da população. Os banheiros têm as portas pelo lado de fora (Figura 13). Segundo alguns moradores “é a tradição da região: É para não ver o hóspede com pouca roupa”. Entretanto, tem o caso de duas famílias que possuem filhas deficientes que foram contempladas com a construção do banheiro com a porta no interior da residência. Atualmente, existe ainda uma família que tem a filha deficiente visual que está pleiteando esse direito.

Todas as casas novas são de alvenaria com piso de cimento, alguns com piso de cerâmica, o teto é de telha e as portas e janelas são do estilo “venezianas”. Todas as casas possuem energia elétrica e água encanada, mas não potável.

A Subsecretária de Agricultura e Pesca da Secretaria da Agricultura e ex- prefeita do Brejinho de Nazaré, a Sra. Miyuki Hyashida, 52 anos, gestora principal do projeto na época, mostra que o projeto não se resumia somente à construção das casas, mas também ao melhoramento da infra-estrutura de acesso à comunidade:

O que foi feito de princípio é que aí não tinha energia. Foi colocada a energia. Logo após a energia como existia programa de casas populares, foram pedidas casas populares e como houve priorização do Governo Federal nós ganhamos essas casas também. Como as casas eram distantes uma das outras: tinha uma casa aqui, uma chácarazinha ali, outra distante e com dificuldades do acesso. Então nós investimos em fazer as estradas. Foram feitas na época até duas estradas. Uma do lado direito

³³ Alguns moradores ampliaram as suas casas por conta própria (Figura 11).

descendo a serra e a outra pelo lado esquerdo saindo mais pelo lado do adobe³⁴.

E também com a finalidade de preparar a população num projeto de inclusão produtiva:

Além do programa das casas populares, tinha o programa de capacitação obrigatório. Dentro desse programa a gente elencou o que na verdade o que o pessoal já fazia: como trabalhar com a agricultura familiar de pequeno porte, como fazer o processamento das frutas. Para isso, foram feitas unidades de processamentos. Foram feitas várias capacitações tanto na SETAS³⁵, SECIJU³⁶ que trabalhou bastante também, SEBRAE³⁷ e SENAC³⁸. Então, aproveitou-se um pouco de todo os outros que tínhamos e conseguimos fazer um trabalho conjunto³⁹.

A ex-prefeita mostra que o projeto não apenas visava a construção das casas, mas também visava realizar uma gama de projetos dentre eles a inclusão produtiva da população de Malhadinha.

³⁴ Entrevista realizada aos 01/12/2011.

³⁵ Secretaria do Estado da Ação Social.

³⁶ Secretaria de Cidadania e Justiça

³⁷ Serviço de Apoio às Pequenas Empresas

³⁸ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

³⁹ Entrevista realizada aos 01/12/2011.



Figura 11 - Vista externa da residência do Sr. Marcelino



Figura 12 - Casa do Aniel (dentro da propriedade do pai Sr. Marcelino)



Figura 13 - Vista externa da residência (banheiro com a porta pelo lado de fora)

4.4.2 População

O povoado atualmente possui uma população de 186 pessoas que se dividem em: 49 homens; 48 mulheres e 89 filhos. A sua população é negra e predomina no povoado a família nuclear (44%). Além disso, mais da metade da sua população (46%), principalmente jovens partiu para outras localidades.

Tabela 4 - Densidade populacional em Malhadinha

	TOTAL	(%)
Homens	49	26
Mulheres	48	25
Casais	44	23
Viúvas e/ou solteiros	05	3
Viúvos e/ou solteiros	04	2
Filhos que moram com os pais na comunidade	89	47
Filhos que saíram da comunidade	86	46

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo, 2011.

Em Malhadinha diversas famílias de tipo nuclear, composta por pai/mãe e filhos, residem num mesmo sítio em unidades residenciais separadas, contudo próximas umas das outras. Quando os filhos casam a construção da sua casa se faz em terras do pai.

A tabela abaixo mostra a estrutura de família simples, composta de homem, mulher e filhos e como se distribuem nas suas residências/sítio.

Tabela 5 - Densidade populacional por Unidade doméstica

Nº de Pessoas	Nº de Unidades	(%)
1 a 5	43	80
6 a 10	09	17
11 a 15	02	03
TOTAL	54	100

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo, 2011.

Os dados acima indicam que 80% das unidades domiciliares é composta de 01 a 05 pessoas, seguindo com as compostas de 06 a 10 pessoas e finalmente, as unidades contendo de 11 a 15 pessoas.

Essa baixa densidade por unidade é provocada pela saída dos filhos para outras cidades em busca de outras oportunidades.

Pode-se notar que o grupo familiar se organiza dentro de padrões que permitem caracterizá-lo como família simples, com forte tendência patriarcal e endogâmica. A maioria dos membros dessas famílias é descendente dos Araújo Dias; Ribeiro de Sousa e Pinto Xavier – o que as torna, além de endogâmica, também consanguíneas. Este fato faz com que esse conjunto de famílias simples se confunda com uma grande parentela, que por sua vez, pela expressividade numérica de seus membros, quase se confunde com a população do povoado.

Os moradores da comunidade na sua maioria são parentes entre si⁴⁰. Os casamentos geralmente foram realizados dentro da comunidade, primos e primas unem-se conformando uma parentela extensa. Segundo os seus moradores essa prática não atende a nenhuma determinação imposta pelos seus membros, mas o *isolamento* e o interesse que os casais despertavam um no outro.

Existem casamentos com pessoas que vieram de fora da comunidade e permanecem até hoje⁴¹. Outro caso de quem veio de fora – mas da mesma região - e casou aqui foi a Dona Ariádna César Nogueira, 47 anos que vinha visitar a irmã casada na comunidade e acabou casando com o irmão do marido da irmã e está há vinte anos na comunidade: “Eu não nasci aqui. Nasci em Brejinho. Mas vinha aqui há passeios para visitar a minha irmã e acabei casando com Gerson, filho do meu padrinho Marcelino até hoje estou aqui”.

⁴⁰ Ver a origem do povoado.

⁴¹ O caso da dona Antônia como se referiu no capítulo I.



Figura 14 - Sr. Marcelino Ribeiro de Sousa



Figura 15 - Dona Antônia, esposa do Sr. Marcelino que veio do Piauí



Figura 16 - Crianças da comunidade

4.4.3 Educação e Saúde

A comunidade possui uma escola com duas salas multiseriadas para funcionamento de Ensino fundamental – jardim até 05 anos (Figuras 17 e 18). No total são 17 alunos. As aulas são ministradas todas no período matutino. No período vespertino a escola oferece aulas de reforço que se resume nas disciplinas de matemática e português. A partir do sexto ano os alunos são transportados por ônibus escolar cedido pela prefeitura que chega ao meio dia levando os estudantes até a sede do município e volta às seis da tarde na comunidade. Em todo povoado somente 07 moradores possuem empregos mais estáveis, percebendo salários mensais. É caso de funcionários pagos pela prefeitura municipal para exercerem as funções de professores (03); funcionários (03) e uma merendeira. Os professores não têm uma formação específica para atuar nas comunidades remanescentes de quilombos.

Segundo o professor Wanderley Araújo Dias, 40 anos:

Eu trabalhava aqui antes. Mas através da lei que obrigava que todo professor que não tinha 2º grau não podia trabalhar nas salas de aulas, aí fiz o 2º grau em Brejinho através do programa Telecurso 2000. Aqui o único problema que a gente enfrenta é de trabalhar com salas multiseriadas⁴².

As escolas multiseriadas são constituídas de classes com alunos de diversas idades em uma mesma turma. Esse tipo de escola é encontrado geralmente em localidades isoladas – especificamente na zona rural. Isso é consequência de vários fatores tais como: a baixa densidade populacional na zona rural; escolas pequenas e finalmente a carência de professores nas séries iniciais.

Alguns moradores participam numa espécie do projeto “parceira da escola”, onde abrem suas casas para receberem estudantes de outras localidades que cursam o Colégio Agrícola,

⁴² Entrevista realizada aos 20/11/2011.

situado há 36 km do município de Porto Nacional⁴³. A Sra. Ariadna César Nogueira, 44 anos explica como isso funciona:

Os estudantes que fazem escola agrícola em Porto Nacional seguem a Pedagogia de Alternância, que pega filhos de pequenos produtores rurais da região. Então, eles vêm de outros assentamentos e aí, a escola pergunta se tem algumas famílias que querem adotar os estudantes. A escola não obriga ninguém. Então, eu acho assim: se tem “amigos da escola”, eu acho que sou “parceira da escola”. Eu faço isso não para ter retorno, não. É porque quando os estudantes que ficam na minha casa se forma é satisfação saber que fulano formou porque eu também ajudei nem? Tem uma parte minha aí⁴⁴.

As aulas no Colégio acontecem de forma alternada: uma semana sim e outra não. Tem ônibus que levam os estudantes da comunidade até a instituição de ensino:

Então, quando eu assumo esses meninos que vem de fora, eu adoto como se fossem minha família. Apesar dos custos, eles vivem da mesma forma que os meus filhos vivem porque os pais deles não têm condições de mandar nada recursos nenhum. Então, eles vivem na nossa comunidade. Já ficaram 09 comigo, minha sogra também já ficou com alguns deles, minha cunhada, minha irmã também. A gente ajuda de alguma forma, mas não é porque a escola exige. Hoje em dia é difícil você ver alguém ajudar as outras famílias sem ganhar nada em troca⁴⁵.

O projeto pedagógico tendo a Pedagogia de Alternância como método, consiste na articulação entre Tempo Escola (TE) e Tempo-Comunidade (TC). No TE, os alunos permanecem de duas semanas a dois meses, dependendo do curso, na instituição de ensino, em regime de internato. No TC, esses educandos retornam às suas comunidades, assentamentos ou propriedades familiares com

⁴³ Mais 22 km que distancia o município de Porto Nacional da comunidade totalizam 58 km.

⁴⁴ Entrevista realizada aos 26/11/2011

⁴⁵ Idem.

intuito de pôr em prática, os conhecimentos adquiridos no TC. Esse método exige a formação específica para os professores. Por isso, as entidades e organizações que vêm adotando esse método optam pela contratação de monitores que, de certa forma, são agrônomos ou técnicos agrícolas. Os licenciados que escolherem trabalhar com a Pedagogia da Alternância fazem cursos oferecidos por aquelas entidades ou organizações (RIBEIRO, 2008).

No mesmo pátio onde está situada a escola encontra-se o posto de saúde da comunidade, porém, o mesmo está desativado (Figuras 19 e 20). O médico, raras vezes aparece na comunidade. Qualquer problema de doenças graves o paciente é levado ou para o município de Brejinho de Nazaré ou para Porto Nacional. Entretanto, existe uma agente de saúde que atende toda a região inclusive a Malhadinha.

A Sra. Erisvânia Alves de Sousa, 35 anos e agente de saúde explica em que consiste o seu trabalho:

Sou a única agente de saúde da comunidade. Ando sozinha toda a comunidade. São 89 famílias que moram aqui nessa região todinha. Eu vou de moto mais meu marido e se for por perto, eu vou de bicicleta. Chegando numa casa a gente ensina muita coisa para as pessoas e se tem muita gente doente, a gente arruma um remedinho, faz remédio caseiro e sempre as pessoas vão gostando. Cada lugar que eu chego eu ensino a pessoa. Noutro mês vou ver como está e está tudo bem de novo. A saúde aqui é muito boa. Não tem muita doença grave aqui⁴⁶.

Concernente às receitas de remédios a agente de saúde mostra que é um processo de transferência de conhecimento que vem de várias gerações.

As receitas aprendi com os mais velhos, os mais velhos vão ensinando e a gente vai aprendendo muita coisa. Tem povo mais idoso, ele ensina muita coisa para gente e a gente passa para a pessoa direto. Uso plantas naturais para remédios e nunca teve

⁴⁶ Entrevista realizada aos 25/11/2011.

problemas da pessoa morrer por causa do remédio ou alguma doença. Sempre morre porque chegou a hora de morrer mesmo⁴⁷.

Há ocasiões em que ocorre confronto entre a *medicina tradicional* e a *medicina convencional*:

Eu uso sempre é remédio caseiro porque remédio de farmácia só com receita médica. E também, quando o remédio está desanimando a pessoa, eu tiro também e dá certinho. Muitas vezes os médicos passam remédios para a pessoa e não dá certo nem? Aí, eu vou lá, tiro e falo para não tomar mais e mando ele no médico de novo e ele vai e fica bom⁴⁸.

Questionada sobre a responsabilidade de “tirar o remédio” receitado pelo médico, a agente defende:

Quando a gente é preparada para agente de saúde, a gente faz curso nem? Fiz um curso em 2006. Teve outro curso técnico de gerente de saúde lá em Porto e eu fiz também. Agora estamos preparando um curso de enfermagem. Só que eu acho que só se o posto tiver funcionando. Agora não está, nem?⁴⁹

Existe acompanhamento para as mulheres grávidas (o pré-natal) no hospital do município e todas as mulheres ganham seus bebês no hospital do Brejinho de Nazaré. Somente casos que exigem cirurgias – cesariana - é que se encaminha a mãe para o hospital de Porto Nacional. Não existem parteiras na comunidade atualmente.

⁴⁷ Entrevista realizada aos 25/11/2011.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.



Figura 17 - Vista externa da Escola



Figura 18 - Vista interna de uma das salas de aula



Figura 19 - Vista externa do posto médico



Figura 20 - Vista interna do posto médico – desativado

4.4.4 Terra, trabalho e comercialização

A base econômica dos moradores da Malhadinha é a agricultura de subsistência em regime de policultura, a criação de alguns animais, o beneficiamento de alguns produtos como mandioca para fazer farinha e da cana-de-açúcar para a rapadura. Complementa essa base econômica o comércio de produtos, a pesca, a caça e a coleta de frutos. Cada família realiza um ou mais tipos de trabalho, não devido a pouca quantidade de terra herdada, mas devido a pouca quantidade das pessoas por famílias. Os mais velhos hoje estão aposentados e sem força de produzir em grandes extensões e muitos dos filhos saíram para trabalhar ou como diaristas nas fazendas vizinhas ou em outras cidades. “A gente trabalhamos de roça. Hoje eu não tolero mais. Sou um doente velho e não posso mais”⁵⁰.

Os moradores praticam duas formas de preparar a terra para o plantio: a roça de toco e a roça arada pelo trator (ver figuras nº 21 e 22). Segundo o Sr. Belarmino Tavares do Bonfim, 60 anos, agricultor - que com ajuda de dois filhos plantava arroz após a queimada:

⁵⁰ Sr. Silvino Mendes. Entrevista realizada aos 25/11/2011

Na roça de toco nós derrubamos os paus mais grossos com machado e queimamos e depois plantamos. Plantar o arroz na roça de toco dá muito mais. As folhas queimadas apodrecem e ficam como adubos para a terra. Também tem a roça *gradeada*⁵¹ pelo trator. A máquina *gradea* a terra e depois nós plantamos utilizando adubo químico⁵².

O Sr. Sandoval Araújo Dias, 64 anos, agricultor relata como é feita a produção:

A gente arruma dinheiro para comprar o óleo⁵³. Aí, vem o trator⁵⁴ para gradear a terra e aí, planta-se mandioca, arroz, milho e algumas verduras de rama no meio, no caso pepino, abóbora, melancia. Tudo isso mesmo é para o consumo. Quando sobra o resto é para vender: o milho, arroz e a farinha quando tem mandioca nem?⁵⁵

Os instrumentos empregados na lavoura pelos homens nas fases que antecedem ao plantio são: a foice, a enxada e o machado. As mulheres e filhos mais jovens utilizam apenas a enxada e participam da limpeza do terreno, que geralmente é realizada duas vezes por ano⁵⁶.

Tabela 6 - Períodos de cultivo e da colheita

Cultivo/ produtos	Período de cultivo	Colheita
Arroz	Outubro	04 meses depois
Feijão	Fevereiro	04 meses depois
Mandioca	Outubro	01 ano depois
Milho	Novembro	04 meses depois

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo, 2011.

⁵¹ Abrir e revolver a terra

⁵² Entrevista realizada aos 26/11/2011

⁵³ Combustível para o trator

⁵⁴ O trator é cedido pela Prefeitura local

⁵⁵ Entrevista realizada aos 26/11/2011.

⁵⁶ Observa-se que os instrumentos de trabalho utilizados não mudaram como tempo

Uma das alterações ocorridas na organização do trabalho é o desaparecimento da “troca de serviços” ou como é mais conhecido popularmente de “mutirão”. A fragmentação das terras e o engajamento nas outras atividades para complementar a renda e inclusive a saída de moradores jovens à procura de oportunidades nas cidades vizinhas, foram obstáculos para a continuidade dessa tradição de plantio.

O Sr. Sandoval Araújo Dias, 64 anos, agricultor explica como as necessidades atuais dos moradores passam a depender do uso do dinheiro e da participação do mercado:

Antigamente, nós fazíamos a troca de serviços. A gente chamava outras famílias para ajudar na roça. Depois, a gente também is ajudar na roça dele. Hoje, esta prática diminuiu e muito. O mutirão com outras famílias hoje quase não existe. Agora se você chamar alguém, pagando aí, aparece gente (risos)⁵⁷.

Com o surgimento de fazendas próximas ao povoado, fruto de venda de algumas extensões de terra antigamente, por alguns moradores, houve uma ligeira dispersão da unidade de trabalho familiar. Dada a redução de autossuficiência provocada pelo envelhecimento e pela diminuição dos seus moradores, a integração com o mercado regional fez com que os moradores consumissem mais produtos de fora - “coisas da cidade”. As famílias foram obrigadas a complementar a sua renda de duas formas: o engajamento nos trabalhos assalariados e a diversificação do trabalho.

A Sra. Ariadna César Nogueira, 44 anos, explica como é feita a participação de alguns moradores no trabalho assalariado:

Aqui perto da comunidade tem várias fazendas: tem as fazendas “Landi”; “Maria Antônia” e “Malhada Alta”. A “Landi” mexe com abacaxi, pecuária e cria peixes. A “Maria Antônia” e a “Malhada Alta” criam gados. Então, o pessoal daqui alguns trabalha nessas

⁵⁷ Entrevista realizada aos 26/11/2011.

fazendas como diaristas, fazendo serviço braçal, na plantação de abacaxi e cuidando dos pastos. Tem caso de duas mulheres daqui que foram trabalhar na fazenda “Santa Angelina” há 62 km daqui para plantar eucaliptos⁵⁸.

Algumas famílias resolveram investir na produção de farinha e da rapadura para complementar a sua renda. O Sr. Sandoval Araújo Dias, 64 anos, agricultor conta que atualmente desistiu de produzir farinha:

A mandioca aqui na região ela perdeu um pouquinho a cultura porque chefes de família adoeceram e aí, a fábrica parou. O chefe era eu e a mulher. Aí, a mulher adoeceu logo eu sozinho também não mexo não. Larguei até de plantar a mandioca porque plantar para que?⁵⁹

Quem mais se destaca na produção da farinha e da rapadura dentro da comunidade é o Sr. Marcelino Ribeiro de Sousa, 78 anos, agricultor que dos proprietários da terra, é quem menos extensão de terra tem. Segundo ele, a terra ficou pequena já que os três filhos casaram e moram no mesmo sítio do pai. A fabricação de farinha e rapadura está a cargo dos filhos Gerson e Aniel⁶⁰.

Para explicar o processo de produção da rapadura, Gerson Ribeiro de Sousa, 50 anos, agricultor inicia desde o plantio da cana-de-açúcar:

Nós limpamos a terra e plantamos a cana. Para plantar, dependendo da terra. Se for uma terra seca, no começo das águas. Plantou agora está colhendo. Já tempo que está boa de colher desde o mês de maio. E aí, você moe e faz a rapadura. Estão fazendo hoje vamos até ver⁶¹.

⁵⁸ Entrevista realizada aos 24/11/2011.

⁵⁹ Entrevista realizada aos 24/11/2011.

⁶⁰ Antigamente os dois irmãos somente trabalhavam para essa atividade. Atualmente têm empregos nas mediações ou na cidade próxima. Mas a produção continua da farinha e rapadura continua.

⁶¹ Entrevista realizada aos 13/07/2008.

Coincidentemente, estavam no processo de produção e o entrevistado mostrou como era feito cada detalhe do processo:

Eles moem, põe garapa no tacho, calderona, aí vai, antes de ela ferver coloca gota da mutamba e aí vai limpando. Quando ela começar a chiar que ela solta o sujo aí já vai com uma vasilha furada com cabo, vai apanhando vai limpando, quando está limpa já vai mudando para outro tacho vai trocando de tacho até engrossar a garapa até no lugar de botar para curar. Para curar coloca no tacho mais pequeno e vai pondo, vai pondo, a hora que vê que deu uma tachada, aí aquela para cá ela dá o ponto e você mexendo, mexendo você sabe na hora que dá ponto. Ela coalha, vira puxa e aí, já está no ponto de tirar⁶².

O trabalho de moer a cana é facilitado pelo uso de uma máquina. Aniel Ribeiro de Sousa, 31 anos, agricultor explica que antigamente era mais trabalhoso: *“Hoje tem motor. Antigamente era engenho de pau, aquele tocado por boi. Era o animal que rodava. Aí compramos o motor”*⁶³. Existem dois tipos de rapadura que são produzidos: a quadradinha e o tijolo. Segundo a explicação do Gerson:

A rapadura para ficar quadradinha é colocada numa forma depois que a garapa está bem grossa e depois bota ela na gamela e bate ela. Na hora que ela dá o ponto de pôr a forma, aí põe aí e já está em carrinha pode enviar nas tabuletinhas para dividir o tamanho da rapadura⁶⁴.

O caso da rapadura de “tijolo”

É a mesma coisa, mas põe algumas diferenças: põe marubim, outro par de massa com gengibre, massa do mamão, da abóbora, do gergelim, do leite tudo faz. O leite quando é em pó a gente põe

⁶² Idem.

⁶³ Entrevista realizada aos 13/07/2008.

⁶⁴ Entrevista realizadas aos 13/07/2008.

mesmo na gamela, despeja o mel aí já despeja o leite encima e aí, é só mexer até dar no ponto de botar no fogo⁶⁵.

Quanto à farinha, Ariel Ribeiro de Sousa, 31 anos, agricultor mostra como é o processo de produção:

A gente arranca a mandioca e traz para casa. Chega e descasca ela todinha, lava, aí, vai ralar. Quando está ralada a massa, bota no tapiti e põe no espremedor e põe peso para secar. Aí, quando está seca tira e coloca numa peneira e já com o fogo no forno vai botando a massa mexendo até torrar a farinha. Torrou a farinha, tirou, botou no saco⁶⁶.

Também, como na produção de rapadura, existem dois tipos de farinha que são produzidas na propriedade do Sr. Marcelino pelos seus filhos: a farinha fina e a de “puba”. Esse processo de produção é explicado Pela Dona Antônia, esposa do Sr. Marcelino e mãe de Gerson e Ariel.

Para fazer a farinha de puba você põe a mandioca de molho. Joga ela dentro da água e com três dias ela está toda mole. Aí, você tira ela aí, já bota na masseira, machuca ela bem machucadinha, aí põe no tapiti para enxugar. Esse é ligeirinho para enxugar. Aí, tira ela, côa também e joga no forno para torrar⁶⁷.

A produção agrícola é dirigida para atender ao consumo direto dos produtores. Os excedentes é que são comercializados para que os moradores adquiram outros bens que não são produzidos dentro do povoado. Entretanto, a farinha e a rapadura são produzidas somente com uma finalidade: de serem comercializadas.

A produção é vendida nas feiras, supermercados e principalmente através do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O programa também conhecido como

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Entrevista realizada aos 13/07/2008.

⁶⁷ Entrevista realizada aos 13/07/2008.

Compra Direta, prevê a compra de alimentos da agricultura familiar e a sua doação às entidades socioassistências que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Parte dos alimentos também é destinada à recomposição dos estoques estratégicos do Governo Federal.

O PAA é implementado por meio de convênio, a ser formalizado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e as prefeituras ou governos dos Estados. Outra alternativa é o acordo entre a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a entidade beneficiária, desde que haja a participação do processo de seleção dos produtos por meio da Proposta de Participação. Cabe ressaltar que o PAA permite a compra, com dispensa de licitação, de alimentos de agricultores familiares, no limite de até R\$ 3,5 mil por família a cada ano.

Participam como Beneficiários Consumidores as pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, atendidas, por programas e entidades sociais da rede de proteção e promoção social. Os Beneficiários Produtores são agricultores familiares, beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bem como agricultores, pescadores artesanais, silvicultores, extractivistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados e acampados.



Figura 21 - Roça de teco



Figura 22 - Roça arada pelo trator (roça mecanizada)

4.4.5 Outras fontes de renda

Além da renda obtida pela venda dos produtos alguns membros da comunidade recebem aposentadoria rural. Tem direito à aposentadoria rural por idade o trabalhador rural que completa 60 anos se homem, ou 55 anos se mulher, no valor de um salário mínimo. Para a concessão desse benefício é necessária a comprovação da atividade rural, mesmo que descontínua pelo período estabelecido no artigo 142 da Lei 8213/91.

Outras famílias estão inseridas no Programa Bolsa Família (Cadastro Único). O Cadastro Único para programas sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Dessa forma, o Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais etc..

Algumas mulheres recebem salário maternidade, um benefício a que toda seguradora da Previdência Social tem direito, por um período de 120 dias, em razão do parto ou adoção de uma criança de até 1 ano de idade. No caso, como segurada especial deve comprovar o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua nos 10 meses anteriores ao início do benefício.

Procurou-se saber se os agricultores se beneficiavam do PRONAF⁶⁸ a resposta foi negativa. Segundo Sr. Sandoval Araújo Dias, 64 anos, agricultor:

Nunca mexi com bancos, não. Nunca tive chance porque a terra nossa é o seguinte: é no bolo⁶⁹. Quando você vai com documento, ah! Não pode porque ainda não tem inventário e tal e por isso mesmo nunca pude pegar. A gente planta às custinhas nossas e sem ajuda de ninguém. Só ajuda temos da Prefeitura do nosso Município porque eles mandam trator para cá, aí, nos têm que contribuir com o “óleo” que gradea⁷⁰.

Constata-se que o processo de fragmentação da terra ainda continua prejudicando os moradores. Desta vez até para conseguir alguns financiamentos. Primeiro, porque o órgão do Estado não deu documentos individuais para quem tinha menos de 5 alqueires, foi necessário juntar alguns proprietários num só documento – no caso, o Sr. Marcelino e a sua irmã Dona Raimunda⁷¹, tiveram que dividir o mesmo documento com o Sr. Quintino Araújo Dias, 92 anos, aposentado; segundo, porque alguns proprietários colocaram todos os filhos como herdeiros da terra – a exemplo do Sr. Sandoval Araújo Dias. Isso constitui o obstáculo principal para conseguir financiamento. A terra como garantia dificulta a realização do empréstimo.

4.4.6 A identidade redefinida

Um dos aspectos mais notáveis que se pode observar nas falas de moradores da comunidade de Malhadinha é a relação com o “tempo”. Para eles o presente não se interpreta por si mesmo, mas está envolvido dentro de um discurso de valores “entre tempos”. Assim todas as coisas que existem agora são definidas a partir de um

⁶⁸ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁶⁹ A terra pertence a vários irmãos.

⁷⁰ Entrevista realizada aos 24/11/2011.

⁷¹ Dona Raimunda já é falecida.

confronto com tempos anteriores que eles chamam de “tempo antigo” e com o presente que se expressa sob a forma de horizontes de expectativa.

A população de Malhadinha explica a sua sociedade desdobrando-a em duas etapas: uma relativa ao passado, que eles chamam “tempo antigo” e uma relativa ao presente que chamam “tempo novo”. O “tempo antigo” é um período do passado, de que participaram os membros mais velhos; e que freqüentemente é acionado como indispensável para qualquer referência ou comparação com o tempo presente. O “tempo antigo” abrange a formação da comunidade de Malhadinha até as duas primeiras intervenções públicas⁷². O “tempo novo” – é um tempo definido como de “benefícios” em alusão às políticas públicas usufruídas dentro do Programa Brasil Quilombola a partir de 2006.

Para Marcelino Ribeiro de Sousa, 78 anos⁷³:

Quando nós falamos do tempo antigo é o tempo que nós era esquecidos pelo Estado. Isso é desde que me entendi como gente. Agora, hoje estamos vivendo um tempo novo, tempo de benefícios, o Estado sabe que somos gente. Antigamente o prefeito só vinha pedir voto. Agora não, a prefeita faz reunião com a gente perguntando o que nós queremos. Isso é tempo novo. Mudou muita coisa⁷⁴.

Para explicar os “tempos” da sua comunidade os membros da Malhadinha empregam como base, “indicadores” como: relações de trabalho, condições sociais precárias e falta de políticas sociais quando querem definir o que eles chamam de “tempo antigo”.

Observam-se nas falas dos entrevistados duas noções diferentes de tempo cujo divisor é estabelecido pela última

⁷² Ver capítulos II e III.

⁷³ Na época desta primeira entrevista o Sr. Marcelino tinha 75 anos.

⁷⁴ Entrevista realizadas aos 13/07/2008.

intervenção pública⁷⁵. Porém, uma intervenção diferente das anteriores por apresentar “benefícios” para a população.

O Sr. Marcelino Ribeiro de Sousa, 78 anos, defende a sua posição em relação aos benefícios: *“Em relação ao nosso dia-dia mudou muito. A prefeita arrumou essas casas para nós nem? Dizem que veio do quilombo, nem? Agora estamos melhores do que no passado”*⁷⁶.

O seu irmão Casimiro Ribeiro de Sousa, 76 anos reforça essa mudança social ocorrida na comunidade:

Aqui mudou muita coisa boa. É como se diz. em primeiro lugar olha aqui oh!! Essas casinhas que nós não pensava de adquirir e quase todo mundo tem. É *convênio* do governo e dos quilombolas. Em segundo, nós temos que agradecer a prefeita porque senão nós não estava aqui no claro. Estava no escuro até hoje nem? Mas depois dessa ajuda que ela deu foi muito grande porque antes de fazer essas casas já ela tinha chegado com a luz, nós já estava no claro (risos)⁷⁷.

A noção de tempo ativada pelos informantes nos remete a um espaço de experiência e a um horizonte de expectativa. Para Dona Ariadna César Nogueira, 44 anos: *“Depois dessas políticas agora a coisa melhorou. A gente agradece muito este governo que passou, no poder, o Lula nem? Que foi descoberto o negócio do quilombola, do governo federal”*⁷⁸.

Ou seja, o que constitui a percepção do tempo histórico são as concepções sobre condições sociais, entre o passado e o presente. Vê-se aqui uma interessante noção do tempo que não é propriamente o passado, mas o futuro que dele se vale; não o fato passado, mas a possibilidade; mais precisamente, as possibilidades, as expectativas e os projetos – o futuro passado⁷⁹.

⁷⁵ Programa Brasil Quilombola em 2006.

⁷⁶ Entrevista realizadas aos 22/11/2011.

⁷⁷ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

⁷⁸ Entrevista realizada aos 22/11/2011.

⁷⁹ Ver Koselleck, 1979.

Fazendo a comparação com as residências do passado o Sr. Salustiano Araujo Dias, 61 anos, afirma orgulhosamente:

Antigamente as casas eram feitas de palha, enchimento e amarrado de taboca e barro de taipa. Aí, quando o dono da casa saía para viagem, só sossegava na volta quando enxergava a casa nem? Com o medo de o fogo incendiar a casa. Agora mudou. Agora todo mundo tem uma casinha de telha que ganhou do governo federal e está melhor⁸⁰.

No povoado, seus membros buscam agora definir a identidade racial outrora negativa e renunciada, como se vê na citação abaixo, numa identidade positiva, via rótulo jurídico de remanescentes de quilombos. Ou seja, a identidade quilombola. Assim, essa identidade tornou-se uma identidade política que permitiu ao grupo conquistar direitos de reconhecimento e auferir benefícios.

Essa identidade renunciada anteriormente, hoje é recuperada nos discursos dos moradores. Segundo o Pastor José Ribeiro de Sousa Neto, 37 anos, e Presidente da Associação:

Antigamente, não se aceitava ser chamado de quilombo. O fator de mudanças das pessoas é que as pessoas foram se conscientizando de que o nome quilombola não era ser chamado a pessoa de escravo. Aí, hoje fomos mostrando em palestras, oficinas de que o nome negro e quilombola não era ser chamado de escravo, mas que sim se estava tentando arranjar um jeito de recuperar o passado e dar alguma recompensa as famílias que no passado sofreram qualquer tipo de escravidão, racismo ou coisas assim⁸¹.

Entretanto, segundo o Presidente da associação, mesmo com a mobilização ainda existem algumas resistências:

Hoje, mesmo assim, nem todo mundo se aceita como quilombola. Ainda existem aqueles que não aceitam, mas é uma minoria. Mas eu louvo à Deus de que as pessoas que hoje aceitam e têm de

⁸⁰ Entrevista realizadas aos 20/11/2010.

⁸¹ Entrevista realizada aos 23/11/2011.

abraçar a causa. São pessoas que desenvolvem de alguma forma a luta em prol à maioria da comunidade no caso Ariadna, e eu também tenho contribuído bastante para que a causa ande. Tem muitos outros, o tio Marcelino e outros são lideranças que assumiram a luta. Eles abraçaram a causa, mesmo com muitos desafios, mas estamos aí na luta e estamos conseguindo os objetivos para a maioria⁸².

Nessa mesma linha de pensamento a Sra Ariadna explica:

Antigamente nós não aceitávamos ser chamado de quilombos. Quilombo era coisa de escravos e nós não somos escravos. Quilombo era miséria. Eu moro aqui há 20 anos. Então, aqui a situação era péssima. Não tinha nada. Depois que a Prefeita entrou, ela resgatou essa história, está junto com a gente e quando tem reunião ou algum encontro ela está mandando alguém da comunidade para estar participando, para conhecer as coisas e obter informações e depois receber certificado. Nós estamos tendo benefícios sociais. Ser quilombo graças à Deus está mudando a nossa vida para melhor⁸³.

O reconhecimento de que ser quilombo é sinônimo de um futuro melhor é notável. Para Adenor Araújo Dias, 63 anos, agricultor:

Eu nasci e fui criado aqui. Eu tomei conhecimento que aqui era quilombo de pouco tempo para cá, dessa Prefeita que tem mandando benefícios para gente. Aqui tinha Prefeito, mas não olhava para a gente nem? Porque? Sei lá! A gente não tinha nada. Só pobreza. Agora que o Estado diz que somos quilombos a nossa vida melhorou muito⁸⁴.

O professor André Luis Gomes da Silva, 41 anos membro dos APN⁸⁵ e militante do Movimento Negro no Tocantins, mostra

⁸² Idem.

⁸³ Entrevista realizada aos 02/02/2008.

⁸⁴ Entrevista realizada aos 04/02/2008.

⁸⁵ Agente da Pastoral Negro.

perfeitamente como era difícil naquele tempo conseguir convencer os moradores da Malhadinha a se aceitarem como quilombos:

Na Malhadinha quando a gente fez os primeiros contatos, tentamos explicar o “porque de ser quilombo” e o “que é ser quilombo”, e aí, notamos uma resistência muito grande. Eles atribuíam a palavra quilombo a escravos e não aceitavam o termo. Tivemos que ir até nas salas de aulas para explicar o que era ser quilombo. Lembro que na primeira reunião que fizemos, pedimos a casa de uma senhora, e quando nós falamos o motivo da reunião ela não aceitou que reuníssemos na casa dela para falar sobre quilombos. Tivemos que realizar a reunião no pé de uma manga (risos). Depois de um tempo, nós colocamos uma placa lá escrita “Comunidade Quilombola” de Malhadinha. Eles foram e tiraram a placa. Nós colocamos a placa de novo e eles tiraram. Pela terceira vez e eles tiraram a placa, até que a gente desistiu. Então, havia uma resistência muito grande em relação à isso. Hoje graças à Deus, todos assumem e respeitam. Até porque eles não tinham essa informação. Houve uma ampla mobilização e conscientização⁸⁶.

Ou seja, fruto de um processo de conscientização, a identidade étnica outrora negativa e renunciada se transformou atualmente numa identidade positiva. Essa identidade além de tornar-se uma identidade racial se converteu, principalmente, em uma identidade política que permitiu ao grupo conquistar benefícios via políticas públicas.

4.4.7 A visão da juventude

A juventude reforça essa nova identidade quilombola com orgulho. O que chama atenção é o discurso bem preparado em defesa da igualdade racial, orgulho de ser remanescente de quilombo e orgulho do desenvolvimento da comunidade. Isso mostra o papel da Associação, juntamente com os movimentos sociais e o poder local, no que tange à mobilização, à conscientização da camada jovem. A pesquisa priorizou as narrativas de jovens que se encontram na

⁸⁶ Entrevista realizada aos 09/01/2012.

comunidade e alguns que saíram dela em busca de outras oportunidades em outras cidades próximas. Para Anderson Sousa Ribeiro, 23 anos, estudante e morador da comunidade (Figura 23):

Ser quilombo é voltar a valorizar a raça negra, respeito pela consciência negra e pelo movimento negro. Eu tenho muito orgulho de ser negro e me acho valorizado pela raça negra que brigou muito para sair da escravidão e do preconceito. Hoje o negro está lutando para vencer, para ser igual aos outros devido a grande desigualdade racial que existe no país⁸⁷.

Em relação ao futuro:

Eu penso que, bem, eu não tenho projeto. Mas eu queria montar um projeto voltado para a educação e que fosse prioritário para os jovens da comunidade. Uma educação voltada para o trabalho, junto com a cultura, que seja trabalhada na comunidade para que não morra a cultura da comunidade. Acho isso uma educação mais avançada que dê oportunidades para os jovens da comunidade⁸⁸.

Quintino Araújo Neto estudante de 25 anos que é também morador da comunidade reforça essa visão da juventude:

A minha participação aqui na comunidade, eu acho bem interessante. Nós estamos buscando algo para a nossa comunidade. Então, nós estamos trabalhando com projetos para que possamos conseguir algo para cá. Eu estou estudando. Estou terminado os meus estudos para poder conseguir emprego. Pretendo fazer um curso para poder buscar melhoria para a nossa comunidade, para desenvolver e mostrar que pode ser melhor com a união do nosso povo⁸⁹.

Em relação à identidade quilombola:

⁸⁷ Entrevista realizada aos 23/11/2011.

⁸⁸ Entrevista realizada aos 23/11/2011

⁸⁹ Entrevista realizada aos 23/11/2011.

Eu me considero negro e quilombola e acho isso positivo porque a gente tem que aceitar a realidade e não fugir disso. Então, isso para mim não vejo nenhum problema. É um orgulho e com esse nome a gente está conseguindo muitos benefícios para nosso lugar⁹⁰.

A técnica de enfermagem concursada, Leiane Cristina de Sousa, 25 anos saiu da comunidade quando a mesma ainda não tinha sido reconhecida como remanescente do quilombo (Figura 24). Ela reconhece a mudança que ocorreu na comunidade: “ser remanescente de quilombos trouxe muita coisa boa”:

Eu saí para estudar. Terminei os meus estudos e vim para cá. Aí, voltei de novo em 2004 em Porto Nacional e fiz o curso de Técnica de Enfermagem, quando terminei, aliás, não tinha nem terminado, prestei o concurso público e passei e aí, quando foi no outro ano fui chamada e estou trabalhando há um ano e quatro meses. É bom. Não é melhor porque ficar longe da família é difícil⁹¹.

Como muitos dos que saíram em busca de oportunidades fora da comunidade, Leiane justifica:

É bom crescer na vida porque ficar aqui também não têm muitas oportunidades. Não tem onde a gente possa trabalhar. Tinha até um posto de saúde aqui, mas está abandonado. Lá fora para mim é melhor do que ficar aqui. Eu gosto muito de ser reconhecida como quilombola apesar de morar lá fora. Sempre que há eventos aqui na comunidade eu venho e participo. Visito os meus pais quase todos os finais de semanas⁹².

Por outro lado, a saída dessa população jovem da comunidade constitui fator importante para o controle da relação família/terra. Ou seja, com a saída destes haverá menos gente querendo construir e morar dentro da propriedade familiar.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Entrevista realizada aos 23/11/2011

⁹² Idem.



Figura 23 - Anderson Sousa Ribeiro, 23 anos



Figura 24 - Leiane Cristina de Sousa, Técnica de enfermagem, 25 anos

4.4.8 A relação com o poder local e estadual

Os moradores da Malhadinha respeitam e elogiam o novo prefeito que assumiu a gestão há seis meses em substituição da Prefeita Miyuki Hyashida, 52 anos que foi nomeada subsecretária Estadual de Agricultura e Pesca da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, desta nova gestão Estadual

eleita no ano de 2010. Para os moradores “o Prefeito nos atende muito bem. Não temos problemas com ele, ele é gente boa”⁹³.

Segundo o atual Prefeito do Município de Brejinho de Nazaré, Luís António Alves Saquetin, 55 anos:

A nossa relação com a comunidade de Malhadinha é grande porque nós temos uma vontade de melhorar cada vez mais a Malhadinha, aquele pessoal e ajudar, já que é um pessoal que a gente tem muito achego com eles, é pessoal muito bom. Então, estamos querendo melhorar lá a escola, que nós faremos uma reforma lá se Deus quiser esse ano⁹⁴.

O Prefeito enumera alguns projetos novos:

Adotamos o sistema de enviar o transporte para eles uma vez por semana para virem aqui na cidade fazer a sua compra ou a venda. Ajeitamos ao mesmo tempo as consultas para eles para quando vêm na cidade aproveitarem para fazer também as consultas. Fiquei sabendo que eles têm problemas de água que é uma coisa muito séria que eu não sabia. Fui lá agora esses dias e fiquei sabendo que a água deles precisa ser melhorada. O certo é fazer poço artesianos mas se a gente não conseguir buscaremos a água da mina, água já na nascente e captar igual como eles estão fazendo captar água dos córregos de lá. Eu acho que isso é uma coisa muito desumana. Então, eu fiquei muito chocado com isso⁹⁵.

Referente à melhoria na educação, o Secretário Municipal o Sr. Raimundo Paixão Lopes dos Santos, 48 anos mostra os projetos destinados para Malhadinha:

Nós estamos pensando já que existe na comunidade só do 1º ao 4º ano⁹⁶, então, nós estamos querendo ampliar criando o EJA⁹⁷,

⁹³ Dona Ariadna. Entrevista de 24/11/2011.

⁹⁴ Entrevista realizada aos 09/01/2012

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Na verdade, existe do jardim à 5º ano na comunidade

⁹⁷ Ensino de Jovens e Adultos.

porque vai atender do 5º ano ao 9º ano. Já é um projeto que está em andamento inclusive, a gente está buscando uma parceria com escola EFA⁹⁸ de Porto nacional para a gente implantar o Sistema de Pedagogia de Alternância que eu acredito que seja a pedagogia mais viável para as comunidades hoje porque não vão só trabalhar os conteúdos programáticos mas também as práticas agrícolas, trazendo os jovens que estão lá sem estudar para uma vida realmente em sociedade que trará com certeza benefícios que a gente pensa na questão de trabalho e renda⁹⁹.

Sobre a disponibilização do transporte que levam os estudantes da comunidade até ao colégio do município, o Secretário mostrou-se visivelmente contrário. Como gestor ele justifica o porquê do seu repúdio:

Outro projeto que temos é de inserir os alunos hoje que estão vindos aqui na cidade que eles fiquem realmente na comunidade para estudar. Para nós hoje, seria muito mais fácil levar o professor até os alunos de que os alunos ao professor. Ou seja, trazendo alunos da zona rural para a urbana que a meu ver não contribui, só traz prejuízo¹⁰⁰.

Entretanto, com o poder Estadual essa relação de respeito segundo os moradores da comunidade não existe. Alguns reclamam da falta de compromissos com a questão quilombola, talvez por falta de preparação ou desconhecimento mesmo em relação às políticas sociais em prol às comunidades remanescentes de quilombos. Para a Sra. Ariadna César Nogueira, 44 anos (Figura 26):

Esse pessoal vem aqui na comunidade e querem ditar ordens. Nós não aceita não. Acho que o governo tinha que colocar gente nossa que têm compromisso com os quilombos. Quando a gente vai ter

⁹⁸ Escola Família Agrícola.

⁹⁹ Entrevista realizada aos 09/01/2012.

¹⁰⁰ Idem.

com eles em nome da nossa Associação eles não nos respeitam. Muitas vezes já ficamos esperando nas salas mais de uma hora lá¹⁰¹.

Para demonstrar o despreparo de alguns gestores estaduais ela conta um episódio que aconteceu na comunidade durante a visita de uma delegação do Ministério das Cidades acompanhada por uma funcionária estadual da Secretaria de Habitação:

Essa senhora da Secretaria de Habitação chegou aqui e falou para o Zé¹⁰², tem de arrumar as casas para esperar a delegação que vem de Brasília! Ela falou isso mesmo! Aí eu falei ah! Zé “se fosse comigo não prestava não”. Quando a visita chegou lá e perguntou: “e aí Pastor¹⁰³ a casa está arrumada?” aí ela desceu lá para cá e antes do pessoal gravar uma oficina, ela chegou e viu a roupa estendida no varal ela mandou tirar a roupa dali. Aí, eu não agüentei e falei: “não é assim que você está pensando não. O que eles querem não ver a cultura da comunidade? Pois a roupa vai ficar bem ali, nós não vamos tirar¹⁰⁴.”

Mais na tarde, essa mesma representante da Secretaria Estadual de Habitação seria protagonista de outro episódio, segundo conta a Dona Ariadna:

Aí quando chegamos onde as meninas estavam torrando farinha sabe o que ela falou? “Ah! Vocês não têm como colocar uma luva para torrar essa farinha não?” – ela não conhecia nada de comunidades tradicionais. Aí, uma das meninas que estava torrando a farinha falou bem assim: “tem, se você colocar a mão na luva e vier torrar com a luva de plástico com a quentura dessa aqui, aí, eu coloco também, porque nunca ouvi dizer que tem que colocar luva para torrar a farinha”¹⁰⁵.

¹⁰¹ Entrevista realizada aos 24/11/2011.

¹⁰² Jose Ribeiro de Sousa Neto, Presidente da Associação

¹⁰³ Na comunidade o presidente é mais conhecido como Pastor José ou Zé.

¹⁰⁴ Entrevista realizada aos 24/11/2011.

¹⁰⁵ Idem.

Outra questão que deixa os representantes da comunidade de Malhadinha preocupada é referente a um projeto de Ministério de Desenvolvimento Agrário para o qual Malhadinha foi contemplada. Trata-se da implantação de uma horta comunitária. Um projeto que estava à cargo da Secretaria da Ação Social. Segundo o Presidente da Associação o Sr. José Ribeiro de Sousa Neto, 37 anos (Figura 25):

Eles vieram aqui e fizemos uma reunião com o pessoal da comunidade, fez-se cadastro e criou-se uma expectativa muito grande. Exigiram uma terra coletiva o pai doou a terra, eles trouxeram técnicos de lá e fizeram análise da terra. Agora, não vieram mais para implementar o projeto. Liguei lá para confirmar que dia que eles vinha e falei que precisava gradear já a terra e aproveitaríamos já o trator da Prefeitura que estava já à nossa disposição, mas precisaria de comprar combustível. A resposta da moça foi que não podia fazer nenhum serviço com ninguém e que tudo era do governo e que se não quisessem deveriam assinar um documento para a moça passasse esse projeto para outra comunidade. Só que já começaram as chuvas, deveríamos começar a trabalhar mas até agora nada. Este é um projeto do Governo Federal mas eles aqui no Estado não estão cumprindo com as suas obrigações¹⁰⁶.

O Sr. Sandoval Araújo Dias, 64 anos, agricultor reclama do projeto que segundo ele ajudaria a comunidade:

Procurou quem tinha terra para fazer a horta comunitária. Aí, eu pensei: isso é para nosso favor e prestígio, a terra nós temos, arrumadinha. Dei a terra aqui, essa área aí que eu planto roça, peguei e doei para a horta comunitária. Aí, veio a mulher e os dissemos já que a senhora veio, mandei o menino procurar o dinheiro da gradeação porque nós precisamos de óleo (combustível) para o trator gradear a terra. Quando falamos em dinheiro, ela mandou despachar nós, e que ela não tinha condições de gradear a terra. Eu disse pois na enxada também nós não vai não¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Entrevista realizada aos 24/11/2011.

¹⁰⁷ Entrevista realizada aos 24/11/2011

Pelo visto são questões que aumentam as dúvidas em relação ao governo estadual. O Sr. Sandoval lamenta a falta de concretização do projeto:

Nós já é escravo nosso (risos). Tem dinheiro para o projeto nem? E cadê? O que vocês vão fazer com o dinheiro da horta? Porque o Governo Federal manda esse dinheiro então? Para onde é que o dinheiro foi? Com a terra já doada, o esterco, o adubo orgânico, tudo era dado e só faltava dinheiro para comprar petróleo (gasolina) e gradear a terra. Disse que não tinha, que era para fazer tudo na enxada. Aí, eu disse não, já sei: não tem projeto¹⁰⁸.

A indignação tomou conta dos moradores da comunidade já que foram sensibilizados de que esse projeto iria fornecer e abastecer várias famílias da própria comunidade. Segundo a Dona Ariadna:

Dizem que a comunidade tem de saber andar com suas “próprias pernas” para não depender de órgãos públicos. Aí, a gente sai daqui com ofícios leva para essas Secretaria do Estado nem te recebem. Você deixa o ofício lá e só fica reclamando da resposta, e não te dão resposta do jeito nenhum. E aí, fica por isso mesmo. Eles não tratam ninguém bem. Não nos respeitam¹⁰⁹.

No Estado do Tocantins, a descontinuidade das ações a favor dessas comunidades é notável. As mudanças constantes de gestores estaduais não permitem a continuação e nem a garantia do cumprimento dos projetos. Inclusive, durante a pesquisa constatou-se que vários gestores indicados para cargos nessa área desconheciam o que é um quilombo ou o que é o Programa Brasil Quilombola.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Entrevista realizada aos 24/11/2011.



Figura 25 - José Ribeiro de Sousa Neto – Presidente da Associação



Figura 26 - Dona Ariádna César Nogueira – líder da Associação

4.4.9 A relação com os movimentos sociais e ONG's

A partir de 1995 com a criação do Grupo da Consciência Negra no Tocantins (GRUCONTO), o interesse pelas comunidades negras rurais aumenta significativamente. Esse Grupo buscava identificar onde se localizavam os quilombos, o que seus membros faziam, como sobreviviam. No final de 2004 teve a primeira visita dos representantes do movimento negro do Tocantins na comunidade

de Malhadinha. O objetivo da visita o Sr. José Iramar da Silva, 52 anos, na época presidente do Grupo responde:

Primeiro, era para conhecer o cotidiano da comunidade. Como é que eles viviam, como vivem, como produzem etc.. queríamos saber as condições em que eles viviam: economicamente, socialmente, culturalmente e religiosamente. A gente se interessou em conhecer um pouco mais a comunidade e poder manter um diálogo maior a nível de organização da própria comunidade e como a gente enquanto movimento discutir com eles como poderão ter acesso à políticas públicas¹¹⁰.

Para o professor André Luis Gomes da Silva, 41 anos a participação ativa do Movimento Negro, na propagação e na efetivação do reconhecimento da comunidade, tinha relação direta com a conservação e socialização da temática quilombola

A gente como movimento passou a visitar e a conversar com as pessoas, desde criança ao mais velho sobre a importância do reconhecimento da identidade, ou o reconhecimento da identidade como pessoa negra ou descendente de escravo. Diante disso, a gente conseguiu de certa forma fazer com que a comunidade começasse a interagir, a discutir as políticas públicas que o Estado brasileiro tem disponibilizado às comunidades de afrodescendentes¹¹¹.

A parceria entre a comunidade e o Movimento Negro sempre pareceu saudável. A população vê no movimento uma espécie de orientador. Diante de qualquer dúvida muitos recorrem aos seus representantes, principalmente ao professor André que mora na sede do município e é diretor do colégio frequentado por vários estudantes da comunidade:

Houve vários casos interessantes que já fui chamado na comunidade. Uma vez fui chamado para uma reunião para

¹¹⁰ Entrevista realizada aos 19/12/2011.

¹¹¹ Entrevista realizada aos 09/01/2012.

explicar onde estava o dinheiro. Na verdade, eles ouviram através da “Voz do Brasil” que o Governo Federal disponibilizou R\$ 11 milhões para as comunidades quilombolas. Então, eles começaram a pressionar o Sr. Marcelino que era representante da Associação na época para que dissesse onde estava o dinheiro. Na concepção deles o governo tinha depositado o dinheiro na conta do Sr. Marcelino. Aí, o Sr. Marcelino me chamou urgentemente para falar sobre esse dinheiro. Tive que explicar que era o orçamento para todas as comunidades remanescentes de quilombos existentes no Brasil inteiro¹¹².

Efetivamente, o professor André Luis Gomes da Silva, 41 anos, é respeitado na comunidade de Malhadinha (figura nº 28). Ele é uma espécie de elo entre a prefeitura e a comunidade. Como diretor do Colégio Estadual Wanda Ferreira da Cunha no município de Brejinho de Nazaré, o educador tem organizado visitas junto com os alunos à comunidade quilombola de Malhadinha. Segundo o professor:

Acredito que a questão racial não é uma discussão nova. Mas para nós aqui em Brejinho essa temática ainda é discutida por um grupo muito pequeno de educadores, e o município por ter as comunidades remanescentes de quilombos¹¹³, a gente sente a responsabilidade de estar discutindo isso com a classe estudantil e também com o corpo docente de outras escolas¹¹⁴.

Em relação à importância das visitas realizadas com os alunos na comunidade:

Esse trabalho de visitar as comunidades quilombolas tem vários fatores que fazem com que se torne positivo. Dentre eles: a gente conhecer o próprio território, o nosso município; conhecer os membros da nossa família, alguns alunos já descobriram que muitos dos seus avôs bisavôs passaram por aqui, que é uma

¹¹² Idem.

¹¹³ As comunidades de Malhadinha e do Córrego Fundo.

¹¹⁴ Entrevista realizada aos 09/01/2012

descoberta de identidade também. Além disso, forçar o entendimento da lei 10639/03 no processo de desconstrução da imagem negativa do negro. Visitando as comunidades a gente vê a questão econômica, cultural, social, religiosa e familiar. Isso mostra e reforça a possibilidade de que a lei 10639/03 pode ser trabalhada de forma empírica e também teórica¹¹⁵.

Com as organizações não governamentais a relação começou na década de 1980, especialmente com a COMSAÚDE, a CPT e a Igreja Católica quando se criou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais com o objetivo de institucionalizar a luta pela terra. Atualmente algumas organizações não governamentais atuam em parceria com as comunidades na execução de vários projetos. É o caso da APA-TO¹¹⁶ que assessora os agricultores familiares e as populações tradicionais. Durante a permanência deste pesquisador na comunidade presenciou-se um evento importante. Tratava-se de um curso de formação de lideranças jovens de todas as comunidades quilombolas do Estado. Segundo o representante da APA-TO, o Sr. Paulo Rogério Gonçalves, 47 anos (figura nº 27):

Estamos iniciando no Estado o projeto “Geofe”, que significa “raça livre”, um projeto para os Estados de Tocantins, Maranhão, Amapá e Pará. A idéia é de trabalhar com 80 jovens, 20 de cada Estado, jovens de comunidades remanescentes de quilombos, discutindo identidade, desenvolvimento, agroecologia, políticas públicas, com o objetivo de que essa juventude cada vez mais se forme para assumir posições e papéis de liderança junto aos movimentos sociais, populares e no contexto do movimento quilombola brasileiro¹¹⁷.

Tecnicamente, segundo Paulo Gonçalves, o evento não somente se resume num curso de liderança para jovens moradores de comunidades quilombolas:

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Alternativa para Pequena Agricultura no Tocantins

¹¹⁷ Entrevista realizada aos 25/11/2011.

Junto com o processo de formação nós teremos um conjunto de ações de incidência política. A idéia é que a gente vai fazer todo o ano algumas visitas em órgãos Federais em Brasília para que cada vez mais essas lideranças desenvolvam habilidades de negociação e controle social das políticas públicas. No último ano¹¹⁸ nós teremos um encontro que junta toda a juventude para que as pessoas se conheçam, troquem informações entre elas e paralelo a tudo isso nós estaremos montando uma plataforma virtual quilombola¹¹⁹.

A questão é: em que consiste realmente essa plataforma quilombola?

Nessa plataforma estaremos montando um banco de dados de vídeos, textos, filmes, todo tipo de documento necessário para que essa juventude consiga acessar e colocar. Cada jovem está recebendo um Mp5 e ele terá condições de fazer gravações e filmagens. Então, a idéia é que os jovens vão estar jogando fatos, situações das suas comunidades na plataforma. E daí que a gente vai ter uma plataforma que vai estar de alguma maneira apresentando situações de nada menos do que 80 comunidades quilombolas do Brasil¹²⁰.

É um projeto de grande magnitude que foi elaborado pelo Fórum do Amazonas Oriental, uma rede de 300 entidades. Os recursos que financiam o projeto provêm do governo alemão, a partir de uma entidade não governamental alemã chamada “SW”. No âmbito local quem coordena o projeto são os movimentos negros e os movimentos quilombolas dos Estados de Amapá, Maranhão, Pará e Tocantins e mais algumas entidades de assessoria que trabalham na questão agrária, agroecologia e economia solidária.

Também o projeto conta com a participação do movimento negro através da professora Maria Luiza, 50 anos, representante

¹¹⁸ O projeto tem a durabilidade de 04 anos.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem.

do CEDENPA¹²¹. Um centro de estudo que segundo ela prioriza a questão quilombola:

Essa prioridade com os quilombos existe porque a maioria das pessoas que fazem parte do CEDENPA veio dos quilombos, naquele êxodo rural. Eu sou quilombola da ilha do Marajó e até hoje a minha família está lá. Então, daí a relação do urbano e rural. O CEDENPA tem atuação em 30 municípios do Pará, faz parte de algumas redes e dentro destas redes está o Fórum de Amazônia Oriental¹²².

Para Maria Luiza a justificativa para o projeto é de que:

Nós começamos a perceber que as nossas lideranças estão envelhecendo e não velhas porque para nós o velho é o saber, é o conhecimento. Então estão ficando envelhecidas biologicamente, mas intelectualmente, de conhecimento elas estão bem resguardadas. E nós começamos também a ver que no Brasil existe uma coisa chamada “genocídio”, “extermínio” da juventude negra. Então, por conta disso, o foco deste projeto é juventude negra quilombola, porque a minha entidade também acha que não existe juventude negra e quilombola. Nós trabalhamos esses termos juntos: negro quilombola, negra quilombola¹²³.

Em relação à estrutura do projeto e as atividades a serem realizadas:

Nós temos vários grupos de trabalhos. Dentre esses grupos teremos o GT “raça e etnia”, GT “terra”. Porque não dá para trabalhar identidade sem falar da terra. A primeira oficina é sobre “África’s” porque nós trabalhamos do plural. O objetivo é de acabar com a idéia de trabalhar a identidade a partir da escravidão. Nós temos uma origem. Então, esse primeiro momento é de desconstruir primeiro de que nós não somos descendentes de escravos, nós somos descendentes de africanos e africanas que

¹²¹ Centro de Estudo do Negro do Pará

¹²² Entrevista realizada aos 25/11/2011.

¹²³ Idem.

foram escravizados neste país. Mas, para sentir orgulho disso eu preciso conhecer um pouquinho dessa África. Então, esse é o grande desafio¹²⁴.

O projeto abrange também as comunidades rurais que estão sendo impactadas por grandes projetos:

Nós pensamos também nessas comunidades. O que acaba numa lógica de que esses grandes projetos trazem grandes benefícios para a comunidade. Ele traz o “progresso”. E nós queremos dizer que não trabalhamos nessa lógica. Nós trabalhamos infelizmente com uma lógica ainda. Enquanto outros segmentos da sociedade estão ampliando os seus direitos, nós ainda queremos aquele que é básico que é o acesso. Então, nós não queremos mais uma política pública, nós queremos usufruir desta política. É um pouco isso que a gente veio fazer aqui. Provocá-los. Na verdade, o nosso papel é mais de provocação¹²⁵.

De acordo com a fala da representante de CEDENPA, outro objetivo da sua vinda ao Tocantins é também o de fortalecer as lideranças do movimento negro do Estado e mostrar a necessidade de redefinir conceitos como cidadania e democracia, relacionando-os à afirmação e à representação política das identidades culturais subordinadas:

A gente escuta que “você precisam ir para o Tocantins porque lá o movimento negro está começando”, “esta discussão da terra está começando”. Então nós precisamos realmente fortalecer as lideranças no Tocantins. Infelizmente, o censo de 2011 está dizendo que nós somos 80% da população brasileira, mas ainda me sinto estranha. As pessoas ainda me olham de modo diferente porque eu quero manter esse cabelo. As pessoas ainda me olham de maneira diferente porque eu não me submeti a esse modelo de beleza que está sendo colocado aqui estupidamente, porque nessa estupidéz

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Entrevista realizada aos 25/11/2011.

você pega a exceção e quer fazer dela uma regra. Então, eu quero dizer que eu sou a regra neste país¹²⁶.

Como líder de uma entidade negra, finaliza com uma profunda reflexão acerca da questão racial no Brasil, defendendo uma estratégia política de reconhecimento e representação da diversidade cultural que para ela, não pode ser dissociado do contexto das lutas dos grupos culturalmente oprimidos.

Então, eu não quero o lugar de ninguém, eu quero o meu lugar. Eu não quero o direito de ninguém, eu quero os meus direitos. Como uma cidadã afro-brasileira, eu não quero ter uma política voltada para uma pessoa não negra que eu tenho que me incluir, não. Eu quero uma política que já venha para mim com as minhas características, como o meu modo de ser, com o meu modo de ver o mundo, com o meu modo de perceber o mundo porque eu tenho uma percepção diferenciada¹²⁷.

Numa visão clara a favor do multiculturalismo, Maria Luiza questiona o etnocentrismo e estereótipos criados pelos grupos sociais dominantes, que silenciou as outras visões culturais do mundo. Ela mostra a necessidade de construir e conquistar espaços para que essas visões silenciadas se manifestem, recuperando suas histórias e desafiando a lógica dos discursos culturais hegemônicos.

Essa concepção nos ensina que conceber e conviver com as diferenças exige o reconhecimento de que existem indivíduos e grupos distintos entre si, mas que não se anulam ou se excluem em termos de direitos iguais e de oportunidades correlatas que garantam a afirmação de suas identidades e da existência com dignidade humana (SILVA e BRANDIM, 2008).

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Idem.



Figura 27 - Paulo Gonçalves da APA-TO (a direita) com um dos estudantes quilombola



Figura 28 - Prof. André Luís – Membro do Movimento Negro e Diretor da Escola Municipal Wanda Ferreira da Cunha, Brejinho de Nazaré

4.4.10 As formas de sociabilidade

Apesar da ampla maioria da população (53 famílias) ser católica, existe um pequeno grupo (4 famílias) que se declara evangélico, da Assembléia de Deus. A comunidade possui duas igrejas que estão em reformas – a evangélica está situada na entrada do povoado enquanto que a católica se localiza no meio da comunidade. As missas são realizadas nos domingos pelo padre que vem da sede do município e os cultos acontecem nas terças, sextas, e domingos à noite nas casas dos fiéis. O pastor José Ribeiro de Sousa

Neto, 37 anos que é também o presidente da Associação da comunidade, explica:

Quando assumi aqui a presidência da Associação vi que muitos dos moradores tinham medo devido a minha religião evangélica. Agora, essa preocupação acabou. Aqui não tem o conflito religioso. Cada um respeita a diferença religiosa do outro¹²⁸.

Verifica-se que os moradores da Malhadinha, apesar de serem descendentes de negros africanos escravizados não praticam religiões de matriz africana. Entretanto, abraçaram o cristianismo, vivendo atualmente os dilemas e a dinâmica do interior do país, onde o catolicismo *rústico* ou *popular*¹²⁹ convive com o crescimento das religiões evangélicas¹³⁰.

Os principais festejos da comunidade atualmente são: a festa do Divino e de São Sebastião. Segundo dona Adélia Araújo Dias, 50 anos, agricultora:

Hoje mudou muito. Antigamente a festa era outra. Mesmo eu quando ia nas festas eram 04 noites e nada faltava. Hoje não tem mais essa alegria. Quando eu era mais jovem nem? Quando tinha meus 16 anos, passávamos quatro, cinco noites nas festas. Mas, vai chegando a idade e a gente vai mudando¹³¹.

Entretanto, segundo alguns moradores, antigamente tinham muitas festas e comemorações tais como: a festa de São Sebastião, Santo Rei, Santa Rita e a folia do Divino. O Sr. Casimiro Ribeiro de Sousa, 76 anos, agricultor lamenta:

A festa aqui é como se diz, antigamente tinha muita festa aqui. Mas, agora está ficando bem pouquinho, porque você sabe que hoje em dia a união não está tendo nem? Porque antigamente era tudo

¹²⁸ Entrevista realizada aos 23/11/2011

¹²⁹ Ver Queiroz (1973).

¹³⁰ Ver Silva (2000).

¹³¹ Entrevista realizada aos 24/11/2011.

unido e hoje em dia não tem união. Agora só existe festa do Divino. Mas tinha Senhor do Bonfim, tinha São Sebastião, tinha Santo Reis, Santa Luzia, Senhor da Conceição, tudo era festejos aqui demais. Agora só ficou o Divino e assim mesmo está bem curtinho¹³².

O Sr. Casimiro de Sousa destaca a mudança que ocorreu no povoado em relação aos festejos religiosos, especificamente da Festa do Divino:

A festa do Divino hoje o giro é só ao redor das casas. Não vai mais para fora. Antigamente, você chegava até meia noite na casa de um aí, ele recebia a bandeira com todo prazer e agora, tem vez que você sai aí e eles chamam você de vagabundo e passam a fechar as portas nem? Com esse negócio de religião está tudo mudado (risos)¹³³.

Para o Sr. Sandoval Araújo Dias, 64 anos, agricultor:

A festa do Divino é uma festa que antigamente... bem, ela nunca mudou de tradição porque é uma festa feita no sorteio. No sorteio quem cai faz. Tem o Capitão do Mastro, tem Alfere da Bandeira. A folia sai, passam oito dias arrecadando e aí, com a arrecadação chegam e entregam para o Imperador. O padre vem reza missa e aí, tem que contribuir para o padre nem? E aí, o resto é para o Imperador ajudar na festa¹³⁴.

Apesar de ter mudado de religião, o Sr. Sandoval elogia e ajuda nos festejos do Divino:

Mas é uma festa bonita, eu gostava muito dela porque eu nasci nessa religião e depois eu mudei para a evangélica porque... me senti bem. Porque lá no Divino eu era danado para estragar (risos) passei para a evangélica. Mas é uma festa boa, que a gente a ajuda, por exemplo se precisam eu dou e assim como eu posso pedir

¹³² Entrevista realizada no dia 24/11/2011.

¹³³ Entrevista realizada aos 23/11/2011

¹³⁴ Entrevista realizada aos 23/11/2011

também para a nossa igreja e aí, eles vêm eu dou. Então ela é uma festa tradicional, uma festa boa que acontece todos os anos¹³⁵.

O Sr Paulo Ribeiro de Sousa, 54 anos, e funcionário da escola, mostra como é realizado o festejo do Divino que ocorre todos os anos no mês de julho:

A festa é o seguinte: a comunidade mesmo é que contribui com alguma coisa para ajudar o dono da festa que é o imperador que foi sorteado. Então arrecadamos a verba para a folia. Sai a divindade e aí arrecada alguma verba para pagar o tocador e as vezes algumas despesas que ficavam devendo. O que está acontecendo hoje também é que a comunidade está sempre contribuindo, ajudando. O pessoal da prefeitura também sempre dá um empurrãozinho e ajuda o dono da festa para não levar prejuízo. A comunidade participa, dá alguma coisa para o pessoal. Antigamente tinha muito bolo, hoje quase não tem bolo mas é comida mesmo. Tira-se mais proveito na comida do que com bolo, atualmente¹³⁶.

A celebração do Divino Espírito Santo no Tocantins é realizada de acordo com as características de cada localidade. É uma festa tradicional que acontece no mês de julho e abrange quase todas as regiões. As folias do Divino anunciam a presença do Espírito Santo. As romarias conduzem a bandeira. A caminhada da folia representa as andanças de Jesus Cristo e seus 12 apóstolos durante 40 dias, levando a sua luz e a sua mensagem, convidando a população para a festa. Os foliões que representam os apóstolos andam em grupo de 12 ou mais homens, conduzidos pelo alferes, em jornada pelo sertão. Esse grupo percorre as casas dos lavradores, abençoando as famílias e unindo-as em torno da celebração da festa que se aproxima. Saem a cavalo pelas trilhas e estradas, quando chegam às fazendas para o pouso, alinham os cavalos no terreiro e

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Entrevista realizada aos 21/11/2011.

cantam a licença, pedindo ritualmente acolhida. Durante o giro os foliões recolhem donativos para a festa.

Em relação às regras pré-estabelecidas para o controle social, no passado¹³⁷ existiam várias, tais como: ter filhos somente depois do casamento; a escolha da noiva era prerrogativa dos pais do noivo. Hoje, essas regras perderam a sua efetividade. Segundo Paulo Ribeiro de Sousa, 54 anos:

Antigamente existia essa regra da pessoa ter filhos só depois do casamento. Ou casava ou então já viu nem? Mas hoje não. As coisas estão tudo moderna, tem filhos antes do casamento, namora aí à Deus dará, o lado que quiser e ninguém proíbe. Antigamente era rígido demais. Até na minha época tinha que fazer as coisas bem oculto nem? (risos). Mas hoje não tem mais isso. Acabou. Acho que quase em toda região. Tem muitos pais ainda antigos que quer seguir aquela regra mas não dá conta mais não. A juventude de hoje tomou a rédea e acabou, ninguém dá volta¹³⁸.

A cerimônia do casamento é feita como em qualquer povoado rural. Se for uma cerimônia católica o padre realizará o casamento e caso os noivos sejam evangélicos necessitará da presença do pastor. Todas as cerimônias atualmente são realizadas dentro do povoado. Antigamente, alguns casamentos eram realizados na sede do município. Como conta dona Adélia Araújo Dias, 50 anos, agricultora:

Antigamente se fosse em Brejinho ia à cavalo. Arrumava o noivo e os companheiros do noivo ia tudo à cavalo. Então era uma coisa muito bonita. Hoje ninguém vê mais isso. Antigamente, casava-se ou em Brejinho ou em Porto e trazia os noivos na casa dos pais e aí fazia a festa. Tinha muita gente, muita comida, bolo, café, bebida. Tudo era dado, não era vendido não. Os pais fazia tudo

¹³⁷ Pelo menos há 30 ou 40 anos atrás.

¹³⁸ Entrevista realizada aos 21/11/2011.

nem? Matava gado, porco, fazia bolo, eram cinco, seis dias de bolos¹³⁹.

Constata-se pelos relatos dos seus moradores que a festa de matrimônio sofreu várias alterações ao longo do tempo. Apesar das dificuldades atuais, o Pastor José Ribeiro de Sousa Neto, 37 anos, mostra que as festas ainda acontecem com alegria:

O casamento aqui na comunidade é um evento social se for numa cerimônia católica depois haverá os “comes e bebes”. Aí tem o forrozinho muitas vezes para descontrair nem? Para alegrar junto com os noivos essa cerimônia que acontece uma ou duas vezes na vida. O casamento evangélico, embora não com forrozinho, mas acontece com cantos, hinos e o povo vai comendo os “comes e bebes”. Acabou, cada um vai na sua casa e segue a vida¹⁴⁰.

O cemitério do povoado está localizado na entrada da comunidade, no lado esquerdo. Quando falece alguém da comunidade ela é velada em casa e no dia seguinte é sepultada.

Entretanto, uma das formas de sociabilidade ou até de solidariedade que existiu na Malhadinha, e que hoje não é mais praticada é a chamada “troca de serviços” ou “mutirão”. Quando surgem tarefas que excedem a capacidade do trabalho de um núcleo familiar a resposta é a ajuda de outras famílias que também serão ajudadas quando precisarem. Para o Sr. Sandoval Araújo Dias, 64 anos, agricultor: *“essa solidariedade não existe mais. Agora só se você pagar. Todo mundo só pensa em dinheiro”*¹⁴¹.

O lazer está presente no cotidiano dos seus moradores. O povoado conta com um barracão construído pela Prefeitura onde acontecem as atividades culturais e alguns eventos como confraternizações e reuniões (ver figura nº 29). Existem dois campos de futebol – um em estado de abandono – no outro

¹³⁹ Entrevista realizada aos 24/11/2011.

¹⁴⁰ Entrevista realizada aos 23/11/2011.

¹⁴¹ Entrevista realizada aos 23/11/2011.

acontecem alguns jogos de final de semana. Como tradição a comunidade possui um grupo de dança de *sússia* ou *súcia* que se apresenta em alguns eventos da comunidade.

A *sússia* é uma dança presente em regiões de influência negra no Tocantins. Contam que a dança tem sua origem na escravidão. Ou seja, para castigar os escravos os feitores os amarravam e os colocavam em cima de um formigueiro. Mais tarde, os negros começaram a imitar o sapateado de quem estava sobre o formigueiro em tom de brincadeira e assim nasce a *sússia*. A dança é caracterizada pelo ritmo dos tambores e cuícas, conduzindo os dançarinos (homens e mulheres) a uma dança em que giram em círculo.

No desenvolvimento deste capítulo verificamos que o reconhecimento de quinze comunidades negras rurais como comunidades remanescentes de quilombos no Tocantins, ocorreu no ano de 2005. Das 15 comunidades 06 foram inseridas dentro do *Programa Brasil Quilombola*, incluindo a comunidade de Malhadinha. Essa inserção visou o desenvolvimento sustentável destas comunidades: o direito à titulação e permanência na terra, à documentação básica, à alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infra-estrutura e previdência social, entre outras políticas públicas.

Neste capítulo procurou-se apresentar a comunidade Malhadinha na atualidade, levando em consideração sua situação em relação à habitação; população; educação e saúde; terra, trabalho e comércio; outras fontes de renda; identidade quilombola; juventude; poder local e estadual; movimento social negro e organizações não governamentais; e, formas de sociabilidade. A idéia, neste caso, foi de observar as falas dos moradores tal como eles observam o tempo (passado, presente e futuro) e como percebem as mudanças na comunidade e em suas vidas.

Desta forma, procuramos destacar características, dificuldades, perspectivas considerando as falas dos informantes. Inúmeros são os destaques e as características descritas e não

descritas, tais como, de um lado, a diminuição das festas, a perda da prática do mutirão (trocas de serviços), as descontinuidades das políticas públicas, o desconhecimento das características da comunidade pelos profissionais que visitam a Malhadinha, o não acesso ao financiamento via PRONAF, a diminuição do trabalho na terra devido envelhecimento dos adultos e saída dos jovens para a cidade, a ausência de posto de saúde na comunidade, a escola multiseriada de primeira a quarta série e a falta de água tratada.

E de outro lado, características e perspectivas da comunidade com as políticas públicas tais como a reforma das casas, o fornecimento da energia elétrica, a abertura e melhoramento das estradas, a capacitação para processamento de frutas na comunidade, a presença de um agente de saúde na comunidade, o método da pedagogia da alternância na escola EFA, a produção de rapadura e farinha para o comércio, a aposentadoria rural, o programa bolsa família, a identidade quilombola reivindicada pelos jovens, os cursos de formação, a criação da plataforma quilombola e a manutenção das festas do divino e da dança da *sússia*.



Figura 29 - Vista externa do galpão onde acontecem reuniões e manifestações culturais

Considerações finais

Ao longo do trabalho se procurou mostrar o passado e o presente da comunidade Malhadinha, descrevendo as bases materiais da vida da sua população principalmente, a sua organização socioeconômica e a sua reação às intervenções públicas. O objetivo mais amplo da pesquisa foi o de identificar as formas pelas quais comunidades rurais com longa história de isolamento têm sido contempladas por políticas públicas, especialmente políticas de ação afirmativa, e como, nesse processo, elas se reinventam como comunidades históricas e reivindicam reparação. Essas intervenções promovem mudanças bastante significativas nessas pequenas comunidades que afetam diretamente a vida de seus moradores em diferentes níveis. Foi um pouco desse processo que se tentou aqui tratar.

Nesses termos, verificou-se que a sua organização socioeconômica, ou seja, sua forma de vida como um bairro rural, não se difere de outras comunidades negras rurais existentes na região, já que a sua base econômica é caracterizada pela economia de subsistência.

Entretanto, quando se analisou a sua relação com as políticas públicas pode-se notar que a comunidade vem revelando algumas especificidades. Essas especificidades resultam da forma como a comunidade Malhadinha vem reagindo frente às políticas públicas introduzidas no do povoado.

A primeira especificidade pode ser identificada na forma como seus moradores se referem à antiga comunidade coletiva que fora fragmentada em lotes individuais por intervenção do Estado. Nesses termos, pode-se dizer que essa intervenção promoveu a primeira experiência de propriedade privada e de desigualdade

fundiária na comunidade de Malhadinha. A segunda, pode ser identificada na intervenção do estado que retirou parte da sua população de sua área de origem para reassentamentos rurais distantes promovendo o conflito entre alguns moradores e a sua representação. Porém, na terceira intervenção, verifica-se uma Malhadinha mobilizada em prol das políticas públicas de ação afirmativa e com a esperança no futuro. A sua população assume assim, a identidade quilombola, articulando o que eles chamam de tempo passado e tempo presente, a fim de ganhar reconhecimento e melhorar o futuro do povoado.

Malhadinha não necessariamente segue um padrão de organização pré-determinado e identificável, conforme as políticas públicas, em comunidades quilombolas. Ela possui suas especificidades. Acompanhando o cotidiano dos seus habitantes, nota-se como seus membros têm adotado um novo olhar e um novo discurso para sua própria trajetória histórica. Esse “olhar” que lhes permite identificar uma linha de tempo, um antes e um depois, é, conforme se verificou, determinado pelas políticas públicas orientadas para as comunidades remanescentes de quilombos, mas que revela algo que parece muito interessante. Pode-se concluir que esse processo de reconhecimento de comunidades quilombolas em curso no Brasil tem produzido um efeito muito curioso: o de mobiliar uma certa compreensão do tempo e da historicidade por atores que, talvez, sem esse estímulo para se pensarem como vinculados à escravidão, jamais exercitariam a sua consciência histórica.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo agrário em questão**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros de Trombetas**: Guardiões das matas e rios. Belém: NAEA/UFPA, 1993.
- AGUIAR, Márcio Mucedula. “Raça” e Desigualdade: as diversas interpretações sobre o papel da raça na construção da desigualdade social no Brasil. Cascavel: **Revista Tempo da Ciência**, Vol. 15, nº 29, 2008.
- ALDIGUIERI, M. Josimo. **Uma vida no conflito do Bico do Papagaio**. Dissertação (Mestrado). UFG, Goiania, 1991.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O´DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- _____. Reflexões antropológicas sobre os procedimentos de titulação de terras de quilombos. Florianópolis: **Boletins Informativo do NUER**, Vol. 2, nº 2, 2005.
- _____. Sematologia face a nova identidade. In: Projeto Vida de Negro. **Frechal, terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.
- _____. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: UFAM, 2006.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa. Redescobrimdo a família rural. São Paulo: **Revista brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 1, nº 1, 1986.
- ANAIS DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987/1988. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/BasesHist/asp>> Acesso em 12/05/2009.

ANEEL. **Big-banco de informações de geração**: capacidade de geração do Brasil. Disponível em <http://www.aneel.gov.br/15/htm>Acesso em 11/11/201.

ANDRADE, Manuel Correia. A questão da terra na Primeira República. In: SILVA, Sérgio (Org). **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: EDUSC, 1998.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Vivências escravistas no norte de Goiás no século XVII. In: GERALDIN, Odair (org.). **A (Trans)formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002.

_____. **A escravidão negra no Tocantins colonial**: vivências escravistas em Arraias (1739 – 1800). 2ª edição. Goiânia: Kelps, 2007.

ARAÚJO, Ricardo. **Guerra e Paz**. São Paulo: Editora 34 Letras, 1994.

ARAÚJO, Rubens Milagre. **Uma retrospectiva da expansão do sistema elétrico na bacia do rio Tocantins**: um estudo de caso da região de Lajeado, Palmas e Porto Nacional (TO) (1996 – 2003). Dissertação de Mestrado. FEM/UNICAMP. 2005.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

_____. Notas sobre as iniciativas federais em educação no contexto de políticas pública para quilombolas. In: **Educação escolar quilombola**: Pilões, Peneiras e Conhecimento Escolar. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, Vol. 1, 2009.

AZANHA, Gilberto. A Lei da Terra de 1850 e as terras dos índios. Revista: **Normais Legais**. Julho de 2001.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Negros de Cedro**: estudos antropológicos de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: Ática, 1983.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENARD, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1997.

BLACKBURN, Robin. **A Queda do escravismo colonial: 1776-1848**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, Pretos e Congos**: trabalho, identidade étnica em Goiás. Goiânia: Editora UnB, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRASILEIRO, Sheila, SAMPAIO, José Augusto. Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma comunidade negra rural no oeste baiano. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRAZIL, Maria do Carmo. **"Formação do Campesinato Negro no Brasil: reflexão sobre os fenômenos "quilombo", remanescente de quilombo" e "comunidade negra rural"**. Dourados: ANPUH, 2006.

BURQUE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CAPINAN, Ubiraneila e CARDEL, Lúcia. **O quilombo que remanesce: estudo de caso acerca dos impactos da política pública de certificação e titulação do território**. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-americano de Sociologia rural, Porto de Galinhas, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês?: O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARRIL, Lourdes. Trabalho e excedente econômico: remanescentes de quilombos no Brasil. Barcelona: **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociais**, Vol. VI, nº 119, 2002.

CARVALHO, Edgar Assis (Org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

CASHOMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2002.

CASTRO, Edna. **Tradição e modernidade**: a propósito do processo de trabalho na Amazônia. Caxambu: XXI Encontro Anual da ANPOCS, 1997.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COOPER, Frederick (Org.). **Além da Escravidão**: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORAZZA, Gentil. Ciência e Método na História do Pensamento Econômico. Curitiba: **Revista de Economia**, Vol. 35, 2009.

COSTA, Carlos Eduardo. Campesinato negro no pós abolição: os registros civis e a estabilização da população de cor na Baixada Fluminense (1988-1940). São Paulo: **Boletim de História Demográfica**, Ano XV, nº 54, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DORIA, Pedro Ricardo. **Energia no Brasil e dilemas do desenvolvimento**: a crise mundial e o futuro. Petrópolis: Vozes, 1976.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FABIANI, Adelmir. **O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo**: verdades e construções. São Leopoldo: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro à Sociedade de Classes**. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 1964.

FOSCHIERA, Atamis Antônio (et.al.). Organização e atuação do movimento dos atingidos por barragens: o caso do MAB/TO. **Revista Pegada**. Vol. 10, nº 1, junho 2009.

- FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1976.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Livraria Olympio, 1988.
- FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1980.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo Cultural, 1961.
- GANDARA, Gercinair Silvério. Uruaçu no tempo e no espaço... um isolamento? Anápolis: **Revista de Estudos do Norte Goiano**, Vol. 1, nº 1, ano 2008.
- GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de Economia Política**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- GENOVESE, Eugene. **A Economia política da escravidão**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.
- GIRALDIN, Odair. O Pontal e Porto Real dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerentes nos séculos XVIII e XIX. **Revista Amazonense de história**. V.1, nº1, jan/dez. 2002.
- GRAZIANO da Silva, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GODELIER, Maurice. **Objeto e método da antropologia econômica**. In: racionalidade e irracionalidade na economia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- _____. **Instituciones Económicas**. Barcelona: Editora Anagrama, 1980.
- GOMES, Heloísa Toller. **O negro e o romantismo brasileiro**. São Paulo: Anual, 1988.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombos: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GRIN, Monica. A Celebração oficial da nova diversidade no Brasil. São Paulo: **Revista da USP**, n° 68, dez./fev. 2005-2006.

_____. **“Raça” debate público no Brasil (1997-2007)**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2010.

GUSMÃO, Neusa Maria M. de. **Terra de Pretos, Terra de Mulheres**: terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1992.

_____. Negro e camponês: política e identidade no meio rural brasileiro. **São Paulo em perspectivas**. Vol. 6, n°3, jun/set. 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPCA, 2002.

HALLUM, César. **Municípios Tocantinenses – suas origens, seus nomes**. Palmas: Provisão, 2008.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Discurso sobre a raça: pequena crônica de 1988. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1992.

HERTZOGUE, Maria. Mulheres do coco: liderança negra e resistência das extrativistas de coco babaçu na região norte do Tocantins. In: PIRES, Antônio Liberac e OLIVEIRA, Rosy (organ.). **Sociabilidades negras**: comunidades remanescentes, escravidão e cultura. Belo Horizonte: Editora Gráfica Daliana, 2006.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IPEA. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**. Novembro, 2008. IPEA. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**. Novembro, 2009.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

JAMESON Jr. David Mc Creery. A economia de Goiás no século XIX. In: GERALDIN, Odair (org.). **A (Trans)formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002.

JUNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

KARASCH, Mary. As mulheres do norte da capitania de Goiás. In: GERALDIN, Odair (Org.). **A (Trans)formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2002.

_____. Quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. **Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 1979.

LARA, Silvia Hunold. **Escravidão no Brasil: um balanço histográfico dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura(Org.) **Laudos Periciais Antropológicos em debate**. Florianópolis: **NUER/ABA**, 2005.

_____. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Caderno de textos e debates do NUER nº 7. Florianópolis: **NUER/UFSC**, 2000.

LEITE, Sergio (et. al.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. NEAD. São Paulo: Unesp, 2004.

LOPES, Helena Teodoro; SIQUEIRA, José Jorge; NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Negro e Cultura negra no Brasil**. Rio de Janeiro, UNIBRADE/UNESCO, 1987.

LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax. **A questão fundiária na Amazônia**. São Paulo: Estudos Avançados, 2005.

MAESTRI, Mário. Terra e Liberdade: as comunidades autônomas de trabalhadores escravizados no Brasil. In: AMARO, Luis Carlos; MAESTRI, Mário (Org.). **Afro- brasileiros: história e Realidade**. Porto Alegre: EST Edições, 2005.

- _____. As comunidades autônomas de trabalhadores escravizados no Brasil. Versão atualizada do artigo: “em torno do quilombo”. História em cadernos. **Revista do Mestrado em história da UFRJ**. n.º2. Rio de Janeiro, 1984
- MALIGHETI, Roberto. **O Quilombo de Frechal**: identidade e trabalho de campo em uma comunidade brasileira de remanescentes de escravos. Brasília: Conselho Editorial, 2007.
- MALLOY, James M. **The politics of social security in Brazil**. Pittsburg: University of Pittsburg - Press, 1979.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**. Ano 11, n.º 12. Pp.57-67. Jan-jun/2008.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A Dinâmica da escravidão no Brasil: resistência tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. São Paulo: **Novos Estudos**, Vol. 2, 2006.
- MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MATTOS, Hebe Maria. **Da Cor do Silêncio**: o significado da liberdade no Sudeste escravista. Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. São Paulo: **Revista USP**, n.º68, dez/jan/fev, 2005.
- MATTOS, Regiane Augusto. A África no Brasil: grupos étnicos e organização social em São Paulo no século XIX. Porto Alegre: **Revista anos 90**, Vol 12, n.º21/22, 2005.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora Universidade - UFPE, 2003.
- MINTZ, Sidney Wilfred; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- MONTEIRO, Anita Maria Queiroz. **Castainho: etnografia de um bairro rural de negros**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Brecha camponesa em livro branco**: artigo 68, remanescentes de quilombos e grilagem no Brasil. Rio de Janeiro: XII Encontro Regional de História, 2006.
- MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **MAB**: uma história de luta, desafios e conquistas. Caderno n.º7. Ano. 2002.
- MUNANGA, Kabenguele. Origem e histórico do quilombo na África. São Paulo: **Revista USP**, Vol. 28, 1995.
- MUNNÉ, Frederic. **Psicosociologia del tiempo libre**: um enfoque crítico. México: Trilhas, 1980.
- NABUCO, Joaquim. **Obras Completas**. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Eleakin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1939-1997. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (Org.). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- NAVAL, Liliana Pena (et. al.). Implantação e (in)sustentabilidade socioambiental da usina hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães. In: NAVAL, Liliana (organ.). **Impactos ambientais**: o desafio da construção de hidrelétricas. Goiânia: Cânone Editorial, 2009.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVERIA, João Pacheco. Os instrumentos de Bordo: Expectativas e Possibilidades do Trabalho do Antropólogo em laudos periciais. In: SILVA, Orlando Sampaio (Org.). **A perícia antropológica em processos judiciais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

PAIXÃO, Marcelo. Nada a ver ou tudo a ver? Diálogos entre a questão do desenvolvimento econômico e das relações raciais. In: SICSÚ, João (Org.). **Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Rio de Janeiro: Manole - Fundação Konrad Adenauer, 2005.

PARENTE, Têmis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: UFG, 1999.

PEREIRA, Ana Karine. **Característica do sistema elétrico brasileiro: o grande enfoque na eletricidade, na hidrelétrica e na Amazônia**. Tese de Doutorado. UNB. Brasília, 2011.

PINTO, Luis Carlos Guedes. Política agrária em Brasil: reflexiones sobre uma experiencia inoperante. In: REYDON, Bastian. **Mercados y política de tierra: experiências em América Latina**. Campinas: UNICAMP, 1996.

PINTO, Virgílio Nova. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo: Nacional, 1979.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____.; ARENBERG, Conrad. **Les Systèmes Économiques dans L'histoire et dans la Théorie**. Paris: Librairie Larousse, 1975.

PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. Brasília: 2004. PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, Brasília, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

QUEIROZ, Renato da Silva. Caipiras Negros no Vale de Ribeira: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: FFLCH-USP, 1983.

RAMOS, Artur. **As culturas negras no novo mundo**. São Paulo: Nacional, 1979.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. São Paulo: **Revista da USP**. Vol. 28, Dezembro/Fevereiro, 1995.

_____. Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia. In: REIS, João José (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: Estudo sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____.; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: Histórias dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RELATÓRIO TÉCNICO. UH Luis Eduardo Magalhães. INVESTCO: jan/fev.2000.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do Cativo**: famílias, trabalho e cidadania no pós abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Pós abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: **Revista Topoi**, Vol. 5, n° 8, 2004.

RODRIGUES, Nina. **As coletividades anormais**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1939

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

SAHLINS, Marshall. **Sociedades Tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

SALLES, Gilka Vasconcelos. **Economia e Escravidão em Goiás Colonial**. Goiânia: Editora da UFG, 1983.

_____; DANTAS, Elizabeth. **A escravidão negra na província de Goiás: 1822-1888**. Rio de Janeiro: Acervo, 1988.

SANTANA, Dilsilene Maria. Política de educação para o meio rural: o Pronera no Tocantins. In: DOURADOS, Luiz (Org.). **Políticas e gestão da educação no Tocantins: múltiplos olhares**. São Paulo: Xamã, 2008.

SANTOS, José Vicente dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Territórios nas Definições Teóricas. São Paulo: **Ambiente e Sociedade**, Ano V, n° 10, 2002.

SEPPIR - SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Relatório de gestão de 2003-2006**. Brasília: SEPPIR, 2007.

SEPPIR - SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Prestação de contas ordinária anual: Relatório de gestão do exercício de 2008**. Brasília: SEPPIR, 2009

SEPPIR - SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Prestação de contas ordinária anual: Relatório de gestão do exercício de 2009**. Brasília: SEPPIR, 2010.

SEYFERT, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1990.

SILVA, José Gomes da. **Relatório técnico-científico sobre remanescentes da comunidade de quilombo do Jaó/Itapeva – SP**. Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. São Paulo, março de 2000.

SILVA, José Maria da. **Reassentamentos rurais da usina hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães – Tocantins: a efetividade do programa de remanejamento populacional quanto a sua sustentabilidade socioambiental – 2005**. Dissertação de Mestrado. Palmas: UFT, 2005.

- SILVA, Lígia M. Osório. A apropriação territorial na Primeira República. In: SILVA, Sérgio (organ.). **História econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Maria José da e BRANDIMA, Maria. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. **Revista Diversa**. Ano I, nº 1, jan/jun. 2008.
- SILVA, Martiniano José. **Sombra do Quilombo**: introdução do negro em Goiás. Goiânia: Editora Barão de Itararé, 1974.
- SILVA, Otávio Barros da. **Breve história do Tocantins e de sua gente**: uma luta secular. Araguaína: Solos Editores, 1996.
- SILVA, Valdécio Santos. Rio das Rãs à luz da noção de quilombo. Salvador: **Revista Afro-Ásia**, nº 23, 2000.
- SILVEIRA, Oliveira. Como surgiu o 20 de novembro? **Thoth**, nº 3, 1997.
- SOUZA, Aécio Cândido. A economia e mentalidade camponesa na Serra do Mel/RN. Natal: **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Vol. 14, 2006.
- SOUZA, Antônio Cândido. Racismo: crime ontológico. São Paulo: **Revista Ethos-Brasil: cultura e Sociedade**, Ano 1, nº 1, 2002.
- SOUZA, Sonia Maria de. **Terra, Família, Solidariedade. Estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição** - Juiz de Fora (1870 - 1920). Bauru: EDUSC, 2007.
- THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana de Barros. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005.
- THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.
- TOCANTINS. **Almanaque Cultural do Estado do Tocantins**. Palmas: Fundação Cultural, 2001.

TOCANTINS. **Relatório da Fundação Cultural do Tocantins**. Palmas: Fundação Cultural do Estado, 2005 (a).

TOCANTINS. **Levantamento Socioeconômico das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Tocantins**. Palmas: SECJU-TO, 2005 (b).

VERAN, Jean-Francois. Rios das Rãs: memória de uma « comunidade remanescente de quilombo ». **Revista Afro-Ásia**, 21-22, 163-192. 1998-1999.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo. Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco, 1777-1887. São Paulo: **Estudos Econômicos**, Vol. 33, nº 2, 2003.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Olympio, 1923.

WADE, Peter. **Race and Ethnicity in Latin America**. London-Chicago-Illinois: Pluto Press, 1999.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Do marco histórico das políticas de ações afirmativas – perspectivas e considerações. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC-SECAD), 2005.

WELCH, Clifford Andrew (org.) Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. V.1. São Paulo: Editora UNESP. 2009.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.

WOORTMAN, Klaas. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins**. Brasília: Série Antropologia, 2001.

ZITZKE, Valdir. **A rede sociotécnica da usina hidrelétrica do Lajeado (TO) e os Reassentamentos rurais das famílias atingidas -2007**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2007.

Anexo

Modelo de questionário utilizado para o Censo DADOS PESSOAIS

Nome do entrevistado (a)

Cônjuge

Data de nascimento

Data de nascimento do (a) cônjuge

Local de Nascimento

Local de nascimento do (a) cônjuge

Estado civil

Renda (origem).....

Renda do (a) cônjuge (origem)

Número de filhos idade

Local de nascimento dos filhos

Número de filhos que estão na comunidade idade

Número de filhos que saíram da comunidade idade

Razão da saída dos filhos

Onde se encontram (cidades)

Filhos casados que moram na propriedade do pai.....

Posui título eleitoral.. sim não

Religião

Número de pessoas que mora na casa.....

Moradias

Tipo de parede

Tipo de piso

Número de cômodos

Tipo de telhado

Número de banheiros

Tipo de portas

Tipo de janelas

Tipo de ocupação

- própria
- cedida
- alugada

Tem água tratada ..sim não

Tem luz elétrica ...sim.....não

Tipos de móveis

Adquiriu quando?

Sítio

Área do sítio: alqueires O sítio tem:

- casa de farinha.....
- produz rapadura
- olaria

Forma de aquisição do sítio

- compra.....
- herança
- cedida
- quando adquiriu